



Janeiro 2020
Volume 14 \ Número 1

Boletim Regional





Janeiro 2020
Volume 14 \ Número 1

Boletim Regional

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará (*e-mail*: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Coordenação Regional do Nordeste (*e-mail*: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia (*e-mail*: ba.depec@bcb.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará (*e-mail*: ce.depec@bcb.gov.br),

Região Centro-Oeste – Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),

Região Sudeste – Coordenação Regional do Sudeste (*e-mail*: sp.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Coordenação Regional do Norte e Sul (*e-mail*: rs.depec@bcb.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná (*e-mail*: pr.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1061

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 14, n. 1.

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Telefone: 145 (custo de ligação local)

Internet: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/faleconosco>>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	15
Bahia _____	19
Ceará _____	23
Pernambuco _____	26
Região Centro-Oeste	31
Região Sudeste	37
Minas Gerais _____	41
Rio de Janeiro _____	46
São Paulo _____	50
Região Sul	55
Paraná _____	61
Rio Grande do Sul _____	66
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	71
Boxes	
Considerações sobre a atualização dos pesos regionais no IPCA _____	77
Taxa de desemprego, oferta e demanda por trabalho com foco regional _____	80
Evolução regional da atividade pecuária _____	84
Dinâmica das balanças comerciais regionais em 2019 _____	87
Atividade econômica da região Nordeste _____	90
Apêndice	95

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos

de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

O conjunto dos indicadores da atividade econômica no país registra sinais compatíveis com a continuidade do processo de recuperação gradual da economia. O cenário externo, apesar do recente aumento de incerteza, mostra-se relativamente favorável para as economias emergentes, em cenário de política monetária acomodatória nas principais economias. Regionalmente, observa-se ritmo mais sustentado de crescimento da economia em todas as regiões do país, refletido na maior disseminação das taxas de expansão das diversas atividades econômicas e do mercado de trabalho.

A evolução recente da economia do Norte foi beneficiada, no trimestre encerrado em novembro, pelo aumento das vendas no varejo, pela continuidade da recuperação no setor de serviços e pela produção agrícola recorde. Esses fatores mitigaram os efeitos da retração da produção industrial, resultado da combinação de queda na atividade extrativa (com participação relevante na região) e aumento na transformação, destacando impressão e reprodução de gravações, no Amazonas, e metalurgia no Pará.

A atividade econômica no Nordeste, como observado na última edição deste Boletim, segue em menor ritmo de expansão comparativamente às demais regiões. Esse desempenho ocorre em cenário de recuperação gradual do mercado de trabalho, com geração de postos formais, em especial, no setor de serviços e na construção civil. Adicionalmente, houve recuperação da indústria na margem, após quatro trimestres de retração, com destaque para a fabricação de derivados de petróleo e vestuário e acessórios.

No Centro-Oeste, a atividade econômica arrefeceu no trimestre encerrado em novembro, após crescimento no trimestre anterior quando foi impulsionada pela colheita recorde da safra de inverno e seus desdobramentos nas atividades relacionadas à cadeia produtiva do agronegócio. Nesse sentido, houve menor dinamismo da atividade nos segmentos de agricultura, transporte e setor público, cujos impactos

foram parcialmente neutralizados pelo desempenho favorável da indústria de transformação, construção civil e comércio. As perspectivas seguem positivas para a região, com aumento esperado na safra de soja e nas exportações de carne.

Dados econômicos recentes da região Sudeste indicaram aceleração da atividade na margem. A economia da região foi estimulada pela retomada consistente da produção industrial e do setor de serviços, enquanto os mercados de trabalho e de crédito continuaram em expansão gradual. No setor de serviços, observou-se retomada mais vigorosa no trimestre encerrado em novembro, acompanhando o ambiente de maior confiança dos agentes e movimento de gradual e persistente de recuperação do consumo das famílias.

A atividade econômica no Sul manteve processo de recuperação gradual ao final de 2019, refletindo, em parte, resultados positivos no setor de comércio e serviços cujos efeitos se sobrepuseram aos da diminuição na produção fabril e da apropriação de colheita menos favorável nas lavouras de inverno. O mercado de trabalho formal segue em trajetória de expansão, com melhora na geração de postos em todos os setores. A economia da região deve permanecer estimulada influenciada pela continuidade de expansão do crédito e pela perspectiva de safra agrícola favorável.

Região Norte



Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

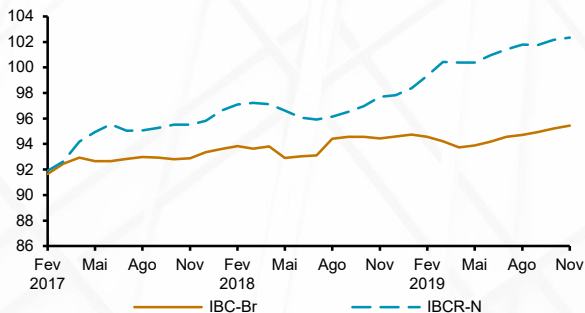
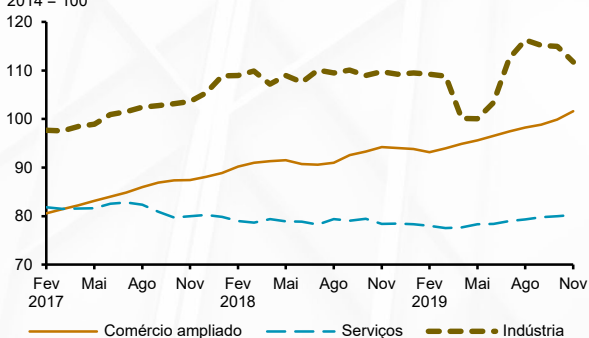


Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte

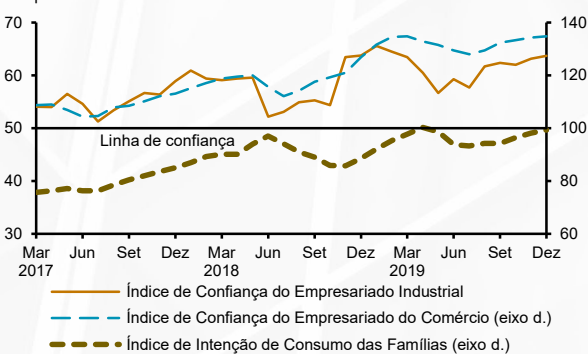
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Confiança dos agentes – Norte

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

A atividade econômica no Norte continuou em trajetória de expansão no trimestre encerrado em novembro. Nesse sentido, o Índice de Atividade Econômica Regional – Norte (IBCR-N) cresceu 0,6% no período, em relação ao trimestre encerrado em agosto, quando crescera 1,4%, dados dessazonalizados. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pela expansão do volume do comércio e do setor de serviços, que compensaram o desempenho mais fraco no setor industrial, impactado, sobretudo, pela indústria extrativa paraense, que vem anotando recuos ao longo do ano. Em doze meses, a atividade econômica regional cresceu 4,2% até novembro, comparativamente 0,9% registrado pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBCR-Br) no mesmo período.

Em relação aos indicadores de demanda, registrou-se crescimento de 4,5% no volume de vendas do comércio varejista no trimestre finalizado em novembro, ante o encerrado em agosto, e expansão de 3,4% no volume de vendas do comércio ampliado, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. A expansão das vendas se verificou em todos os estados da região, com destaque para o Pará. Considerados dados acumulados em doze meses, as vendas do comércio varejista cresceram 5,6% e do comércio ampliado, 5,8%.

Dados do licenciamento de automóveis e comerciais leves da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), proxy das vendas no setor, indicam continuidade do crescimento, porém em ritmo menor. Em doze meses o número de licenciamentos subiu 9,8% até dezembro, após crescer 20,0% em 2018. Na margem, houve redução de 1,4% no quarto trimestre, em relação ao imediatamente anterior (dados com ajuste sazonal), sendo que Acre (11,2%) e Tocantins (4,1%) cresceram no período.

Estatísticas relacionadas à confiança de consumidores e empresários sinalizam condições favoráveis para a continuidade da expansão do comércio. O índice de

Tabela 1.1 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

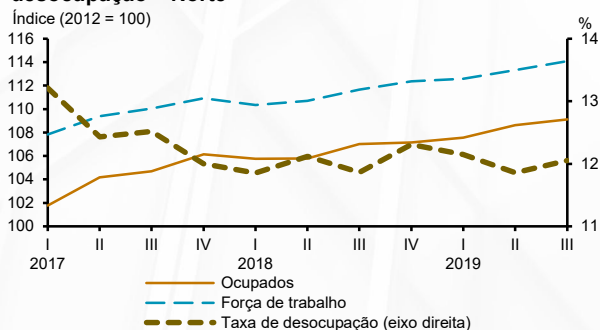
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018		2019		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	11,7	-15,1	1,9	21,7	18,2
Indústria de transformação	0,2	-1,7	1,0	2,9	2,3
Comércio	7,3	-0,7	-1,4	3,8	10,9
Serviços	5,1	0,5	3,4	4,5	1,9
Construção civil	-1,2	-9,8	-0,6	7,1	0,7
Agropecuária	0,3	-3,3	-0,7	2,2	1,5
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	-0,4	0,0	0,5	0,3
Outros ^{2/}	0,0	0,2	0,2	0,7	0,5

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 1.4 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Norte^{1/}

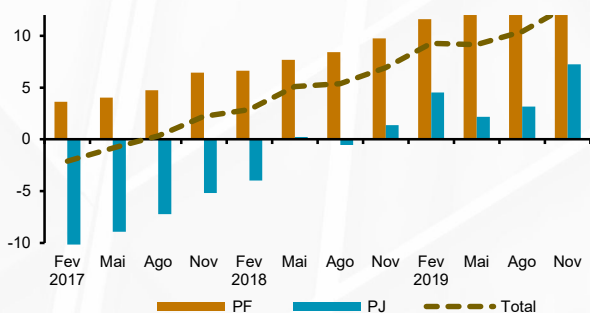


Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

1/ 100 pontos indicam neutralidade.

Intenção de Consumo das Famílias (ICF) da região, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), aumentou 4,0 pontos, alcançando média de 98 pontos no quarto trimestre do ano. Em igual período, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela CNC, atingiu média de 134,2 pontos¹, 4,2 pontos acima do alcançado no terceiro trimestre, mantendo-se em área de otimismo desde setembro de 2016.

No setor de serviços, dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE evidenciam continuidade na trajetória de recuperação da região Norte, com aumento de 1,2% no trimestre encerrado em novembro, ante 1,3% no trimestre anterior, após ajuste sazonal, havendo crescimento em cinco dos sete estados da região, com destaque para Rondônia (4,3%). Na análise em doze meses até novembro, o volume de serviços alcançou a estabilidade (0,0%) após cinquenta e sete meses de variações negativas (desde fevereiro de 2015).

O mercado de trabalho regional continua em processo de recuperação. No trimestre até novembro, foram criados 18,2 mil empregos, comparativamente a 11,7 mil do mesmo período de 2018, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), com destaque para os postos criados no comércio (10,9 mil) e na indústria de transformação (2,3 mil). No acumulado do ano, o setor de serviços responde pela maior parte dos novos postos de trabalho (13,5 mil), do total de 38,9 mil. Considerando dados isentos de influências sazonais, o nível de emprego cresceu 0,6% no trimestre até novembro, em relação ao encerrado em agosto.

A taxa de desocupação no Norte atingiu 11,7% no terceiro trimestre de 2019, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, comparativamente a 11,6% no mesmo período de 2018. A evolução decorreu do aumento mais intenso na força de trabalho (2,2%) do que na população ocupada (2,0%). Considerados dados com ajuste sazonal, a taxa de desocupação cresceu 0,2 p.p. no terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre deste ano. Na comparação interanual, o rendimento do trabalho recuou 0,5%, enquanto a massa salarial praticamente não apresentou variação no período (0,2%).

Tabela 1.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Norte^{1/}
Variação interanual (novembro)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Norte		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Total	40 292	43 211	7,2	0,7
Livres	23 270	27 579	18,5	9,9
Capital de giro	8 570	10 055	17,3	3,8
Financiamentos a exportação	4 404	4 172	-5,3	-0,4
Outros créditos livres	4 297	5 453	26,9	9,6
Títulos descontados	1 879	2 410	28,2	28,1
Direcionados	17 022	15 632	-8,2	-10,8
BNDES	9 549	8 305	-13,0	-9,9
Financiamentos imobiliários	1 542	1 049	-32,0	-25,3
Outros créditos direcionados	5 397	5 770	6,9	0,0

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 1.3 – Crédito a pessoas físicas – Norte^{1/}
Variação interanual (novembro)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Norte		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Total	86 164	99 529	15,5	11,6
Livres	54 723	65 288	19,3	16,1
Cartão de crédito à vista	6 072	7 271	19,7	15,9
Crédito pessoal consignado	25 955	29 637	14,2	13,6
Crédito pessoal não consig.	7 369	9 234	25,3	18,4
Financiamentos de veículos	9 474	11 798	24,5	19,2
Direcionados	31 441	34 242	8,9	6,7
BNDES	1 904	2 022	6,2	2,9
Financiamentos imobiliários	18 752	19 949	6,4	6,5
Financiamentos rurais	10 687	12 200	14,2	9,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 1.4 – Produção agrícola – Norte
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2018	2019	
Grãos ^{3/}	38,6	8 938	9 807	9,7
Soja	27,6	5 320	5 704	7,2
Milho	6,3	2 521	2 978	18,1
Arroz (em casca)	3,8	958	944	-1,4
Outras lavouras				
Mandioca	16,9	6 394	7 317	14,4
Banana	5,5	899	843	-6,3
Cacau	5,3	122	136	11,9
Café	3,3	146	152	3,9
Cana-de-açúcar	1,8	4 329	4 608	6,5
Laranja	1,0	280	355	26,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2019.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

O mercado de crédito segue em expansão. Nos últimos doze meses encerrados em novembro o volume de crédito cresceu 12,9% no Norte, sendo que o crescimento no segmento pessoas jurídicas alcançou 7,2% e no segmento pessoas físicas, 15,5%. Apesar do maior crescimento do crédito a pessoas físicas, observa-se, na margem, aceleração do crédito a pessoas jurídicas (PJ).

As operações destinadas às empresas apresentam expansão das linhas com juros livremente contratados nos doze meses encerrados em novembro (18,5%), com destaque para financiamento à importação (102,3%) e financiamento de veículos (60,9%). Em relação ao crédito direcionado, os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os imobiliários seguem em retração ao longo de 2019 comparativamente ao ano anterior. A inadimplência média da carteira apresentou alta moderada, alcançando 3,8% em novembro, ante 2,7% em igual período de 2018.

Em relação às operações com pessoas físicas (PF), observa-se continuidade da expansão iniciada em 2017. No segmento livre, destaque para as linhas de crédito não consignado (25,3%) e financiamento de veículos (24,5%). No segmento de crédito direcionado às famílias, os financiamentos rurais aumentaram 14,2%. Cabe ressaltar que, apesar do contínuo desempenho positivo do crédito a PF, a inadimplência média da carteira manteve-se em torno de 3,5% em 2019, inferior à de 2018 (3,9%).

Estatísticas relacionadas à oferta confirmam a continuidade no processo de expansão econômica da região, com desempenho positivo do setor primário, apesar do fraco desempenho do setor industrial, influenciado pela indústria extrativa paraense.

O crescimento da safra de cereais, leguminosas e oleaginosas da região Norte está estimado em 9,7% em 2019, segundo dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de dezembro divulgados pelo IBGE. Em termos de valor da produção agrícola, pelos dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2019, houve aumento real de 7,6% (corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI), com destaques para os aumentos nas produções de mandioca (24,6%) e milho (24,5%). Quanto ao terceiro prognóstico da produção de cereais para a safra de 2020, o crescimento esperado é de 2,4%, dando continuidade ao processo de expansão observado nos últimos anos.

Tabela 1.5 – Produção industrial – Norte

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2019	Variação % no período		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	16,2	-3,9	0,2
Indústrias extrativas	38,3	31,2	-7,3	-1,1
Indústrias de transformação	61,7	1,8	3,2	2,2
Informát., eletrôn. e ópticos	12,9	-0,4	0,9	-0,9
Bebidas	10,4	-4,4	8,8	-1,1
Outros equip. transporte	8,4	0,4	7,6	6,7
Produtos de metal	2,1	-9,2	22,7	1,0
Metalurgia	3,4	35,5	18,4	8,8
Produtos alimentícios	2,6	0,7	-3,1	3,3
Prod. miner. não-metálicos	2,1	-4,7	1,1	-1,6
Produtos de madeira	1,2	4,6	2,1	-9,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A produção industrial recuou 3,9% no trimestre finalizado em novembro, de acordo com os dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional (PIM-PF Regional) do IBGE. A indústria de transformação da região cresceu 3,2% no período, com destaque para a impressão e reprodução de gravações, no Amazonas, e metalurgia, no Pará. No segmento extrativo, houve retração de 7,3%, o que determinou o desempenho negativo da indústria do Norte. Considerados dados acumulados em doze meses, a indústria cresceu 0,2% até novembro, com alta de 2,2% na transformação e recuo de 1,1% na extrativa.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (IcEI) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), continuou em processo de expansão, atingindo 63,7 pontos em dezembro, ante 62,4 pontos em setembro, e mantendo-se na região de otimismo² desde janeiro de 2017. O nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) das indústrias do Polo Industrial de Manaus atingiu 78,9% em novembro, 3,4 p.p. acima do registrado no mesmo período em 2018, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), sinalizando que a indústria de transformação do estado tem respondido ao aumento da demanda do mercado interno nacional, principal destino da produção do estado.

Tabela 1.6 – Comércio exterior – Norte

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	19 042	21 050	10,5
Básicos	15 791	17 527	11,0
Industrializados	3 251	3 523	8,4
Semimanufaturados	1 305	1 237	-5,2
Manufaturados ^{1/}	1 946	2 286	17,5
Importações	12 479	12 661	1,5
Bens de capital	921	901	-2,2
Bens intermediários	10 125	10 426	3,0
Bens de consumo	582	515	-11,5
Combustíveis e lubrificantes	851	820	-3,7
Saldo comercial	6 563	8 389	27,8

Fonte: Ministério da Economia

1/ Inclui operações especiais.

A balança comercial da região apresentou *superavit* de US\$8,4 bilhões em 2019, segundo o Ministério da Economia (ME), 27,8% superior ao registrado em 2018. O Pará foi o estado que mais contribuiu para a performance da balança comercial nacional, apresentando saldo de US\$16,3 bilhões. As exportações alcançaram US\$21,1 bilhões, aumento de 10,5%, com incremento nos preços (13,4%) e recuo no *quantum* (2,5%). Os produtos básicos constituem a maior parte da pauta de exportações da região (83,3%), representados principalmente pelas vendas de minério de ferro do Pará, que cresceram 23,9% em doze meses. As importações cresceram 1,5% (-3,7% em preços e 5,4% em *quantum*), atingindo US\$12,7 bilhões no período. A maior parte das compras externas (82,3%) destinaram-se a aquisição de matérias primas e bens intermediárias utilizados como insumos pela indústria de transformação do Amazonas.

No âmbito fiscal, os governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Norte apresentaram expressiva ampliação do *superavit* primário em

2/ Valores acima de 50 pontos indicam otimismo.

Tabela 1.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Dezembro de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
AC	3 816	-8	182	3 190	-569	-402
AM	5 456	272	531	5 412	-47	208
AP	1 102	-91	-11	940	-392	-244
PA	1 665	357	510	785	-114	21
RO	2 543	-452	-276	1516	-954	-870
RR	-819	-759	-739	-1 890	-972	-972
TO	2 332	-508	-367	3 886	-1 048	-976
Total (A)	16 095	-1 188	-171	13 838	-4 094	-3 235
Brasil^{4/} (B)	882 261	-4 236	54 977	908 220	-16 518	32 197
(A/B) (%)	1,8	28,1	-0,3	1,5	24,8	-10,0

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

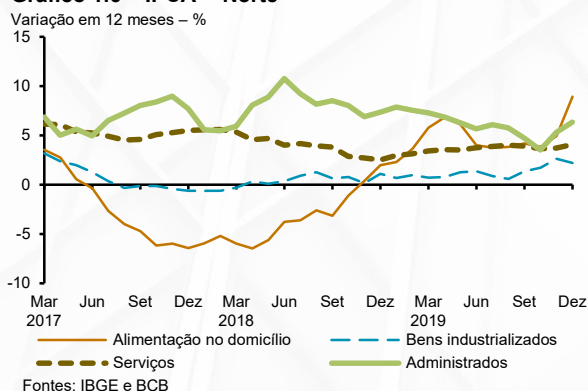
2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

(+) déficit (-) superávit

Gráfico 1.6 – IPCA – Norte



Fontes: IBGE e BCB

2019 (R\$4,1 bilhões), ante o registrado em 2018 (R\$1,2 bilhões). Todos os estados da região geraram resultados primários superavitários em 2019 e o Norte foi a única região a apresentar *superavit* nominal no período.

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) atingiu R\$29,7 bilhões no acumulado dos primeiros onze meses do ano, representando expansão real de 3,8% comparativamente a igual período anterior³, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe/ME). No mesmo período, as transferências da União, excluídos os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), totalizaram R\$31,4 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), registrando crescimento de 2,5%, em termos reais, na comparação com igual intervalo do ano anterior.

Em relação ao comportamento dos preços, a inflação na região Norte⁴, considerada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apresentou aceleração no último trimestre, alcançando 2,79% (-0,06% no terceiro trimestre). O resultado refletiu a pressão altista de alimentos no domicílio, especialmente do preço das carnes (30,97%), que contribuiu com 1,52 p.p. para o índice geral. Por outro lado, a tarifa de energia elétrica residencial recuou 3,27%. O índice de difusão atingiu 55,2% no quarto trimestre, ante 47,3% no anterior.

Em dose meses o IPCA da região Norte registrou alta de 5,35%, tendo a região metropolitana de Belém alcançado 5,51%, maior variação entre as capitais onde o IBGE realiza a pesquisa, enquanto que Rio Branco registrou a menor variação no período (3,82%). O resultado do ano foi impactado pela forte pressão altista assinalada no quarto trimestre, advindo principalmente do item alimentação, que devido ao seu grande peso na cesta do IPCA das famílias nortistas, contribuiu negativamente para o resultado da inflação neste ano.

Em síntese, a atividade econômica no Norte apresenta cenário de recuperação mais intenso que o nacional, refletindo, na margem, a evolução positiva em quase todos os setores da economia, não obstante o fraco

3/ Considerado o IGP-DI como deflator.

4/ Calculado com base nos pesos e variações dos subítemos que compõem o IPCA da região metropolitana de Belém e do município de Rio Branco, ponderados pelos pesos dessas regiões na composição do IPCA nacional.

Tabela 1.8 – IPCA – Norte^{1/}

Discriminação	Pesos ^{2/}	Variação %			
		2018	2019		
	Ano	III Tri	IV Tri	12 meses	
IPCA	100,0	3,13	-0,06	2,79	5,35
Livres	75,7	1,88	-0,53	3,16	5,05
Alimentação no domicílio	24,8	1,98	-2,36	7,55	8,92
Serviços	26,9	2,52	0,71	1,02	4,07
Serviços subjacente	16,1	1,87	0,67	0,99	4,01
Bens Industrializados	24,1	1,10	-0,02	1,12	2,20
Monitorados	24,2	7,36	1,42	1,64	6,35
Principais itens					
Alimentação	32,8	1,91	-1,70	5,92	7,65
Habitação	14,0	8,05	2,90	0,05	4,39
Artigos de residência	4,7	1,52	-0,62	0,23	0,60
Vestuário	7,9	1,93	-0,33	2,02	1,61
Transportes	13,2	5,07	-0,24	1,66	4,57
Saúde	11,0	0,85	0,65	1,20	6,23
Despesas pessoais	8,5	2,36	0,97	3,47	6,01
Educação	5,0	5,08	0,30	0,63	5,46
Comunicação	3,0	0,57	0,87	0,41	0,81

Fonte: IBGE

1/ Dados até abril de 2018 referentes à Região Metropolitana de Belém (RMB).

A partir de maio de 2018 foi incluído o município de Rio Branco.

2/ Referentes a dezembro de 2019.

desempenho da indústria extrativa paraense. Por sua vez, a pressão inflacionária registrada no final de 2019, decorrente em maior parte pelos alimentos no domicílio, deve acomodar nos próximos meses. Para os próximos meses, as expectativas são de manutenção do processo de recuperação, mas com algum risco de oscilações decorrente do sinalização de menor crescimento da economia mundial.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

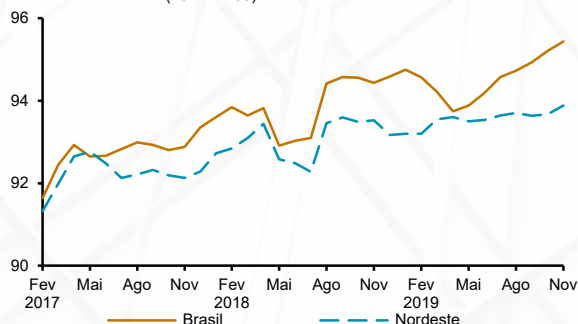
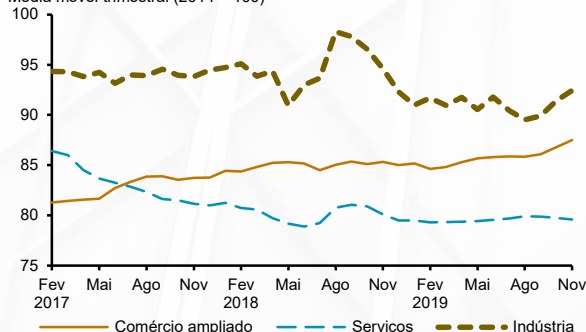


Gráfico 2.2 – Comércio, serviços e indústria

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



Fonte: IBGE

Tabela 2.1 – Taxa de desocupação, estados e Nordeste

Valores percentuais (%)

Trimestre	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE
III.2018	17,1	16,2	10,6	13,7	10,7	16,7	12,3	12,8	17,5	14,4
III.2019	15,4	16,8	11,3	14,1	11,2	15,8	12,7	13,4	14,7	14,4

Fonte: IBGE

A atividade econômica no Nordeste tem apresentado ritmo de expansão mais lento do que as demais regiões do país, repercutindo a incipiente recuperação da produção industrial e o baixo dinamismo do mercado de trabalho. O Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste (IBCR-NE) variou 0,2% no trimestre encerrado em novembro em relação ao finalizado em agosto, quando também crescera 0,2%, de acordo com dados dessazonalizados. Em doze meses o IBCR-NE registrou alta de 0,6%.

Em relação aos indicadores de demanda, verifica-se expansão das vendas do comércio. O comércio ampliado, no trimestre terminado em novembro, comparativamente ao trimestre anterior, cresceu 2,0% de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE (alta de 1,0% em doze meses), beneficiado pela liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pela *Black Friday*. Por outro lado, o volume de prestação de serviços não financeiros retraiu no trimestre 0,4%, após o ajuste sazonal dos dados da PMS/IBGE, apesar da evolução positiva verificada em cinco dos nove estados da região (BA, CE, MA, PI e RN).

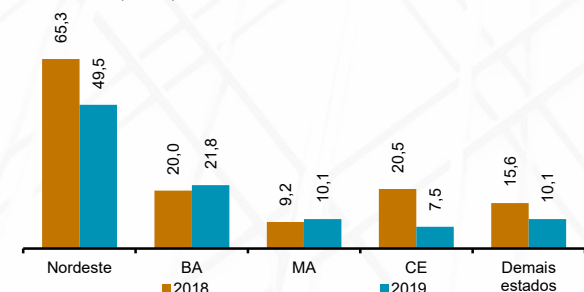
Os índices de confiança de consumidores e empresários do comércio apresentaram trajetórias de recuperação em 2019. O índice ICF, divulgado pela CNC, atingiu 93,3 pontos em dezembro, ante 92,3 pontos no fim de 2018; por sua vez, o Icec alcançou no fechamento do ano o maior patamar da série histórica (125,2 pontos ante 115,1 em 2018). Em linha com a trajetória de crescimento do comércio, informações divulgadas pela Fenabreve, dessazonalizadas pelo Banco Central, mostraram crescimento de 1,6% nos registros de emplacamentos de veículos no Nordeste no quarto trimestre, em relação ao trimestre anterior, acumulando alta de 9,1% em 2019.

A taxa de desocupação na região, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, alcançou 14,4% no terceiro trimestre de 2019, mantendo-se estável em relação ao mesmo período de 2018. Ante o trimestre anterior, na série com ajuste sazonal, o indicador

Gráfico 2.3 – Emprego formal

12 meses encerrados em novembro

Postos criados (em mil)^{1/}



Fonte: Ministério da Economia/Caged
1/ Postos declarados "no prazo".

Tabela 2.2 – Variação do estoque de crédito - Nordeste^{1/}

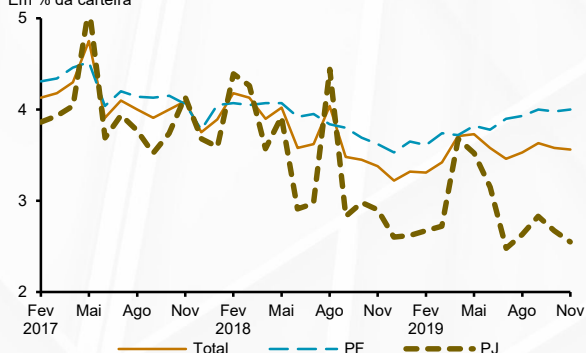
Acumulado até novembro

Região e estados	2018		2019		
	% crédito regional	Trim. 12 meses	Trim. 12 meses		
Nordeste	100	2,2	5,3	3,5	8,3
AL	5,2	2,1	4,4	2,3	8,9
BA	27,4	3,8	8,4	3,1	12,0
CE	16,5	0,8	3,3	3,6	6,1
MA	9,7	2,2	5,2	3,0	9,5
PB	7,2	3,0	7,4	3,4	9,0
PE	17,2	1,4	3,8	4,8	4,2
PI	5,2	1,9	5,6	4,8	12,6
RN	7,2	1,7	3,6	2,6	4,7
SE	4,3	1,5	1,9	2,0	7,2

1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Gráfico 2.4 – Inadimplência – Nordeste

Em % da carteira



creceu 0,2 p.p., repercutindo reduções de 0,4% da população ocupada e de 0,2% da força de trabalho. Comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, o rendimento real médio habitual de todos os trabalhos recuou 0,7% e a massa salarial 0,2%.

Entre os estados da região, a taxa de desocupação é mais elevada na Bahia (16,8%) e Pernambuco (15,8%), em oposição aos menores índices observados na Paraíba (11,2%) e Ceará (11,3%).

No mercado de trabalho formal, de acordo com o Caged/ME, verifica-se ritmo moderado de geração de postos de trabalho. Nesse sentido, no trimestre encerrado em novembro, o índice de emprego formal variou 0,3%, ante o período anterior, comparativamente aos 0,5% na média do país. A evolução favorável da construção civil – sobretudo na Bahia – e serviços, foi compensada por demissões na indústria de transformação. Nos doze meses encerrados em novembro o saldo líquido de empregos diminuiu para 49,5 mil (65,3 mil no trimestre anterior).

O mercado de crédito do Nordeste segue impulsionado pelas concessões às pessoas físicas. O volume total de empréstimos na região alcançou R\$454,1 bilhões em novembro, apresentando expansões anual de 8,3% e trimestral de 3,0%, com ênfase nas modalidades de crédito livre. Os empréstimos às pessoas físicas avançaram 12,3% e 3,7% em doze meses e no trimestre, respectivamente, com destaque para as operações de crédito consignado e financiamento de veículos. No segmento de pessoas jurídicas o saldo registrou variação nula em doze meses e de 1,3% no trimestre, com crescimento no crédito livre e contração nas operações com recursos direcionados. Observou-se aumento no volume de financiamentos para veículos, importação e títulos descontados. A inadimplência no crédito bancário permanece relativamente estável, com aumentos de 0,03 p.p. no trimestre e 0,18 p.p. em doze meses.

Do lado da oferta, de acordo com o IBGE, a safra de grãos nordestina, após assinalar crescimento de 0,4% em 2019, deverá expandir 5,1% em 2020, impulsionada pelos crescimentos da colheita de soja, 5,3%; algodão herbáceo, 1,7%; milho, 5,4%; e feijão, 10,5%.

A produção industrial na região expandiu 3,3% no trimestre finalizado em novembro em relação ao encerrado em agosto, após quatro trimestres de retração, segundo dados dessazonalizados da

Tabela 2.3 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		
		2018	2019	2019/2018
Produção de grãos	52,8	19 112	19 188	0,4
Soja	31,8	11 471	10 496	-8,5
Caroço de algodão (herbáceo)	9,3	834	1 013	21,5
Milho	7,9	5 637	6 519	15,6
Feijão	2,6	560	617	10,1
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	9,8	49 154	49 672	1,1
Banana	5,5	2 162	2 488	15,1
Mandioca	3,8	5 073	3 799	-25,1

Fonte: IBGE

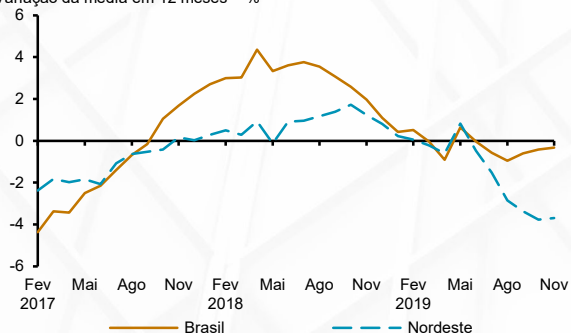
1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2019.

Gráfico 2.5 – Produção industrial

Indústria de transformação

Variação da média em 12 meses – %



Fonte: IBGE

Tabela 2.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Dezembro de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AL	8 109	- 442	194	7 005	- 766	- 293
BA	22 186	528	1 408	22 546	624	1 353
CE	9 466	1 359	1 906	9 479	- 409	164
MA	7 337	179	551	5 432	- 366	- 71
PB	3 047	- 200	- 77	2 731	- 446	- 346
PE	12 843	1 123	1 824	12 322	- 904	- 209
PI	4 117	461	682	4 307	- 439	- 202
RN	1 394	165	223	3 717	- 59	23
SE	5 292	406	595	3 482	- 144	37
Total (A)	73 792	3 578	7 306	71 020	- 2 909	457
Brasil^{4/} (B)	882 261	- 4 236	54 977	908 220	- 16 518	32 197
(A/B) (%)	8,4	-84,5	13,3	7,8	17,6	1,4

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Destacaram-se no período as altas de 17,2% na produção de derivados de petróleo, de 7,6% na confecção de artigos do vestuário e acessórios e de 4,0% na fabricação de bebidas. Em sentido oposto, houve queda de 10,3% na metalurgia (-16,6% na Bahia) e 4,6% em outros produtos químicos.

Considerando horizonte mais longo, a produção da indústria regional mostra retração de 3,9% em doze meses até novembro, com recuos de 6,6% na indústria extrativa e 3,7% na transformação. Houve retração de 15,0% na fabricação de outros produtos químicos, 14,1% na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias - em ambiente de menores embarques para a Argentina - e 11,1% em celulose. Em sentido inverso, altas de 11,1% na fabricação de bebidas e de 4,1% na metalurgia.

O Icei do Nordeste, divulgado pela CNI, atingiu 63,6 pontos em dezembro de 2019 (maior nível desde junho de 2011), com aumento de 2,3 p.p. em comparação a igual mês de 2018 e de 4,8 p.p. ante setembro. O indicador de expectativas de demanda da Sondagem Industrial da CNI para o Nordeste alcançou 67,3 pontos em dezembro, mantendo-se na zona de otimismo pelo 44º mês consecutivo.

No âmbito fiscal, os governos estaduais e municipais do Nordeste apresentaram *superavit* primário de R\$2,9 bilhões em 2019, com destaque para o *superavit* de R\$0,9 bilhão em Pernambuco e resultado negativo de R\$0,6 bilhão na Bahia. Quando apropriados juros por competência, o resultado nominal dos governos regionais do Nordeste alcançou *deficit* de R\$0,5 bilhão. A dívida líquida dos governos dos estados e municípios da região totalizou R\$71,0 bilhões em dezembro de 2019, recuando 3,8% comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

A evolução do comércio externo do Nordeste em 2019 repercutiu a variação negativa nos preços dos principais produtos da pauta regional. Nesse sentido, as exportações variaram -11,6% no ano (0,9% no *quantum* e -12,4% em preços) e as importações, -6,8% (2,4% no *quantum* e -9,0% em preços). Destacaram-se as reduções de 6,4% nas vendas de produtos básicos (sobretudo soja, prioritariamente para a China), 11,2% nas de semimanufaturados (madeira, ferro e aço) e 15,7% nas de manufaturados (automóveis de passageiros e alumínio). A redução das importações no ano refletiu, especialmente, os decréscimos de 51,8% nas aquisições de bens de consumo duráveis

Tabela 2.5 – Comércio exterior – Nordeste

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	18 743	16 561	-11,6
Básicos	5 539	5 187	-6,4
Industrializados	13 204	11 374	-13,9
Semimanufaturados	5 420	4 813	-11,2
Manufaturados	7 784	6 561	-15,7
Importações	21 675	20 204	-6,8
Bens de capital	1 701	1 760	3,5
Bens intermediários	12 085	10 538	-12,8
Bens de consumo	1 513	1 234	-18,5
Combustíveis	6 375	6 667	4,6
Saldo comercial	-2 933	-3 643	24,2

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 2.6 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %		
		2019		
		III Tri	IV Tri	12 meses
IPCA	100,0	-0,03	1,48	4,12
Livres	75,2	-0,28	1,61	3,45
Alimentação no domicílio	19,9	-1,67	4,64	6,86
Bens industrializados	23,5	-0,07	0,07	0,96
Serviços	31,8	0,46	0,83	3,17
Monitorados	24,8	0,73	1,08	6,24
Principais itens				
Alimentação e bebidas	28,2	-1,07	3,58	5,68
Habitação	15,0	1,44	-0,53	3,88
Artigos de residência	4,1	-0,15	-0,85	-1,02
Vestuário	6,5	0,40	0,10	-0,28
Transportes	16,9	-0,48	1,13	4,26
Saúde	11,7	0,14	1,06	5,18
Despesas pessoais	9,3	0,82	2,60	4,33
Educação	5,0	0,47	0,19	5,62
Comunicação	3,2	0,20	0,38	0,25

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2019.

(especialmente dos Estados Unidos, México e Argentina) e de 12,8% nas de bens intermediários (peças para equipamentos de transporte e insumos industriais elaborados). Entre os estados da região observou-se redução das importações de automóveis de passageiros de Pernambuco e Bahia e de bens intermediários para todos os estados. De acordo com estatísticas do Ministério da Economia, o *deficit* da balança comercial do Nordeste totalizou US\$3,6 bilhões em 2019 (US\$2,9 bilhões em 2018).

A inflação na região⁵, medida pelo IPCA, variou 1,48% no quarto trimestre do ano, ante -0,03% no anterior. A aceleração ocorreu tanto nos preços livres (1,61% ante -0,28%) como nos monitorados (1,08% ante 0,73%). A variação nos preços livres foi influenciada pelos aumentos, sobretudo, em carnes (24,9%) e passagem aérea (22,3%). Nos monitorados, jogos de azar (40,37%) e ônibus interestadual (4,69%) registraram as maiores variações.

Em 2019, a inflação atingiu 4,12% ante 3,40% em 2018. A aceleração repercutiu aumento nos preços livres (3,45% ante 2,82%) e nos monitorados (6,24% ante 5,30%), destacando-se a inflação registrada em jogos de azar, taxa de água e esgoto e ônibus interestadual. A variação nos preços livres, refletiu, principalmente, o aumento em carnes, feijões e açúcares e derivados.

Em linha com o observado na última edição deste Boletim, a atividade econômica do Nordeste mostra recuperação bastante gradual, com elevada ociosidade do mercado de trabalho. Em paralelo, observa-se maior vigor das operações de crédito no segmento de pessoas físicas e melhora nas expectativas dos consumidores e dos empresários, com reflexo nas vendas do comércio.

5/ Calculado com base nas variações e pesos das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador. A partir de maio de 2018 foram incluídas as variações dos municípios de Aracaju e São Luís.

2.1 Bahia

Gráfico 2.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

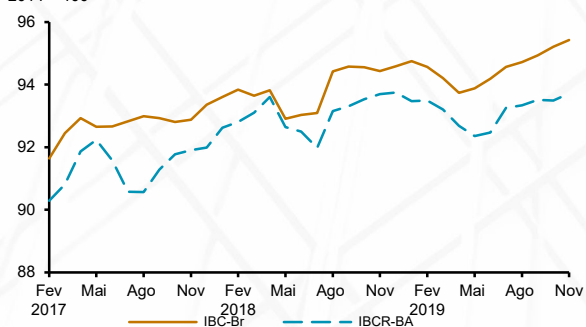
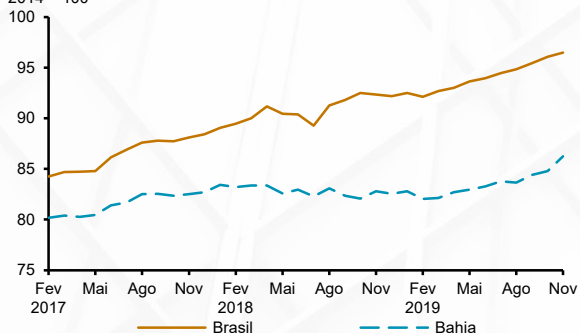


Gráfico 2.1.2 – Comércio varejista – Bahia

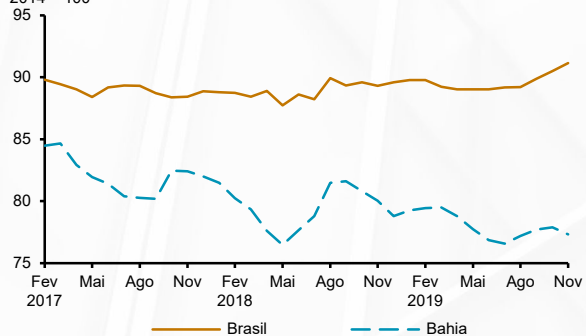
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 2.1.3 – Volume de serviços – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

O Produto Interno Bruto (PIB) do estado cresceu 0,8% no terceiro trimestre de 2019 em comparação com igual período de 2018, segundo informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). O desempenho esteve associado às variações de 0,8% no setor agropecuário; de -1,9% na indústria e de 1,9% nos serviços. Na margem, o PIB recuou 0,6% no terceiro trimestre, considerando a série com ajuste sazonal. Dados mais recentes da atividade econômica na Bahia, medida pelo IBCR-BA, evidenciam melhora na atividade, com expansão de 0,4% no trimestre encerrado em novembro em relação ao trimestre anterior. Em doze meses o IBCR do estado cresceu 0,2%.

No lado da demanda, as vendas do comércio ampliado na Bahia avançaram 3,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando crescera 0,8% na mesma base de comparação, de acordo com os dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Nove dos dez segmentos pesquisados apresentaram alta, com destaque para equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+17,0%), móveis e eletrodomésticos (+12,9%), impulsionados pelas vendas do Black Friday e liberação do FGTS. Considerados períodos de doze meses, o volume de vendas avançou 0,9%.

O volume dos serviços não-financeiros prestados na Bahia avançou 0,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia retraído 0,7%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS divulgada pelo IBGE. Considerando-se a variação dos últimos doze meses até novembro, o indicador recuou 2,1% (serviços de informação e comunicação, -5,6%; outros serviços, -9,1%), enquanto as atividades turísticas do estado avançaram 1,3%.

No mercado de trabalho, o desemprego cresceu no terceiro trimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior (16,8% ante 16,2%), segundo dados da PNAD Contínua do IBGE. Observou-se retração na população ocupada (PO), em especial, no comércio, alojamento e alimentação; e entre os empregadores. Na mesma base de comparação, os rendimentos habituais recuaram 3,9% e a massa salarial, 4,0%. Na série com ajuste sazonal, o desemprego ficou relativamente estável, passando de 17,1% no segundo trimestre para 17,2% no

Tabela 2.1.1 – Evolução do emprego formal – Bahia

Novos postos de trabalho

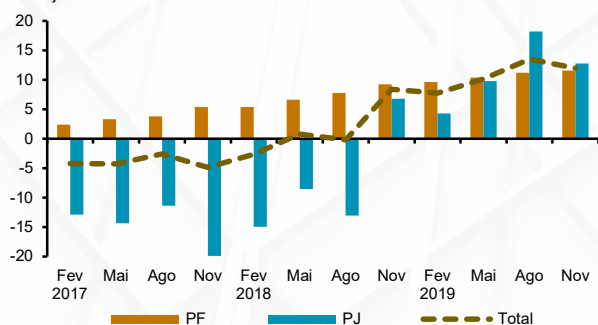
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil)				
	2018		2019		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	10,1	-4,8	15,2	3,5	7,9
Indústria de transformação	-0,5	-0,8	2,2	2,1	-1,3
Comércio	5,8	-1,6	-1,3	-0,5	7,2
Serviços	7,3	0,0	2,3	0,6	0,6
Construção civil	2,5	-0,2	4,3	4,3	3,8
Agropecuária	-4,9	-2,9	6,9	-3,6	-2,7
SIUP	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4
Outros ^{1/}	-0,2	0,5	0,6	0,2	-0,1

Fonte: Ministério da Economia/Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

terceiro, refletindo reduções de 0,3% da PO e 0,2% da força de trabalho.

Dados mais recentes indicaram acomodação no ritmo de crescimento do emprego com carteira assinada no estado. Nesse sentido, o índice de emprego formal, ajustado sazonalmente, variou 0,2% no trimestre encerrado em novembro em relação ao anterior, quando variara 0,5%. Em doze meses, o saldo de 21,8 mil novos postos supera o do mesmo período do ano anterior, de 20 mil novos postos. Destacam-se os resultados na agropecuária, no comércio e na construção civil – esse, beneficiado pelas obras de infra-estrutura, tanto na região metropolitana de Salvador quanto no interior do estado

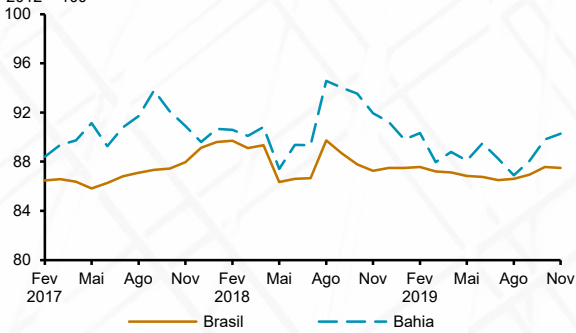
A carteira de crédito segue em expansão, principalmente nas operações voltadas às pessoas físicas, cujo estoque atingiu R\$82,1 bilhões – altas de 3,6% no trimestre e 11,6% em doze meses – com destaque, no trimestre, para as modalidades cartão de crédito à vista e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$42,1 bilhões, registrando estabilidade no trimestre e crescimento de 12,7% em doze meses, ressaltando-se, na evolução mais recente, as modalidades financiamento de veículos e títulos descontados.

Em relação às finanças públicas, o resultado primário do governo do estado e dos municípios, em 2019, foi deficitário em R\$624 milhões (R\$532 milhões em 2018). O desempenho contribuiu para a elevação da dívida líquida desses entes no período. As receitas com ICMS aumentaram 4,9% enquanto as transferências da União referentes aos fundos de participação de estados e municípios cresceram 8,7%, em termos nominais.

Do lado da oferta, a produção de grãos na Bahia fechou o ano de 2019 com retração de 11,1%, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE, após safra recorde registrada em 2018. As principais contribuições ao resultado vieram da retração na produção de milho e soja devido, principalmente, a condições climáticas adversas.

A indústria baiana avançou 3,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando recuara 1,4%, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. O desempenho foi positivo tanto nas indústrias extrativas (11,2%), quanto nas indústrias de transformação (4,0%). Destaque-se o bom desempenho de três segmentos

Gráfico 2.1.5 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

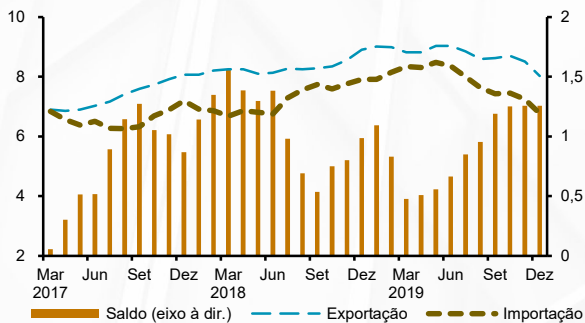
representativos da indústria local: derivados de petróleo (18,6%), celulose e papel (3,2%) e veículos automotores (2,6%). Por outro lado, houve reduções significativas em outros dois setores também importantes: metalurgia (16,6%) e produtos químicos (9,3%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial da Bahia variou -2,5% (-0,7% na indústria extrativa e -2,6% na indústria de transformação), tendo como destaque positivo o desempenho da metalurgia (+13,6%) e como destaque negativo o recuo na indústria química (-17,1%).

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb), divulgado pela SEI, alcançou 1 ponto em dezembro, situando-se na área de otimismo moderado (0 ~ 250 pontos), com a agropecuária apresentando, na evolução trimestral, o maior avanço (167 pontos) entre as quatro atividades pesquisadas. Os empresários da indústria e do comércio, que se mantiveram moderadamente pessimistas (-250 ~ 0 pontos) em boa parte de 2019, encerraram o ano moderadamente otimistas. A atividade de serviços mantém-se moderadamente pessimista (-69 pontos) pelo décimo quarto mês consecutivo, enquanto o empresário do setor agropecuário encerra 2019 na zona de otimismo (250 ~ 500 pontos).

Gráfico 2.1.6 – Balança comercial – Bahia

Acumulado 12 meses – Em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

A balança comercial da Bahia encerrou 2019 superavitária em US\$1,3 bilhão, avançando 27,2% em relação ao resultado de 2018. A evolução refletiu quedas de 9,8% nas exportações e de 14,4% nas importações, que somaram US\$8,0 bilhões e US\$6,8 bilhões, respectivamente

O comportamento das vendas externas repercutiu variações de -10,4% nos preços e de 0,6% no *quantum*. As vendas de produtos básicos recuaram em um ano 12,6%, devido principalmente aos menores embarques de soja, 30,6%; enquanto as vendas de produtos semimanufaturados caíram 12,3%, em consonância com o recuo nas exportações de celulose (-23,3%), item que representou 51,8% da pauta do segmento. As exportações de produtos manufaturados decresceram 5,5%, com destaque à redução de 44,5% nas vendas de automóveis de passageiros ao principal país de destino, Argentina. China, EUA, Cingapura e Argentina absorveram 53,2% das exportações baianas do período.

O recuo das importações refletiu quedas de 10,7% nos preços e de 4,2% no *quantum*, respectivamente.

As aquisições de bens de consumo recuaram 44,4% (automóveis, -94,2%); seguidas pelas de bens intermediários (73,3% da pauta), que recuaram 13,6% (naftas para petroquímica, -26,0%); e combustíveis e lubrificantes, cujas compras diminuíram 11,4% (gás natural liquefeito, -13,7%), apesar do aumento significativo nas importações de petróleo (US\$101,4 milhões). Enquanto isso, as compras de bens de capital decresceram 9,2% (outros veículos para transporte industrial com motor diesel, -7,9%). Do total importado pelo estado, 48,2% vieram dos EUA, Argentina, China, Chile e Peru.

A inflação na Região Metropolitana de Salvador (RMS), medida pelo IPCA, alcançou 1,57% no último trimestre do ano, ante 0,04% no trimestre anterior. A aceleração refletiu trajetória ascendente dos preços livres, que passaram de deflação de 0,32% em setembro para alta de 1,81% em dezembro, principalmente devido ao aumento dos preços de carnes (21,72%). Os preços monitorados apresentaram alta de 0,86%, valor inferior ao do trimestre encerrado em setembro, quando aumentara 1,15%. A desaceleração se deveu principalmente à queda de 5,61% nos preços de energia elétrica residencial.

No acumulado em doze meses, o IPCA na RMS finalizou o ano em patamar ligeiramente abaixo do ano anterior, com variação de 3,93% em 2019, ante 4,03% em 2018, refletindo, principalmente, a desaceleração nos preços monitorados.

Tabela 2.1.2 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2018	2019		
		Ano	III Tri	IV Tri	12 meses
IPCA	100,00	4,03	0,04	1,57	3,93
Livres	75,28	3,34	-0,32	1,81	3,29
Alimentação no domicílio	18,98	4,22	-1,84	5,02	5,92
Bens industrializados	23,71	1,71	0,05	0,32	1,01
Serviços	32,60	4,06	0,32	1,01	3,43
Monitorados	24,72	6,29	1,15	0,86	5,95
Principais itens					
Alimentação	27,92	4,82	-1,14	3,88	4,97
Habitação	15,44	5,37	1,59	-0,27	4,22
Artigos de residência	4,13	5,23	-0,54	-0,46	-1,02
Vestuário	6,25	0,44	0,16	0,21	-0,57
Transportes	18,42	4,44	0,23	1,04	4,45
Saúde	10,99	3,34	-0,04	1,17	4,58
Despesas pessoais	8,53	2,35	0,67	2,47	4,58
Educação	4,89	5,58	0,36	-0,04	5,11
Comunicação	3,44	-0,18	0,57	0,39	0,79

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2019.

2.2 Ceará

Gráfico 2.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

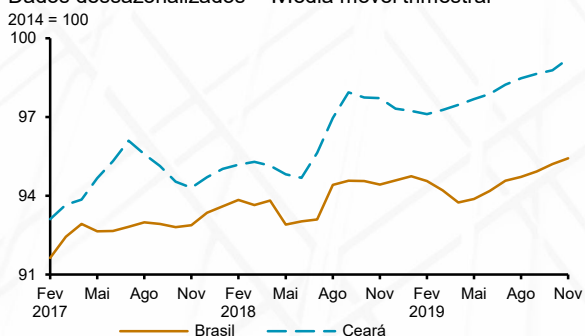


Tabela 2.2.1 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2019		
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-1,1	1,4	-1,0
Combustíveis e lubrificantes	2,7	3,5	-2,8
Hiper e supermercados	-6,5	0,5	-6,7
Tecidos, vestuário e calçados	0,3	0,4	2,1
Móveis e eletrodomésticos	6,8	6,9	20,6
Comércio ampliado	0,5	1,4	3,1
Automóveis e motocicletas	0,8	5,3	13,1
Material de construção	2,1	0,2	11,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

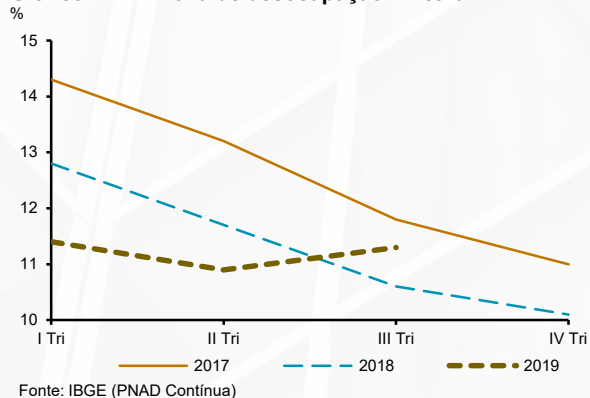
De acordo com dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o PIB do Ceará cresceu 1,9% no terceiro trimestre de 2019 comparativamente ao mesmo período de 2018, reflexo das expansões de 6,7% da atividade na agropecuária, 3,7% na indústria e de 1,2% nos serviços. A evolução do IBCR-CE do trimestre encerrado em novembro de 2019 em relação ao trimestre anterior, mostrou acréscimo de 0,7%, considerados dados dessazonalizados. Considerando a variação do indicador nos últimos doze meses até novembro observou-se alta de 2,1%.

Análise sob a ótica da demanda mostra o comércio varejista impactado pelo crescimento da massa salarial e pelo melhor desempenho do crédito. Nesse sentido, as vendas do comércio ampliado cresceram 3,1% em doze meses terminados em novembro, de acordo com dados da PMC do IBGE, repercutindo entre outros a elevação de 13,1% na comercialização de veículos, motocicletas, e de 11,3% em materiais de construção. Na margem, as vendas mostraram recuperação de 1,4% no trimestre encerrado em novembro, comparativamente ao trimestre anterior, segundo a série dessazonalizada. O setor de serviços segue registrando recuo no período de doze meses (0,5%), segundo dados da PMS do IBGE. Contudo o indicador da pesquisa apresentou crescimento de 1,5% no trimestre finalizado em novembro, segundo dados dessazonalizados.

A carteira de crédito cearense expandiu 3,9% no trimestre e 13,8% em doze meses, com ênfase nas operações voltadas às pessoas físicas que atingiram R\$45,3 bilhões, impulsionada pelo crédito livre. Destaque, no trimestre, para as modalidades de crédito não consignado, cartão de crédito financiado e financiamento de veículos. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$29,7 bilhões, representando aumento de 1,9% no trimestre, mas mantendo ainda evolução negativa em doze meses (-3,8%).

O mercado de trabalho no Ceará segue mostrando evolução desfavorável. A taxa de desemprego atingiu 11,3% no terceiro trimestre de 2019, ante 10,6% no mesmo período de 2018, conforme informações da PNAD Contínua do IBGE. Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desemprego aumentou 0,6 p.p., no terceiro trimestre ante o período imediatamente anterior, com decréscimo de 1,3% na população ocupada e 0,6% na força de trabalho.

Gráfico 2.2.2 – Taxa de desocupação – Ceará



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Tabela 2.2.2 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos ¹ 2019	Variação % no período		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,5	2,2	1,0
Artefatos de couro e calçados	26,7	4,0	-0,4	3,3
Produtos alimentícios	16,9	-13,5	8,5	-7,9
Artigos de vestuário e acessórios	11,8	2,3	8,1	-1,5
Bebidas	11,0	-7,5	6,2	6,4
Produtos têxteis	7,6	-2,0	3,7	-11,4
Metalurgia	4,0	-2,2	-1,7	-1,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

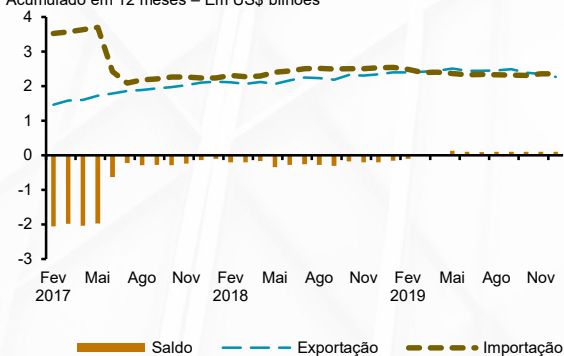
Comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados cresceu 2,5% e a massa salarial 3,2%.

No âmbito da oferta, a produção industrial do Ceará cresceu 2,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destaque para a alta de 8,5% na fabricação de produtos alimentícios e de 8,1% na de confecção de artigos do vestuário e acessórios. Em doze meses, a produção da indústria cearense cresceu 1,0%.

O faturamento real da indústria de transformação cearense decresceu 0,9%, no período de doze meses encerrado em novembro de 2019, em relação a igual intervalo de 2018, de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve redução nas horas trabalhadas (7,5%), no pessoal empregado (5,0%) e na remuneração real (10,2%).

Gráfico 2.2.3 – Balança comercial – Ceará

Acumulado em 12 meses – Em US\$ bilhões



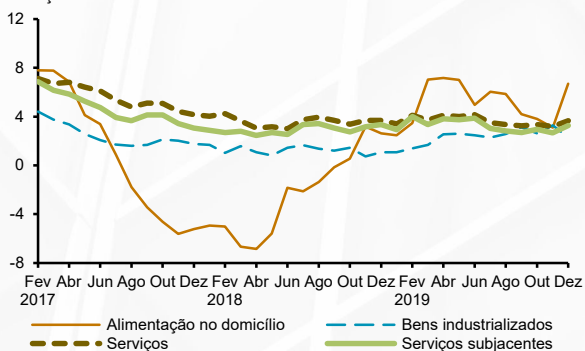
Fonte: Ministério da Economia/Secex

Do lado da arrecadação do estado, a receita com ICMS apresenta alta de 13,0%, enquanto as transferências da União para o estado e municípios, cresceram 10,2% em 2019, segundo informações do Ministério da Economia

A balança comercial do Ceará registrou *deficit* de US\$91,8 milhões em 2019, comparativamente a *deficit* US\$191,3 milhões em 2018, refletindo retrações de 3,3% na exportação e 7,0% na importação, de acordo com dados do Ministério da Economia. As vendas foram reduzidas, principalmente, pelo decréscimo de 14,0% nos embarques de produtos semimanufaturados de ferro e aços originários da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e de 30,4% em couros e peles. As compras externas foram impactadas, sobretudo, pela queda na aquisição de bens de capital (13,0%) com destaque para equipamentos de transporte industrial.

Gráfico 2.2.4 – Inflação dos preços livres – Ceará

Variação em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

Os preços da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), medida pelo IPCA, variaram 1,54% no último trimestre do ano, ante 0,10% no trimestre anterior. Registrou-se aceleração nos preços dos livres, de 1,79% ante -0,37%, e desaceleração nos preços monitorados, de 0,74% ante 1,66%. O comportamento dos monitorados relacionou-se à queda no preço da energia elétrica residencial, -4,64%, enquanto a evolução dos preços livres

Tabela 2.2.3 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/} 2019	Variação %				
		I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	12 Meses
IPCA	100,0	1,90	1,38	0,10	1,54	5,01
Livres	76,7	1,86	0,82	-0,37	1,79	4,15
Alimentação no domicílio	23,1	3,66	0,47	-2,12	4,69	6,72
Bens industrializados	23,3	0,66	1,17	0,16	0,28	2,28
Serviços	30,2	1,40	0,85	0,62	0,75	3,67
Monitorados	23,3	2,05	3,30	1,66	0,74	7,97
Principais itens						
Alimentação	31,4	3,01	0,41	-1,30	3,62	5,78
Habitação	15,1	1,43	4,13	1,83	-0,80	6,70
Artigos de residência	3,9	2,15	-1,42	0,78	-1,13	0,35
Vestuário	6,2	-0,37	1,17	0,61	-0,25	1,16
Transportes	16,1	1,43	1,68	0,48	0,74	4,40
Saúde	10,4	1,09	3,57	0,05	0,67	5,48
Despesas pessoais	9,4	0,81	0,27	0,84	4,03	6,03
Educação	4,8	5,30	0,06	0,39	0,33	6,13
Comunicação	2,6	-0,21	-0,60	-0,16	0,26	-0,70

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

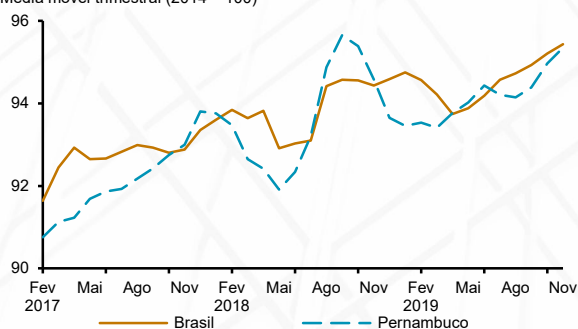
repercutiu, especialmente, os aumentos em despesas pessoais, 4,03%, e em alimentação e bebidas, 3,62%

A variação do IPCA da RMF atingiu 5,01% em 2019 ante 2,91% em 2018. Os preços livres variaram 4,15% ante 2,57% e os monitorados, 7,97% e 4,09%, respectivamente. O comportamento dos preços livres repercutiu maior inflação em carnes, feijões, passagem aérea e cursos regulares. A aceleração nos preços dos monitorados refletiu, destacadamente, aumentos em jogos de azar, taxa de água e esgoto e energia elétrica residencial.

2.3 – Pernambuco

Gráfico 2.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



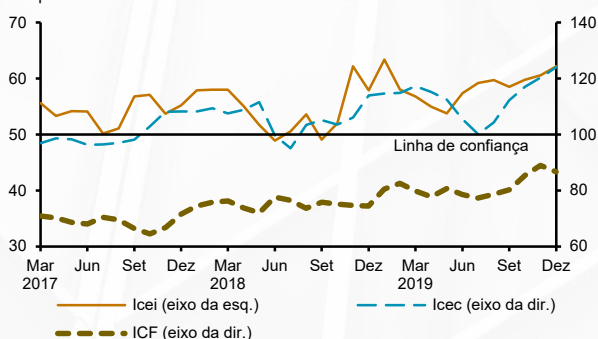
A atividade econômica de Pernambuco acelerou no trimestre encerrado em novembro, alcançando a maior taxa de crescimento dos últimos cinco trimestres. O resultado refletiu, em especial, o desempenho da indústria – beneficiada pela retomada de derivados de petróleo e do setor químico – aliada aos indicadores favoráveis da demanda por bens e serviços. Segundo dados dessazonalizados, o IBCR-PE alcançou 1,3% no trimestre encerrado em novembro, após 0,1% no mesmo intervalo precedente. Nos doze meses encerrados em novembro, houve variação de 0,6% do indicador, comparativamente a 0,9% do IBC-Br.

Os indicadores de demanda mostram expansão no trimestre finalizado em novembro, diante da melhora das expectativas e do maior dinamismo do crédito. O comércio ampliado do estado avançou 2,0% no trimestre, em relação ao finalizado em agosto, quando crescera 0,6%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Destaquem-se os resultados de móveis e eletrodoméstico, 7,3%, combustíveis e lubrificantes, 4,8% e veículos e motocicletas, 4,3%.

Em horizonte mais longo, as vendas avançaram 2,3% nos doze meses encerrados em novembro, contando principalmente com o acréscimo no volume comercializado de veículos, 9,9%. Nesse período, o saldo de crédito para veículos cresceu 22,3% às PF e 59,0% às PJ. O licenciamento de veículos de passeio e comerciais leves, de acordo com os dados fornecidos pela Fenabreve, subiu 3,2%, confirmando a tendência positiva do segmento.

Gráfico 2.3.2 – Confiança dos agentes – Pernambuco

Em pontos



Fontes: Fiepe e Fecomércio-PE

O índice ICF no mês de dezembro, embora ainda abaixo da faixa de confiança (apontando 86,7 pontos), cresceu 8,0% no trimestre e 16,5% no comparativo com o mesmo mês em 2018. O indicador recuou em relação ao mês anterior (2,6%), quando ocorrem as promoções do *Black Friday*, possivelmente com antecipações de parte da intenção de consumo que ocorreria em dezembro. O Icec cresceu 10,5% no trimestre e 8,8% em doze meses. Nos últimos seis meses constata-se aceleração no otimismo dos empresários, com o índice passando de 100,1 em julho para 124,0 em dezembro. Ao contrário do que ocorre com o ICF, o Icec situa-se na faixa considerada de otimismo, superando a média histórica de 111,4.

Tabela 2.3.1 – Emprego formal – Pernambuco

Microrregião (MCR)	Fluxos de postos de trabalho (em mil) ^{1/}		
	% do estoque ^{2/}	2018	2019
		Nov ^{3/}	Nov ^{3/}
Pernambuco	100,0	3,6	-2,7
Recife	56,9	-3,1	-2,6
Vale do Ipojuca	7,8	1,8	-0,5
Petrolina	5,2	-0,6	1,0
Mata Setentrional	4,9	2,5	1,5
Suape	4,6	-1,2	-4,4
Mata Meridional	3,7	0,0	-1,0
Demais MCRs ^{4/}	17,0	4,3	3,3

Fonte: Ministério da Economia (RAIS e Caged)

1/ Considerados dados informados "dentro do prazo".

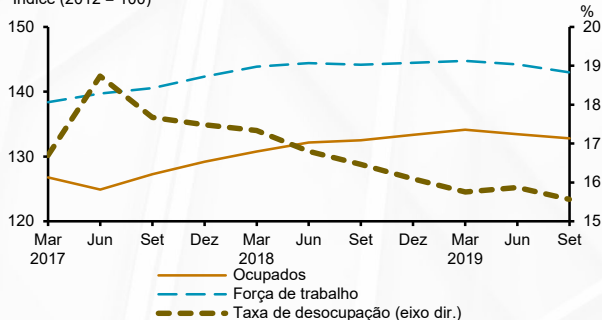
2/ Referente à RAIS 2018.

3/ Acumulado em doze meses.

4/ Alto Capibaribe, Araripina, Brejo Pernambucano, Fernando de Noronha, Garanhuns, Itamaracá, Itaparica, Médio Capibaribe, Pajeú, Salgueiro, Sertão do Moxotó e Vitória de Santo Antão.

Gráfico 2.3.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Pernambuco^{1/}

Índice (2012 = 100)



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

O volume de serviços prestados em Pernambuco expandiu 0,5% no trimestre encerrado em novembro, pela série com ajuste sazonal da PMS/IBGE. Sobressaíram os serviços profissionais e administrativos (2,4%) e transporte e correio (1,4%), parcialmente compensados pelo recuo em atividades turísticas (2,1%), com possível influência do desastre ecológico ocorrido no litoral do estado, em áreas com forte concentração de oferta hoteleira.

O mercado de trabalho apresenta baixo dinamismo e heterogeneidade dentre as regiões do estado. No trimestre encerrado em novembro o índice de emprego formal variou 0,1% em relação ao trimestre anterior, considerando a série com ajuste sazonal, com evolução abaixo do Nordeste e do país há oito trimestres consecutivos. Nos doze meses encerrados em novembro houve perda líquida de postos (-2,7 mil), em comparação aos 3,6 mil criados no mesmo período de 2018. Em Suape, onde se localiza o complexo industrial portuário do estado, foram fechados 4,4 mil vínculos, com ênfase no setor naval em meio ao encerramento da produção de um estaleiro em meados do ano passado. Em Recife ocorreram demissões na construção civil e serviços de alimentação; em sentido contrário, houve expansão pulverizada nas microrregiões menores (3,3 mil) e na mata setentrional, sobretudo na agricultura.

A taxa de desocupação, em tendência de queda desde meados de 2017 refletindo, principalmente, o aumento de ocupações informais, voltou a recuar no trimestre encerrado em setembro, porém com retração no total de ocupados. O desemprego atingiu 15,6% ante 15,9% no trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PNAD Contínua do IBGE. A variação decorreu de retrações de 0,5% da população ocupada e de 0,9% da força de trabalho. O rendimento de todos os trabalhos sinalizou recuos de 4,0% ante o trimestre anterior e 3,3% na comparação interanual.

A carteira de crédito de Pernambuco cresceu 3,4% no trimestre encerrado em novembro ante o anterior, assinalando, nesse tipo de comparação, o melhor resultado trimestral desde o final de 2014. Houve expansão das operações com recursos livres e direcionado para pessoas físicas, contrastando com a redução no direcionado para pessoas jurídicas, em linha ao observado no país. Em doze meses, sobressaem, por contribuição na carteira PF, o crédito consignado e os financiamentos habitacionais, enquanto no segmento PJ prevalece o recuo

Tabela 2.3.2 – Crédito – Pernambuco^{2/}

Geral e modalidades selecionadas

Segmentos	Variação % no período				Estoque (R\$ bilhões)
	2018	2019			
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses	
Crédito total	3,9	2,6	3,4	4,2	78,0
Crédito total – rec. livres	9,3	5,3	6,3	17,1	48,8
Crédito total – rec. direc.	-2,3	-1,4	-1,1	-12,0	29,2
Crédito PF – rec. livres	13,6	4,7	5,0	17,4	35,6
Crédito consignado	9,2	4,0	3,2	14,1	14,4
Financ. veículos	15,1	4,9	7,1	22,3	6,0
Créd. pessoal	16,8	5,5	4,6	21,9	3,2
Outras operações	17,8	5,2	6,2	18,0	12,1
Crédito PF – rec. direc.	7,8	2,0	3,0	8,3	16,5
Financ. imobiliário	8,4	1,9	3,0	8,8	15,3
Outras operações	0,7	2,3	3,0	2,4	1,2
Crédito PJ – rec. livres	-0,3	7,1	9,9	16,3	13,2
Capital de giro	-8,1	2,5	2,6	4,1	5,3
Títulos descontados	38,1	6,8	44,6	75,3	2,1
Outras operações	0,8	6,8	8,5	13,9	5,7
Crédito PJ – rec. direc.	-9,4	-5,1	-5,9	-29,2	12,7
Financ. rec. BNDES	-10,8	-6,0	-5,2	-36,3	7,3
Financ. imobiliário	-14,9	-25,8	-30,8	-57,3	0,7
Outras operações	-4,5	2,2	-2,2	-4,7	4,8

1/ Variação trimestral.

2/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 2.3.3 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2019			Acum. 12 meses
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}		
Indústria geral ^{1/}	100,0	-0,5	4,9	2,2	
Produtos alimentícios	29,4	1,2	2,1	-7,3	
Deriv. petróleo e biocombustíveis	10,9	-9,5	31,0	3,3	
Outros produtos químicos	10,1	-11,9	6,9	6,1	
Produtos minerais não-metálicos	6,8	-9,8	1,7	2,9	
Sabões, detergentes, etc	4,2	1,7	-4,2	13,3	
Outros equip. de transporte	3,3	-37,4	-35,5	-56,2	

Fonte: IBGE

1/ Inclusive veículos e deriv. petróleo, ponderados pelo VTI da PIA 2015 (IBGE).

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

das operações do BNDES (-36,3% em um ano). A inadimplência atingiu 3,4% em novembro, retraindo 0,2 p.p. no trimestre e 0,3 p.p. em um ano.

No âmbito fiscal, os governos do estado, capital e demais municípios de Pernambuco apresentaram *superavit* primário de R\$904 milhões em 2019. Os juros apropriados por competência alcançaram R\$695 milhões. A dívida pública dos governos do estado e municípios totalizou R\$12,3 bilhões, apresentando recuo de 4,1% comparativamente a 2018.

Quanto à oferta, a produção industrial avançou 4,9% no trimestre encerrado em novembro em relação ao anterior, quando recuara 0,5%, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF^{6/} do IBGE. O resultado refletiu elevação do processamento de diesel – principal produto da refinaria do estado – e outros produtos químicos, 6,9%. Em sentido contrário, a fabricação de outros equipamentos de transporte recua acentuadamente, com a ausência de encomendas ao polo naval. Considerados períodos de doze meses, a indústria cresceu 2,2%, com ênfase nos ramos de sabões e detergentes, além de outros produtos químicos. O Ipei acompanhou a evolução da atividade industrial, atingindo 62,2 pontos em dezembro (58,5 em setembro e 57,9 em dezembro de 2018), de acordo com dados da Fiepe.

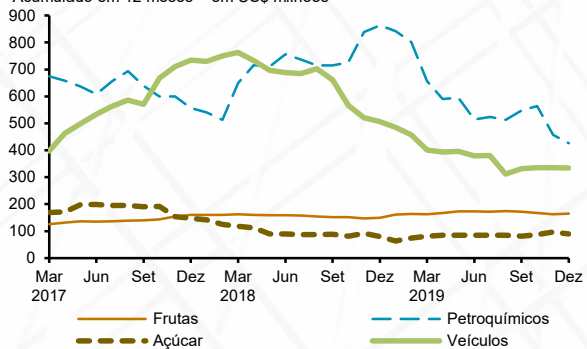
O fluxo de comércio internacional de Pernambuco passou de US\$8,5 bilhões em 2018 para US\$6,5 bilhões em 2019 (US\$1,4 bilhão de exportações, US\$5,1 bilhões de importações, totalizando *deficit* de US\$3,7 bilhões). As importações recuaram 21,7% (-15,0% em *quantum* e -7,9% em preços) e as exportações diminuíram 30,4% (-22,5% em *quantum* e -10,1% em preços). Nas importações destacaram-se diminuições nos bens intermediários (US\$810,6 milhões) – principalmente partes e peças de veículos – e combustíveis/derivados de petróleo (US\$419,7 milhões); nas exportações ressaltam-se as quedas em manufaturados (US\$606,0 milhões), com menores embarques de diesel e veículos, em parte devido à retração nas vendas de automóveis para a Argentina.

O IPCA da Região Metropolitana do Recife (RMR), calculado pelo IBGE, variou 1,03% no quarto trimestre de 2019 (0,11% assinalados no trimestre anterior). Os preços livres evoluíram 1,06%, refletindo sobretudo os aumentos dos preços das carnes (26,48%).

6/ A PIM-PF do estado foi ajustada para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis, que ainda não fazem parte da pesquisa do IBGE em Pernambuco, a qual se baseia na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam.

Gráfico 2.3.4 – Principais produtos exportados

Acumulado em 12 meses – em US\$ milhões



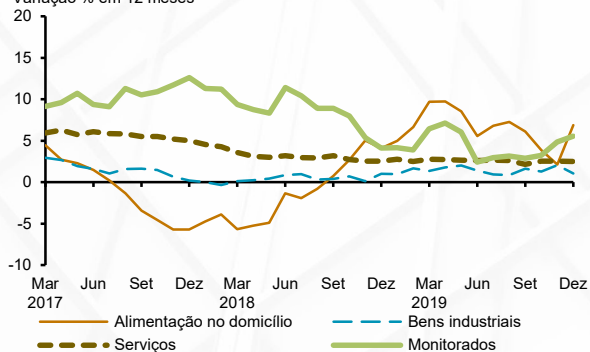
Fontes: Ministério da Economia/Secex

Em sentido contrário, o preço do etanol recuou 5,34% e do automóvel novo 1,49%. Nos monitorados (0,95%), cuja variação foi similar à observada no trimestre anterior, a maior contribuição ocorreu pelo aumento do preço da gasolina, 4,01%.

No ano, o IPCA da RMR apresentou variação de 3,71% (3,13% dos livres e 5,55% dos monitorados) ante 2,83% em 2018, com maior aumento dos preços no grupo alimentação e bebidas, 5,94%, seguido por saúde, 5,61%.

Gráfico 2.3.5 – IPCA - Segmentos

Variação % em 12 meses



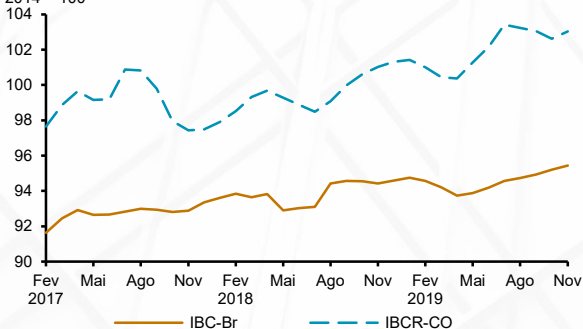
Fontes: IBGE e BCB

Região Centro-Oeste

3

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Centro-Oeste

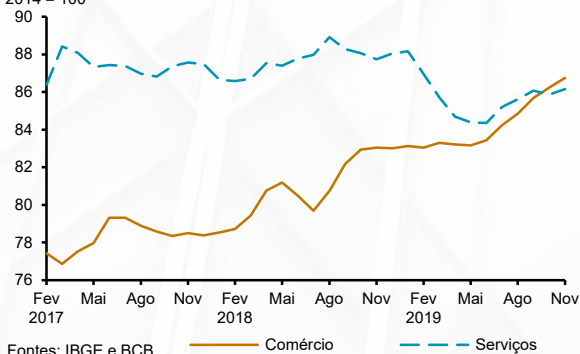
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Após crescimento no trimestre encerrado em agosto, impulsionado pela colheita recorde de milho, a economia do Centro-Oeste apresentou arrefecimento no trimestre encerrado em novembro. O Índice de Atividade Econômica Regional – Centro-Oeste (IBCR-CO) retraiu 0,2% nesse trimestre, com destaque para as quedas nas atividades de agricultura, transporte e setor público, cujos impactos foram parcialmente neutralizados pela expansão nos setores de indústria de transformação, construção civil e comércio. No acumulado do ano até novembro, a economia da região teve um desempenho acima da média nacional, 2,6% ante 1,0%, com crescimento disseminado entre os setores econômicos.

Gráfico 3.2 – Comércio e serviços – Centro-Oeste

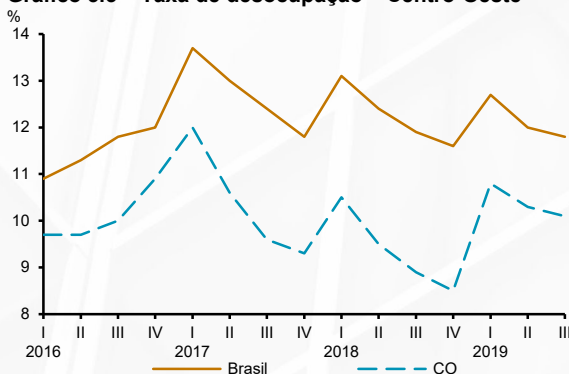
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Os indicadores de demanda na região mostraram expansão das atividades relacionadas com comércio e serviços, impulsionadas pelo aumento na renda agrícola, expansão do crédito e pelas promoções da *Black Friday*. As vendas do comércio cresceram, na margem, 2,2% no trimestre encerrado em novembro (2,0% no trimestre anterior), conforme dados com ajuste sazonal da PMC, do IBGE, com resultados positivos em todas as unidades da região, destacando-se o aumento de 3,3% em Goiás. O setor de serviços cresceu 0,6% nesse período, segundo a PMS, do IBGE, com menor volume de serviços no Mato Grosso, onde o ramo de transporte e armazenamento foi sensibilizado pela diminuição na movimentação das cargas com o fim da colheita do milho.

Gráfico 3.3 – Taxa de desocupação – Centro-Oeste



Fonte: IBGE

A expansão na atividade econômica da região ao longo de 2019 contribuiu para atrair pessoas que estavam em situação de desalento de volta para o mercado de trabalho, especialmente as que estão na faixa de idade de 30 a 50 anos. O aumento na quantidade de pessoas procurando emprego elevou a taxa de desocupação da região de 8,9% para 10,1%, entre o terceiro trimestre de 2018 e o terceiro de 2019, conforme a PNAD Contínua do IBGE. Concomitante ao acréscimo na população desocupada, houve crescimento de 1,9% na quantidade de pessoas ocupadas no Centro-Oeste, com crescimento mais destacado entre trabalhadores por conta própria

Tabela 3.1 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2018		2019	
	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	0,3	88,5	6,4	95,5
Ind. de transformação	-4,7	10,5	-3,0	14,5
Comércio	12,3	13,6	14,8	18,7
Serviços	5,1	42,3	2,7	43,1
Construção civil	-3,8	7,2	1,2	8,4
Agropecuária	-8,7	14,5	-7,7	11,3
Outros ^{1/}	0,1	0,5	-1,6	-0,5

Fonte: Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e SIUP, entre outros.

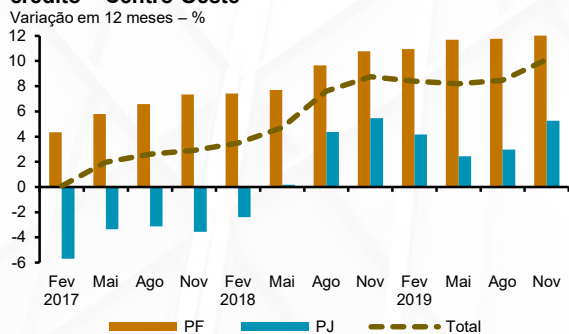
2/ Trimestre encerrado em novembro.

3/ Acumulado no ano até novembro.

(nos setores de serviços e na construção civil) e entre empregados no setor privado sem carteira de trabalho (principalmente no comércio e na construção civil). Em que pese o aumento na população ocupada, a massa de rendimento real habitual da região diminuiu 0,7% no período em função da queda de 2,6% no rendimento médio real.

Segundo dados do Caged/ME, foram gerados 6,4 mil novos empregos de setembro a novembro (criação de 0,3 mil no mesmo período de 2018), com destaque para o comércio e a construção civil, principalmente no segmento de construção de edifícios. Os setores de agropecuária e indústria de transformação, que se caracterizam por encerrar contratos de trabalho temporários nesse período, registraram volumes de demissão menores que no mesmo período do ano passado. Na série com ajuste sazonal, houve aumento de 0,6% do nível do emprego formal na região no trimestre encerrado em novembro (0,4%, no trimestre anterior).

Gráfico 3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}

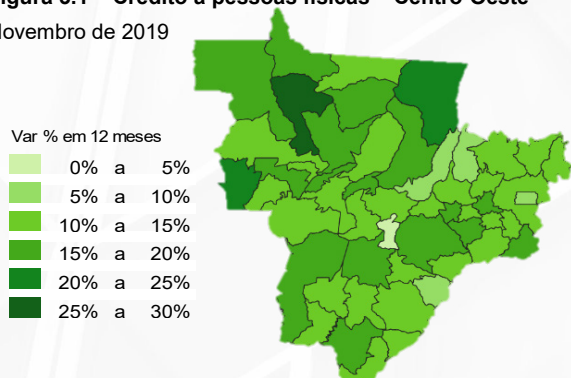


1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O mercado de crédito no Centro-Oeste mostrou-se mais dinâmico no trimestre encerrado em novembro, tanto no segmento de pessoas físicas como no de empresas. A carteira de crédito na região cresceu 10,1% em novembro na comparação interanual, ante 8,5%, em agosto, impulsionado pelas modalidades de crédito livre, que registraram expansão de 19,1%, enquanto o crédito com recursos direcionados aumentou 3,6%. Os empréstimos às pessoas físicas continuam crescendo em ritmo mais intenso, 12,9% (11,8% em agosto), com destaque para as linhas de crédito rural, crédito consignado e financiamento imobiliário. No segmento de pessoas jurídicas ressalta-se o aumento no volume dos financiamentos a empresas do agronegócio e de transmissão de energia. O crescimento do saldo dos financiamentos a pessoas jurídicas acelerou de 3,0% para 5,3%, impulsionado por financiamentos a exportações, capital de giro e financiamentos de veículos.

Figura 3.1 – Crédito a pessoas físicas – Centro-Oeste^{1/}

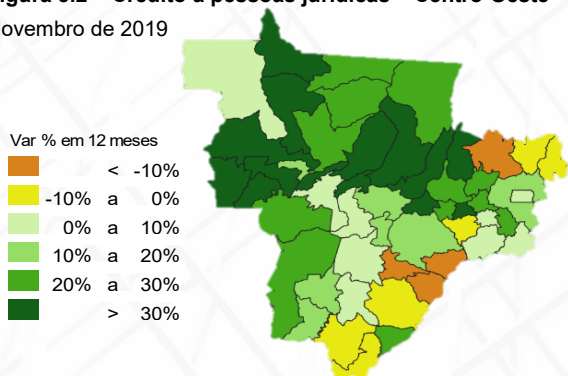
Novembro de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

O crédito às famílias no Centro-Oeste segue crescendo em ritmo mais intenso no interior (14,9% em novembro), com destaque para as microrregiões de Arinos, Alto Guaporé e Norte Araguaia, no Mato Grosso, que registraram taxas superiores a 20%, impulsionadas pelo crédito rural. No conjunto das capitais, o crédito a pessoas físicas também aumentou especialmente em Campo Grande e Cuiabá, com variações próximas a 14,0%, enquanto Brasília exibiu crescimento mais moderado (8,2%), com os financiamentos imobiliários na capital federal

Figura 3.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Centro-Oeste^{1/}
 Novembro de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

mostrando variação mais discreta que nas demais capitais. Crédito consignado e financiamento de veículos destacam-se nas capitais.

O crédito às empresas também cresceu em ritmo mais intenso no interior, tendo alcançado variação interanual de 11,6% em novembro (6,8% em agosto), ante variação de 2,4% nas capitais (1,4% em agosto). A mediana das taxas de crescimento observadas nas microrregiões do Centro-Oeste passou de 17,3%, em agosto, para 20,9% em novembro, com destaque para as áreas de Parecis (agricultura), Primavera do Leste (comércio atacadista e agricultura) e Rosário Oeste (indústrias extrativas), todas no Mato Grosso. Nos entornos das capitais, ressalta-se Cuiabá, com aumento de 6,8%, impulsionado por financiamentos a empresas do agronegócio.

Tabela 3.2 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Dezembro de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
DF	7 670	713	930	9 051	709	951
GO	19 005	-1 346	328	21 183	886	2 425
MS	7 312	-567	6	6 278	-865	-452
MT	4 164	196	554	3 473	-922	-603
Total (A)	38 150	-1 004	1 819	39 985	- 193	2 322
Brasil^{4/} (B)	882 261	-4 236	54 977	908 220	-16 518	32 197
(A/B) (%)	4,3	23,7	3,3	4,4	1,2	7,2

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

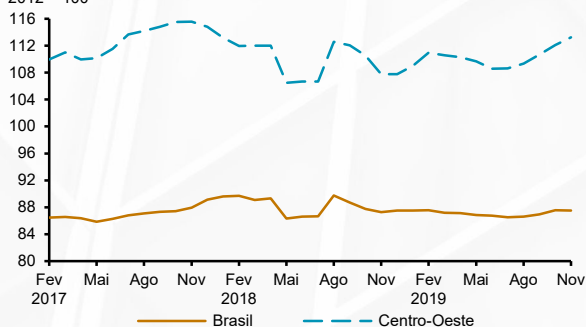
3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

(+) déficit (-) superávit

No âmbito fiscal, as finanças dos estados do Centro-Oeste evoluíram em trajetórias distintas, com os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul reduzindo o endividamento em 16,6% e 14,1%, e o Distrito Federal e Goiás ampliando-o em 18,0% e 11,5%, respectivamente. Em consequência, a dívida líquida da região aumentou 4,8% entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019. Em relação ao resultado primário, o Mato Grosso mostrou reversão no *deficit* registrado em 2018 e o Mato Grosso do Sul ampliou o *superavit* em 52,6%, enquanto o Distrito Federal exibiu estabilidade e Goiás deterioração. No período de doze meses encerrado em dezembro, as receitas de ICMS encolheram 3,2% e as transferências da União cresceram 2,1%, na região.

Gráfico 3.5 – Produção industrial – Centro-Oeste
 Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
 2012 = 100



Fontes: IBGE e BCB

A produção industrial na região Centro-Oeste apresentou desempenho positivo no trimestre encerrado em novembro, impulsionada pela expansão na fabricação de alimentos, biocombustíveis e veículos. Segundo informações da PIM-PF, do IBGE, a indústria na região⁷ cresceu 3,6% no período, considerando a série com ajuste sazonal. No mesmo sentido, observa-se aumento na confiança dos empresários industriais. O Icei do Centro-Oeste, divulgado pela CNI, passou de 60,5 pontos, em setembro, para 65,3 pontos em dezembro, com aumento tanto no componente de expectativas como no de condições atuais.

Em 2019, a produção agrícola foi impulsionada pelas safras de milho e algodão, culturas de inverno que foram beneficiadas pelas condições climáticas favoráveis, que elevaram a colheita de grãos do

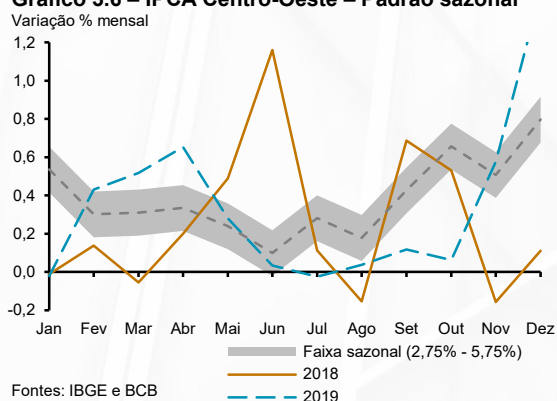
7/ Corresponde aos resultados de Goiás e Mato Grosso.

Tabela 3.4 – Balança comercial – Centro-Oeste
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste			Brasil
	2018	2019	Var. %	Var. %
Exportações	29 976	29 436	-1,8	-6,4
Básicos	25 036	24 555	-1,9	-0,8
Industrializados	4 940	4 881	-1,2	-11,9
Importações	8 877	9 063	2,1	-2,1
Bens de capital	598	534	-10,6	-11,8
Bens Intermediários	4 264	4 845	13,6	1,6
Bens de consumo	2 386	2 320	-2,8	-3,3
Combustíveis e lubrificantes	1 624	1 364	-16,1	-6,2
Saldo comercial	21 098	20 373	-3,4	-8,9

Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 3.6 – IPCA Centro-Oeste – Padrão sazonal



Centro-Oeste para 111,5 milhões de toneladas, com expansão de 10,4% em relação à safra do ano anterior, alcançando novo recorde. Para 2020, as estimativas são de redução de 2,2% na produção de grãos na região, de acordo com o terceiro prognóstico de safra do IBGE, com retração nas colheitas de milho e feijão, e aumento na de soja. Na pecuária de corte, os abates de bovinos na região – que correspondem a 45,9% do total no país – cresceram 1,4% entre janeiro e novembro, na comparação com igual período de 2018, segundo dados do Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); as exportações se destacaram mais, com aumento de 20,1% nesse período, impactando as condições de oferta e de preços de proteína animal no mercado doméstico. Os abates de suínos expandiram 37,2% e os de aves, 11,8%.

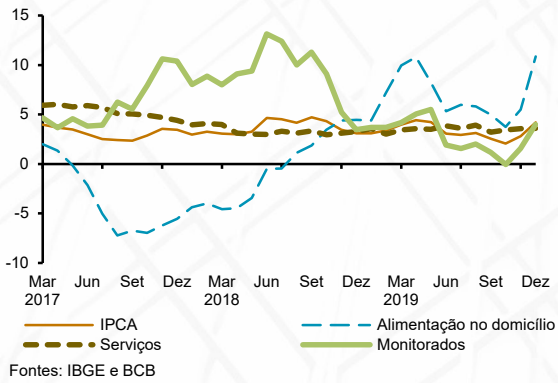
As exportações da região Centro-Oeste recuaram 1,8% em 2019, na comparação com o ano anterior, impactadas pelo menor embarque de soja e farelo de soja, como consequência da diminuição na produção local e da retração na demanda chinesa. Em sentido contrário, houve aumento nas vendas de milho, algodão e carne bovina. As importações aumentaram 2,1%, com destaque para as aquisições de insumos para agricultura (adubos e fertilizantes). No ano, o resultado do comércio exterior do Centro-Oeste foi superavitário em US\$20,4 bilhões, com retração de 3,4% em relação ao de 2018.

O IPCA da região Centro-Oeste, composto pela agregação dos indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande, variou 2,11% no último trimestre de 2019, comparativamente à variação de 0,13% no terceiro trimestre. Os preços de alimentação no domicílio acumularam alta de 8,42% no período, com destaque para as variações de feijão carioca, 34,21%, e carnes, 34,19%. O segmento de serviços também pressionou, com variação de 1,59%, em função do aumento em passagem aérea, 29,46%, e alimentação fora do domicílio, 1,42%, assim como os preços de itens monitorados, que avançaram 1,04%, alavancados pela elevação no valor das apostas de loterias, 40,37%, e da gasolina, 5,10%. Os preços de bens industrializados apresentaram relativa estabilidade, com elevação de 0,15%.

Em 2019, a inflação do Centro-Oeste alcançou 4,20% (3,08% em 2018). A maior variação é explicada, principalmente, pelo choque nos preços de alimentação em domicílio ocorrido em novembro e

Gráfico 3.7 – IPCA Centro-Oeste

Variação % acumulada em 12 meses

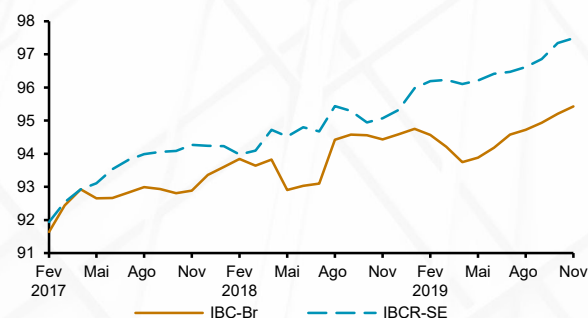


dezembro, que levou a variação acumulada no ano nesse núcleo a 10,68%. Até outubro, a inflação na região havia atingido 2,16%, comparativamente a 3,00% registrado no mesmo período de 2018.

A economia do Centro-Oeste apresentou pequena oscilação na margem, mas segue tendência de expansão, impulsionada pela safra recorde e pelo aumento nas vendas do comércio. As perspectivas seguem otimistas para a região, com aumento esperado na safra de soja e nas exportações de carne, apesar do possível impacto negativo de maior desaceleração da economia mundial.

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

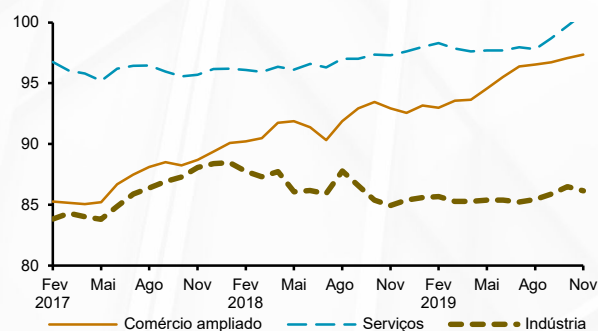
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Dados econômicos recentes da região Sudeste indicam aceleração da atividade econômica na margem. A economia da região foi estimulada pela retomada consistente da produção industrial e do setor de serviços, enquanto as vendas do comércio arrefeceram e os mercados de trabalho e de crédito continuaram em evolução gradual. Nesse cenário, o Índice de Atividade Econômica Regional – Sudeste (IBCR-SE) aumentou 0,9% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando expandira 0,4%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

Gráfico 4.2 – Comércio, serviços e indústria – Sudeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

As vendas do comércio ampliado apresentaram arrefecimento do ritmo robusto de crescimento em vigor desde maio, na avaliação trimestral, em razão de um menor dinamismo das vendas no segmento de veículos, motocicletas, partes e peças. No trimestre encerrado em novembro, as vendas apresentaram elevação de 0,8% em relação ao finalizado em agosto, quando aumentaram 2,1%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE, com oito dos dez segmentos pesquisados registrando desempenho favorável, com destaque para os aumentos nos segmentos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (8,8%) e de móveis e eletrodomésticos (6,0%), influenciados pelas vendas na *Black Friday*. A desaceleração do ritmo de crescimento do comércio ampliado deveu-se sobretudo à retração de 2,7% das vendas no segmento de veículos, motocicletas, partes e peças, no período analisado.

Não obstante o resultado desfavorável no trimestre encerrado em novembro, dados mais recentes não indicam descontinuidade da trajetória de recuperação do setor de veículos. No acumulado de doze meses, o número de licenciamentos de veículos e comerciais leves cresceu 10,2% em dezembro, segundo a Fenabreve. Na margem observou-se igual movimento, com elevação de 3,1% nos licenciamentos do quarto trimestre, comparativamente ao terceiro (dados dessazonalizados), favorecido exclusivamente pela expansão dos licenciamentos de automóveis,

uma vez que os de veículos comerciais leves recuou 3,1% no período.

O setor de serviços sinalizou retomada mais vigorosa no trimestre encerrado em novembro, acompanhando o ambiente de maior confiança dos agentes e movimento de gradual e persistente recuperação do consumo das famílias. O indicador de volume de serviços não financeiros cresceu 3,0% no trimestre encerrado em novembro em relação ao finalizado em agosto, quando aumentara 0,1% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE, com destaque para a elevação de 3,2% nos serviços de informação e comunicação e de aumentos iguais de 3,1% em transportes, serviços auxiliares de transportes e correio e em serviços profissionais, administrativos e complementares.

Os indicadores de confiança relacionados ao consumo apresentaram evolução expressiva no quarto trimestre de 2019 frente ao trimestre anterior. O ICF cresceu de 89,0 em setembro para 94,6 em dezembro e o Icec de 115,4 para 122,0. A análise pela média trimestral corrobora tendência de crescimento, com expansões respectivas de 5,4% e 6,3%. Na avaliação anual, o ICF e o Icec cresceram respectivamente 6,3% e 9,2% em 2019, na comparação com 2018, refletindo uma melhora de percepção dos agentes em relação ao ambiente econômico.

No mercado de trabalho, a recuperação continua em ritmo gradual. A taxa de desocupação, medida pela PNAD Contínua, do IBGE, caiu de 12,5%, no terceiro trimestre de 2018, para 11,9%, no terceiro trimestre de 2019, refletindo crescimento de 2,1% da ocupação e de 1,4% da força de trabalho. No mesmo período, o rendimento real recuou 0,5%. Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desocupação caiu para 12,1% no terceiro trimestre de 2019 (12,3% no segundo trimestre de 2019). Segundo dados do Caged, no trimestre encerrado em novembro foram criados 123,9 mil empregos formais, com destaque para comércio e serviços, em comparação à criação de 90,0 mil postos no mesmo período do ano anterior.

O saldo de crédito para pessoas físicas, condicionado por melhores condições financeiras das famílias, segue trajetória de expansão, com variação de 3,2% no trimestre encerrado em novembro e de 11,0% em doze meses, em função principalmente das modalidades de crédito pessoal, financiamento imobiliário e financiamento de veículos. O saldo

Gráfico 4.3 – Confiança dos agentes – Sudeste

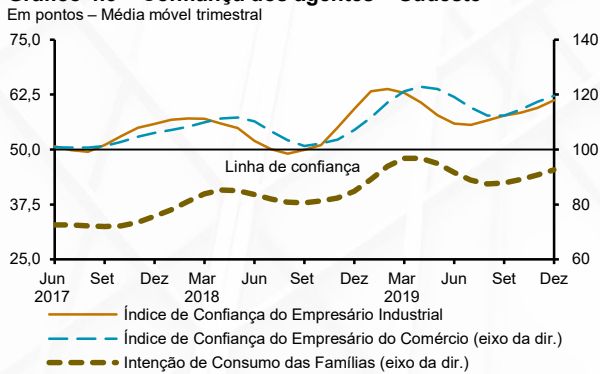


Gráfico 4.4 – Taxa de desocupação – Sudeste

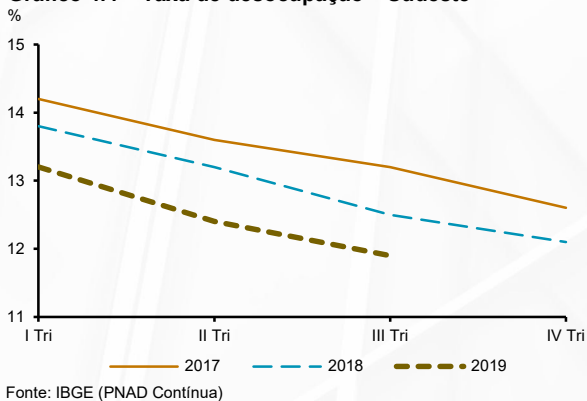
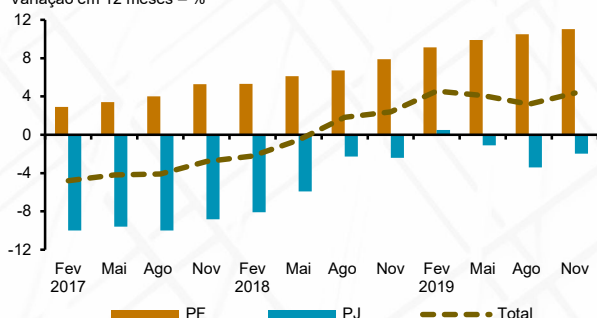


Gráfico 4.5 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.1 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Dezembro de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}	Primário	Nominal ^{3/}		
ES	1 695	-121	124	20	-321	-129
MG	123 095	436	8 946	130 289	522	8 684
RJ	169 965	-608	12 176	185 102	665	11 536
SP	339 797	-7 705	14 661	342 909	-8 543	7 948
Total (A)	634 553	-7 998	35 906	658 320	-7 677	28 039
Brasil^{4/} (B)	882 261	-4 236	54 977	908 220	-16 518	32 197
(A/B) (%)	71,9	188,8	65,3	72,5	46,5	87,1

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

(+) déficit (-) superávit

Tabela 4.2 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,1	0,8	-1,1
Indústrias extrativas	13,6	4,6	9,5	-3,7
Indústrias de transformação	86,4	-0,5	0,2	-0,5
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	-3,5	-1,1	-3,8
Produtos alimentícios	12,7	-0,7	0,9	2,2
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	4,7	1,4	1,4
Metalurgia	7,1	-3,4	-1,7	-3,9
Outros produtos químicos	5,8	-0,1	1,3	-0,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

referente às pessoas jurídicas aumentou 0,7% no trimestre, com destaque para os descontos de títulos, diminuindo, porém, 2,0% na comparação em doze meses. Como resultado, a carteira de crédito total do Sudeste registrou aumentos de 2,0% no trimestre e de 4,4% em doze meses.

No âmbito fiscal, no Sudeste, a arrecadação do ICMS cresceu 6,1% e as transferências da União, 7,6%, no acumulado do ano até dezembro, em comparação com o mesmo período de 2018.

O resultado primário consolidado para a região foi de R\$7,7 bilhões no acumulado de doze meses até dezembro (R\$8,0 bilhões em doze meses até dezembro de 2018), repercutindo especialmente o desempenho do Rio de Janeiro, que passou de *superávit* de R\$608 milhões para *deficit* de R\$665 milhões. O *superávit* em São Paulo passou de R\$7,7 bilhões para R\$8,5 bilhões. O deficit nominal caiu de R\$35,9 bilhões, em dezembro de 2018, para R\$28,0 bilhões, em dezembro de 2019, na análise do acumulado de doze meses, com destaque para São Paulo, cujo *deficit* recuou de R\$14,7 bilhões para R\$7,9 bilhões.

Do lado da oferta, o LSPA do IBGE, de dezembro, aponta expansão 3,7% da safra de grãos do Sudeste em 2019, condicionada especialmente pelo desempenho do milho (10,8%). Em seu terceiro prognóstico da safra 2020, o IBGE estima colheita de grãos 1,1% menor em relação à safra de 2019, com destaque para a recuperação da produção de soja (14,5%). O café se recupera (14,9%) em período de bialidade positiva.

De acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional do IBGE, a produção industrial subiu 0,8% no trimestre encerrado em novembro, ante elevação de 0,1% no terminado em agosto. Houve alta em treze dos vinte e dois setores pesquisados, com destaque para a indústria extrativa (+9,5%) e para a fabricação de outros equipamentos de transporte (+6,6%).

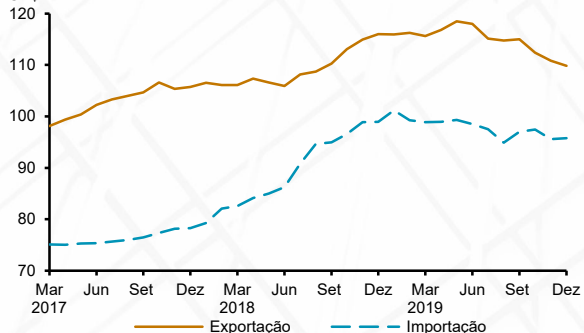
O Icei atingiu 61,2 pontos, na média do trimestre finalizado em dezembro (57,7 pontos, em setembro), influenciado pelas condições atuais da economia brasileira. Considerando os dados mensais, houve alta entre setembro e dezembro, quando o índice passou de 58,7 para 63,8.

O *superávit* da balança comercial do Sudeste recuou de US\$17,1 bilhões em 2018 para US\$14,0 bilhões

Gráfico 4.6 – Balança comercial – Sudeste

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia

Tabela 4.3 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/} 2018	Variação % no período			
		2019	2019		
	Ano	III Tri	IV Tri	12 meses	
IPCA	100,0	3,89	0,35	1,72	4,35
Livres	72,7	2,89	-0,02	1,95	3,88
Alimentação no domicílio	13,8	4,64	-1,97	5,91	7,85
Bens industrializados	21,2	0,89	0,09	0,81	1,83
Serviços	37,6	3,42	0,65	1,16	3,60
Monitorados	27,3	6,74	1,34	1,11	5,64
Principais itens					
Alimentação	22,9	4,09	-0,92	4,24	6,31
Habitação	16,5	4,60	2,78	-0,68	4,44
Artigos de residência	3,7	3,83	0,48	-0,95	-0,12
Vestuário	5,1	0,59	-0,11	1,12	0,88
Transportes	18,6	4,67	-0,52	2,39	3,57
Saúde	12,8	4,37	0,42	1,10	5,44
Despesas pessoais	11,7	3,02	0,87	1,95	4,39
Educação	5,2	5,30	0,22	0,34	4,54
Comunicação	3,5	-0,12	0,72	0,61	1,23

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2019.

em 2019. O comportamento foi condicionado, sobretudo, pela retração de 5,3% das exportações, decorrente de variações de -2,4% nos preços e de -3,3% no *quantum*⁸, com destaque para as diminuições das vendas de óleos brutos de petróleo, açúcar (em bruto e refinado), soja mesmo triturada e automóveis de passageiros. As importações, sensibilizadas, principalmente, pela redução de 2,8% nos preços, recuaram 3,2%, com ênfase na contração das aquisições de bens de capital, notadamente de plataformas de perfuração/exploração de petróleo.

A variação trimestral do IPCA no Sudeste acelerou de 0,35%, no terceiro trimestre de 2019, para 1,72%, no quarto, impactada exclusivamente pela reversão de queda de 0,02% para aumento de 1,95% nos preços livres, enquanto os monitorados registraram menor ritmo de elevação dos preços, passando de 1,34% para 1,11%. O comportamento dos preços livres foi influenciado, sobretudo, pelo aumento de 5,91% dos preços da alimentação no domicílio, ante queda de 1,97% no terceiro trimestre, com destaque para a variação de 32,11% nos preços das carnes. Por sua vez, o movimento dos preços monitorados foi favorecido principalmente pela queda de 5,06% na tarifa de energia elétrica residencial, após aumento de 9,90% no trimestre anterior.

Em 2019, o IPCA da região atingiu 4,35%, comparativamente a 3,89% no ano anterior. Houve aceleração dos preços livres, de 2,89% para 3,88%, com destaque para a elevação dos preços da alimentação no domicílio e do etanol, e desaceleração dos preços monitorados, de 6,74% para 5,64%, favorecida pelo aumento menos acentuado do preço da gasolina e da tarifa de energia elétrica.

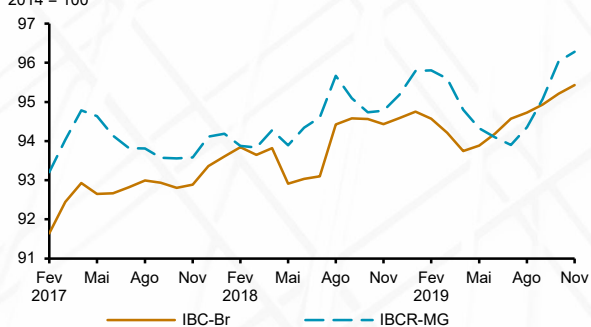
Em síntese, o comportamento recente dos indicadores da região Sudeste sinaliza aceleração da atividade econômica, favorecida pelos efeitos da liberação extraordinária dos recursos do FGTS e do Programa de Integração Social (PIS)/ Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Apesar do aumento temporário da inflação em decorrência de choque de oferta no setor de carnes, mantém-se a perspectiva de manutenção das taxas de juros em patamares historicamente baixos e do avanço no processo de reformas estruturantes, com consolidação de cenário benigno para a economia da região nos próximos trimestres.

8/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

4.1 Minas Gerais

Gráfico 4.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

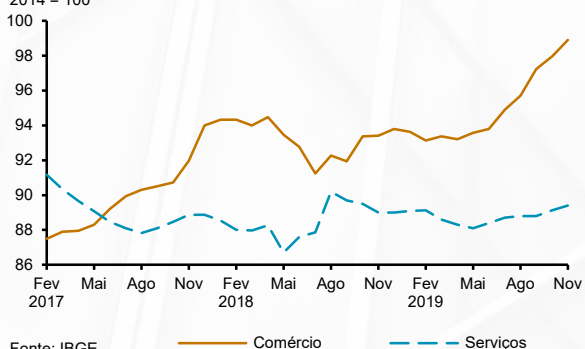


A atividade econômica mineira recuou 0,4% no terceiro trimestre de 2019, ante o trimestre anterior com ajuste sazonal, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), influenciada pelos decréscimos em agropecuária (decorrente, principalmente, do ciclo bienal de baixa produtividade do café), indústria de transformação e administração pública. Em sentido oposto, destacou-se a retomada parcial da produção de minério de ferro, assim como os aumentos nos setores de energia e saneamento, construção civil e comércio. No acumulado em quatro trimestres, a variação do PIB mineiro passou de 0,7%, no segundo trimestre, para -0,2% no terceiro, afastando-se do desempenho nacional (1%), influenciado, principalmente, pelos choques exógenos (Brumadinho e quebra na safra de café).

Dados apurados até novembro mostram melhora relativa da atividade, com destaque para o desempenho do comércio e dos serviços de transporte e armazenamento, assim como para a indústria extrativa. Após atingir no trimestre encerrado em julho o menor nível de atividade no ano, o IBCR-MG voltou a registrar trajetória ascendente, alcançando crescimento de 2,0% no trimestre encerrado em novembro, na comparação com o trimestre anterior, considerando a série com ajuste sazonal.

Gráfico 4.1.2 – Comércio e serviços – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

A melhora no mercado de trabalho no estado, com o crescimento da ocupação, especialmente no emprego formal, contribuiu para a recuperação dos indicadores de demanda, assim como a expansão do crédito, em especial as linhas de financiamento de bens duráveis. Adicionalmente, destaca-se no trimestre encerrado em novembro as promoções de *Black Friday*, que contribuíram para que as vendas do comércio ampliado no estado crescessem 3,3% na comparação com o trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Esse desempenho foi mais acentuado do que o observado em nível nacional (1,7%), refletindo o bom desempenho das vendas de veículos, artigos pessoais e móveis e eletrodomésticos. A atividade no segmento de serviços também mostrou expansão nesse período (0,7%), conforme dados dessazonalizados da PMS, do IBGE, impulsionada pelo crescimento nos serviços profissionais, administrativos e complementares e nos serviços de transportes, armazenagem e correios.

O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte, divulgado pela Fundação Instituto de

Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), expandiu 1,5 p.p. no último trimestre de 2019, com destaque para a expectativa econômica, refletindo melhora na avaliação sobre a situação econômica do país.

Gráfico 4.1.3 – Taxa de desocupação – Minas Gerais

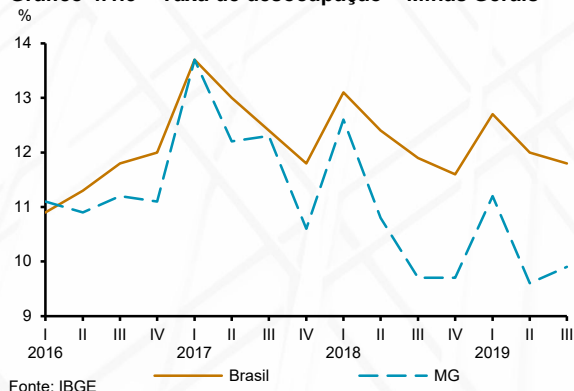


Tabela 4.1.1 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2018		2019	
	Tri ^{2/}	Ano ^{3/}	Tri ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	8,4	108,6	24,5	126,0
Ind. de transformação	2,2	17,9	2,7	22,6
Comércio	14,2	5,5	17,7	9,4
Serviços	14,2	53,0	17,8	63,1
Construção civil	2,2	23,0	1,4	24,5
Agropecuária	-24,8	6,3	-15,6	2,3
Outros ^{1/}	0,5	3,0	0,5	4,2

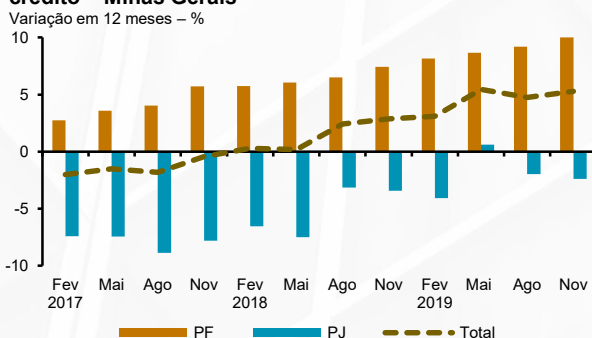
Fonte: Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública, SIUP, entre outras.

2/ Trimestre encerrado em novembro.

3/ Acumulado no ano até novembro.

Gráfico 4.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O mercado de trabalho mineiro segue criando novos postos de trabalho, porém em intensidade inferior à média nacional, contrastando com o triênio 2016-2018, quando registrou taxa de crescimento da população ocupada superior. A quantidade de pessoas ocupadas em Minas aumentou 1,2% no terceiro trimestre de 2019, na comparação com o mesmo período de 2018, segundo a PNAD Contínua, do IBGE, (1,6% no Brasil), com destaque para a expansão na quantidade de pessoas trabalhando por conta própria e no setor privado com carteira (no Brasil destacam-se os acréscimos nos grupos de conta própria e setor privado sem carteira). Ressalta-se também o aumento na taxa de participação na força de trabalho no estado, com o acréscimo na população em idade de trabalhar (0,9%) sendo praticamente todo absorvido pela força de trabalho (78% conseguiu trabalho e 21% encontram-se como desocupados). Como houve aumento na quantidade de pessoas que voltaram a procurar emprego, observou-se aumento de 0,2 p.p. na taxa de desocupação de Minas, que atingiu 9,9% (a taxa de desocupação nacional diminuiu 0,1 p.p. nesse período). A massa de rendimento real diminuiu 0,7% no período por causa da redução de 1,8% do rendimento médio real, diferentemente do que ocorreu no país (aumento de 0,1% no rendimento médio real e de 1,8% na massa de rendimento real).

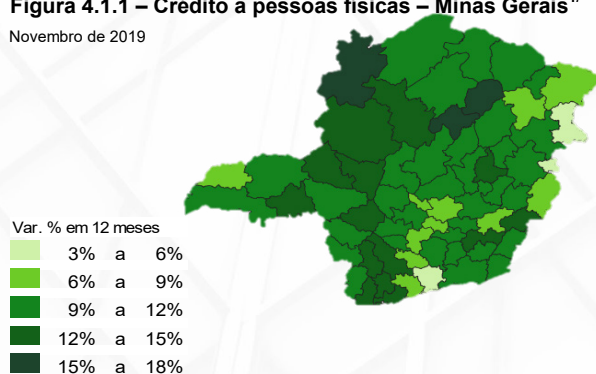
As informações sobre o mercado de trabalho formal indicam aumento no ritmo de expansão dos empregos no trimestre finalizado em novembro, com crescimento de 0,8% ante o trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados do Caged, maior taxa desde a retomada da atividade econômica em julho de 2017. O mercado de trabalho formal no estado apresentou maior dinamismo que a média nacional (expansão de 0,5% no mesmo tipo de comparação). Houve a criação em Minas Gerais de 24,5 mil novos empregos no trimestre encerrado em novembro (8,4 mil no mesmo trimestre de 2018), com destaque para a geração de vagas no comércio e no setor de serviços.

O mercado de crédito às famílias em Minas Gerais exhibe aceleração no crescimento, impulsionado pelas modalidades de crédito livre, enquanto os financiamentos às empresas intensificaram

o ritmo de queda. O valor dos financiamentos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) no estado cresceu 5,3% no período de doze meses encerrado em novembro, aumentando o ritmo de expansão comparativamente ao observado em agosto (4,7%). A taxa de crescimento do crédito a pessoas físicas evoluiu de 9,2%, em agosto, para 10,3% em novembro, impulsionado pelas operações de crédito consignado e financiamento de veículos. O crédito às empresas, por sua vez, recuou 2,4% (-2,0% em agosto), refletindo a redução nas operações do BNDES, no crédito rural e nos financiamentos a exportação. Por atividade econômica, destacou-se a diminuição no endividamento da indústria siderúrgica e do setor de energia elétrica.

Figura 4.1.1 – Crédito a pessoas físicas – Minas Gerais^{1/}

Novembro de 2019

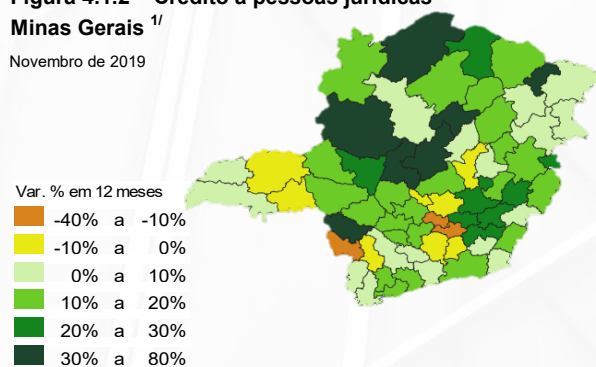


1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

O crédito às famílias evoluiu com crescimento disseminado pelo estado, com destaque para o interior, onde a variação interanual alcançou 11,2% em novembro (9,9% em agosto). As maiores taxas de crescimento foram registradas na microrregião de Unaí, no noroeste de Minas, em financiamentos à atividade rural (crédito rural e financiamento a exportações), e nas de Bocaiúva e Grão Mogol, no Norte do estado, alavancadas por financiamentos imobiliários e crédito consignado. A carteira de crédito a pessoas físicas na microrregião de Belo Horizonte cresceu 8,2% (7,8% em agosto), impulsionada por financiamento imobiliário, crédito consignado, cartão de crédito à vista e financiamento de veículos.

Figura 4.1.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Minas Gerais^{1/}

Novembro de 2019



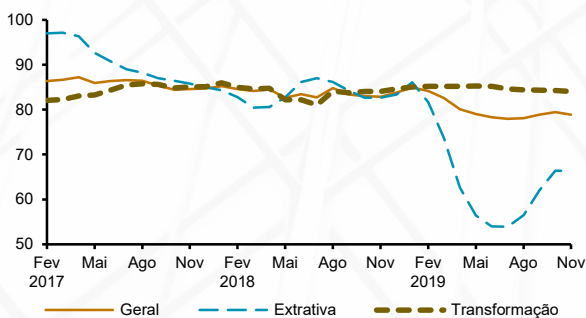
Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

A evolução do crédito a pessoas jurídicas mostrou um padrão mais heterogêneo, com retração na capital e crescimento desigual no interior. Na microrregião de Belo Horizonte, o saldo dos empréstimos diminuiu 9,2% em novembro (-6,9% em agosto), impactado por amortizações em financiamentos de empresas de siderurgia e energia elétrica. No interior, o crescimento dos financiamentos evoluiu de 3,0% para 5,5%, com destaque para as expansões nas regiões de Paracatu (geração de energia elétrica e biocombustíveis), Três Marias (metalurgia) e Bocaiuva (siderurgia). As maiores contrações ocorreram nas microrregiões de Conselheiro Lafaiete e Itaguara, onde houve redução nos financiamentos das empresas de siderurgia, e em São Sebastião do Paraíso, com retração nos empréstimos ao setor de comércio atacadista.

As finanças públicas do estado mostraram deterioração, evidenciando as dificuldades dos governos locais. Em 2019, a dívida líquida do

Gráfico 4.1.5 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

governo do estado e dos municípios cresceu 5,9%, enquanto o *deficit* primário atingiu R\$522 milhões, comparativamente a R\$436 milhões em 2018. As receitas com ICMS (-0,1%) e transferências da União (+0,2%) mantiveram-se relativamente estáveis em 2019 (em termos nominais).

Em relação aos indicadores de oferta, a indústria mineira registrou aumento na margem, influenciada pela recuperação parcial na produção extrativa. No trimestre encerrado em novembro, a indústria geral expandiu 1,0% em Minas, segundo dados com ajuste sazonal da PIM-PF, do IBGE, ressaltando-se o aumento de 17,5% na indústria extrativa (na comparação com igual trimestre de 2018, entretanto, observa-se queda de 19,3%). A indústria de transformação recuou 0,4% no período, com destaque para a diminuição na produção nas indústrias automobilística e de derivados de petróleo e biocombustíveis.

O empresariado mineiro segue otimista, apesar das dificuldades enfrentadas pela economia do estado ao longo de 2019. Segundo o Índice de Confiança do Empresário Industrial divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), o Índice de Confiança do Empresário Industrial de Minas Gerais (Icei-MG) aumentou 4,4 pontos em relação a setembro, atingindo 64,6 pontos em dezembro, o maior valor desde junho de 2010 (65,7 pontos). Houve melhora nos índices de expectativas e, principalmente, nos de condições atuais.

Tabela 4.1.2 – Produção agrícola – Minas Gerais

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2020/2019
		Produção ^{2/} 2019	2020	
Soja	17,1	5 166	5 708	10,5
Milho	10,0	7 522	6 724	-10,6
Feijão	3,0	537	491	-8,5
Outras lavouras				
Café	38,6	1 501	1 888	25,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o Prognóstico da Produção Agrícola Nacional, de dez/19.

A safra de grãos mineira cresceu 5,5% em 2019, alcançando novo recorde de produção, impulsionada pela expansão das lavouras de milho e feijão, segundo o LSPA de dezembro, do IBGE. Em sentido contrário, houve decréscimos na colheita de soja e na de café, que mostrou retração de 21,2%, em ano de baixa produtividade. Para 2020 espera-se aumento na safra de soja e queda na de milho, segundo o 3º prognóstico da produção agrícola nacional, do IBGE. Projeta-se, adicionalmente, expansão de 25,8% na colheita do café, em ano de maior produtividade das lavouras.

As exportações de Minas Gerais registraram crescimento em 2019, contrariando as perspectivas negativas decorrentes da queda na produção de minério de ferro no estado e da redução na demanda argentina. As vendas externas mineiras aumentaram 2,5% no ano, influenciadas pelo desempenho dos dois principais produtos comercializados com o exterior pelo estado: minério de ferro, com aumento de

Tabela 4.1.3 – Comércio exterior – Minas Gerais
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Exportações	24 274	24 888	2,5	-6,4
Básicos	13 817	14 350	3,9	-0,8
Industrializados	10 457	10 538	0,8	-11,9
Importações	9 073	8 955	-1,3	-2,1
Bens de capital	1 394	1 483	6,4	-11,8
Bens Intermediários	5 442	5 598	2,9	1,6
Bens de consumo	1 460	1 130	-22,6	-3,3
Combustíveis e lubrificantes	776	743	-4,3	-6,2
Saldo comercial	15 201	15 933	4,8	-8,9

Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 4.1.6 – IPCA RMBH – Padrão sazonal

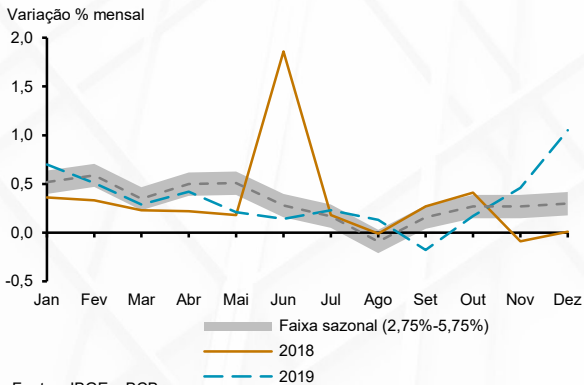
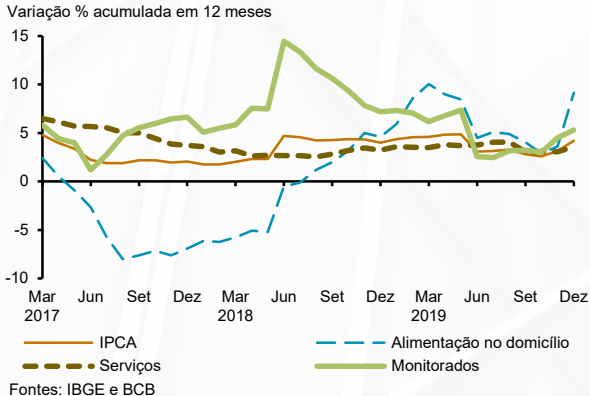


Gráfico 4.1.7 – IPCA RMBH



8,5% no faturamento, impulsionado pela valorização nos preços da *commodity* após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho; e café, com alta de 8,8% nos embarques, decorrente da safra recorde colhida em 2018. O resultado dos demais produtos exportados apresentou variação negativa de 2,1%, ressaltando-se a queda no valor dos embarques de soja para a China. As importações diminuíram 1,3% no período, com destaque para a redução nas aquisições de automóveis de passageiros. O balanço do comércio exterior do estado resultou em aumento de 4,8% no período, elevando o *superavit* para US\$15,9 bilhões.

A inflação medida pelo IPCA na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) acelerou de 0,18%, no terceiro trimestre, para 1,69% no último trimestre do ano, reflexo, principalmente, ao comportamento dos preços de alimentação em domicílio, cuja variação passou de -2,23% para 6,81% (feijão carioca, 40,33%, e carnes, 32,44%). No mesmo sentido, a variação nos preços de serviços acelerou de 0,29% para 1,08%, (recreação, 4,11%, e alimentação fora do domicílio, 2,20%, evidenciando os impactos dos aumentos no custo dos alimentos) enquanto a variação nos preços de bens industrializados passou de -0,09% para 0,48%. Os itens com preços administrados apresentaram uma menor variação, de 1,65% para 0,79%, com destaque para o recuo no preço da energia elétrica residencial (-5,81% ante elevação de 9,59% no trimestre anterior). O índice de difusão atingiu 54,1%, ante 49,3% no trimestre anterior.

A inflação de 2019 na RMBH, medida pelo IPCA, atingiu 4,20%. Há que se destacar o impacto do choque de preços de alimentos ocorrido nos últimos dois meses do ano nesse resultado, induzido pelos aumentos nos preços de carnes e feijão (em outubro, a inflação acumulada em doze meses situava-se em 2,57%).

4.2 Rio de Janeiro

Gráfico 4.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

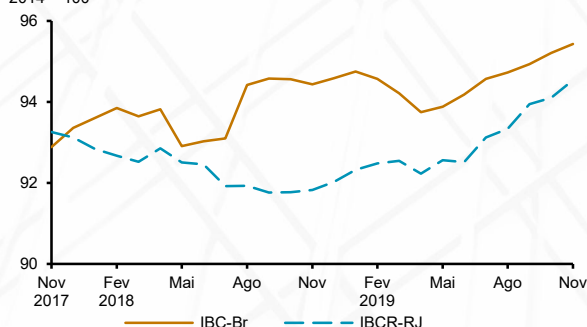
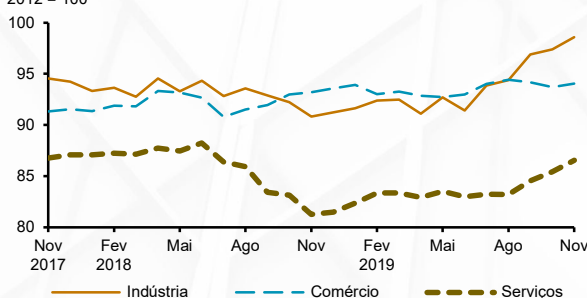
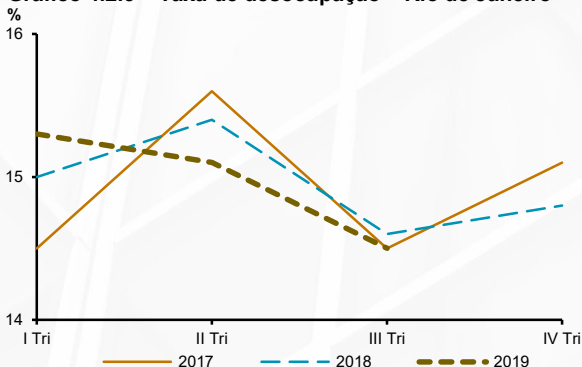


Gráfico 4.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.2.3 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

A economia fluminense manteve trajetória de expansão no trimestre finalizado em novembro, registrando o quarto aumento consecutivo nesse tipo de comparação. A recuperação da atividade econômica no estado parece exibir maior tração, observada no crescimento mais disseminado, tanto da indústria, com o aumento da confiança do empresariado, quanto dos setores de serviços e de vários segmentos do comércio, favorecidos pela continuidade da expansão do crédito no estado e uma ligeira melhora no mercado de trabalho. Nesse contexto, o IBCR-RJ variou 1,3% no trimestre terminado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, segundo dados com ajuste sazonal. Considerados períodos de doze meses, o indicador avançou 1,2% em novembro (+0,1% em agosto).

No âmbito da demanda, o volume de serviços não financeiros no estado aumentou 4,0% no trimestre encerrado em novembro, após ter registrado recuo no trimestre anterior (-0,4%), segundo dados dessazonalizados da PMS/IBGE. O resultado do trimestre repercutiu os desempenhos positivos dos segmentos de serviços de informação e comunicação, 6,0%, e de serviços profissionais, administrativos e complementares, 8,0%.

Em sentido contrário, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE, o comércio varejista ampliado diminuiu 0,4% no trimestre finalizado em novembro, revertendo a alta de 1,8% observada no trimestre anterior. O desempenho na margem foi influenciado, em grande parte, pela retração das vendas de veículos e motos, partes e peças, 6,9%. Cabe ressaltar que houve expansão de vendas em seis dos dez segmentos pesquisados (comércio varejista restrito +0,3% no período).

Enquanto o consumo das famílias apresenta alguns sinais de recuperação, o mercado de trabalho passou por um período de acomodação e, na margem, apresenta melhora, embora permaneça com elevado nível de ociosidade. De acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, com ajuste sazonal, no terceiro trimestre de 2019, a taxa de desemprego no estado (14,8%) se manteve praticamente estável em relação ao patamar do trimestre anterior (14,7%), reflexo do incremento de 0,6% da população ocupada e da força de trabalho no período.

Tabela 4.2.1 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro

Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018		2019		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	20,8	-16,6	-5,6	11,3	20,9
Indústria de transformação	-1,1	-6,0	-1,7	2,6	-0,4
Comércio	15,6	-6,3	-5,5	0,2	19,7
Serviços	6,7	-4,8	0,3	3,3	6,1
Construção civil	2,0	0,8	-0,5	4,9	-2,5
Agropecuária	-3,3	-0,5	2,5	-0,4	-2,0
Serviços ind. utilidade pública	0,5	0,2	-0,6	0,5	-0,1
Outros ^{2/}	0,3	-0,0	0,1	0,1	0,1

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

O cenário de estabilidade da taxa de desemprego no estado também é observado na base de comparação interanual. No terceiro trimestre de 2019, a taxa de desemprego recuou 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Quanto aos níveis de remuneração, o rendimento médio habitual real e a massa salarial real variaram, na ordem, 4,8% e 6,0% na mesma base de comparação, segundo a PNAD Contínua.

Por outro lado, dados mais recentes de emprego formal, como o índice de emprego formal dessazonalizado, calculado a partir dos dados do Caged, mostram expansão de 0,4% do emprego formal no trimestre finalizado em novembro. No período, foram criados 20,9 mil empregos com carteira no estado (20,8 mil em igual período de 2018), concentrados nos setores de comércio e serviços. Considerando-se os últimos doze meses, foram abertos 10 mil postos de trabalho formais.

O mercado de crédito evoluiu positivamente no trimestre finalizado em novembro, repercutindo a retomada das operações contratadas por pessoas jurídicas e a continuidade do crescimento das contratações por pessoas físicas. Na margem, a carteira de pessoas jurídicas cresceu 1,0%, após contração de 5,9% no trimestre anterior, refletindo, em especial, os aumentos nos financiamentos concedidos às companhias de varejo, com predominância de alimentos, e às holdings de instituições não-financeiras. No mesmo sentido, os empréstimos destinados a pessoas físicas expandiram 3,3%, mesmo percentual observado no trimestre anterior, com destaque para as modalidades cartão de crédito à vista, crédito consignado e financiamentos imobiliários. Como resultado, o saldo total das operações acima de R\$1 mil aumentou 1,9% no trimestre, após recuo de 2,5% no trimestre encerrado em agosto.

Tabela 4.2.2 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	1,8	4,4	1,9
Indústrias extrativas	28,1	8,2	9,3	12,9
Indústrias de transformação	71,9	0,4	3,0	-3,4
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	8,8	10,0	0,2
Metalurgia	10,4	-7,5	3,0	-11,7
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	0,0	-1,6	-4,9
Bebidas	3,9	-9,7	-5,3	-1,3

Fonte: IBGE

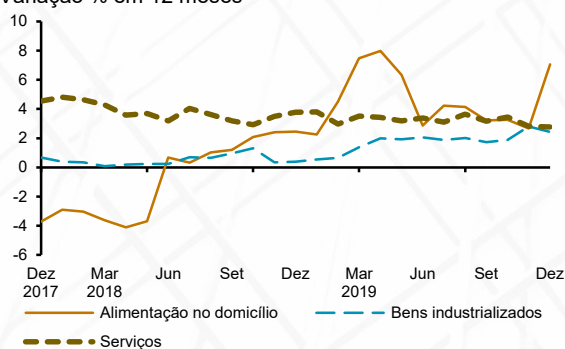
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Do lado da oferta, a atividade industrial no estado manteve sua trajetória de expansão no trimestre terminado em novembro, 4,4%, registrando a sua quarta alta consecutiva. O resultado do período repercutiu novamente o bom desempenho das atividades ligadas a cadeia produtiva do petróleo. Enquanto o segmento extrativo avançou 9,3%, impulsionado pela extração de petróleo, a indústria de transformação cresceu 3,0%, com destaque para a produção de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis.

Gráfico 4.2.4 – Evolução dos preços livres – Rio de Janeiro

Variação % em 12 meses



Em linha com as estatísticas divulgadas pelo IBGE, dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) mostram avanço de 1,7 p.p. do NUCI no último trimestre, alcançando 77,2% (contra média histórica de 79,6%), e incremento da confiança dos empresários fluminenses. O Ipei retomou trajetória de alta, após dois trimestres consecutivos de queda, e atingiu 58,1 pontos na média do trimestre encerrado em novembro (54,7 pontos no terminado em agosto). O desempenho desse último indicador foi impactado principalmente pela expansão da componente relativa às condições atuais, que registrando alta de 5,6 p.p., atingiu 50,5 pontos e alcançou, pela primeira vez desde 2012, o patamar de otimismo (acima de 50 pontos). No mesmo sentido, a componente relativa às expectativas aumentou 3,4 p.p. no trimestre, atingindo 58,1 pontos, e segue em patamar de otimismo desde o final de 2017.

A balança comercial do estado apresentou *superavit* de US\$6,6 bilhões em 2019 (US\$6,3 bilhões em 2018), de acordo com o ME. O incremento refletiu a retração mais acentuada das importações, 11,7% (exportações, -8,2%, ressaltando-se a queda nas vendas de petróleo), com ênfase no recuo dos *preços*⁹ (8,9%), destacando-se a queda nas aquisições de bens de capital, principalmente as importações fictas de plataformas de extração de petróleo.

No âmbito fiscal, os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro somaram *deficit* nominal de R\$11,5 bilhões em 2019, ante *deficit* nominal de R\$12,2 bilhões no ano de 2018, apesar da ligeira deterioração do resultado primário dos entes governamentais, que passou de *superavit* de R\$0,6 bilhão para *deficit* de R\$0,7 bilhão. Por outro lado, os juros nominais totalizaram R\$10,9 bilhões, ante R\$12,8 bilhões no ano de 2018 (redução de 15,0%). A dívida líquida alcançou R\$185,1 bilhões em 2019, aumentando 8,9% em relação ao ano anterior. A arrecadação estadual com ICMS aumentou 0,8% considerados os mesmos períodos de comparação.

O IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), divulgado pelo IBGE, aumentou 1,64% no último trimestre de 2019, ante 0,11% no terceiro trimestre, situando-se acima da mediana histórica relativa ao período de 2013 a 2018 e da variação observada no quarto trimestre do ano anterior (0,59%). A inflação no último trimestre foi impactada, em grande parte, pela aceleração dos preços de alimentação no domicílio, de -2,78% para 5,34%,

Tabela 4.2.3 – IPCA – Rio de Janeiro

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2018	2019		Ano
		Ano	III Tri	IV Tri	
IPCA	100,0	4,29	0,11	1,64	4,07
Livres	69,3	2,70	-0,15	1,88	3,50
Alimentação no domicílio	13,1	2,45	-2,78	5,34	7,07
Bens industrializados	16,7	0,40	0,16	0,50	2,43
Serviços	39,5	3,78	0,62	1,31	2,77
Monitorados	30,7	8,21	0,71	1,09	5,38

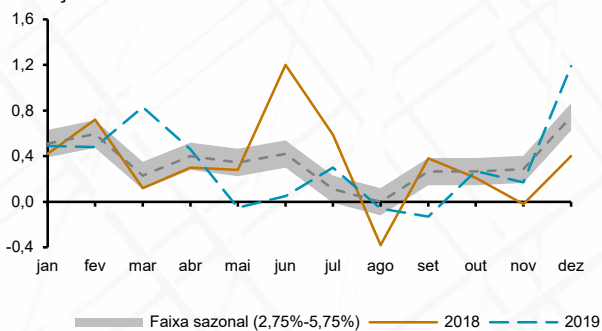
Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2019.

9/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

Gráfico 4.2.5 – IPCA RMRJ – Padrão sazonal

Variação % mensal



Fontes: IBGE e BCB

em especial dos itens carnes e tubérculos, raízes e legumes. Os preços de serviços aceleraram para 1,31% no trimestre, após alta de 0,62% no trimestre anterior, com destaque para alimentação fora do domicílio e passagem aérea. Em trajetória similar, os preços dos serviços subjacentes aceleraram de 0,37% para 1,23% nos trimestres mencionados. O índice de difusão médio atingiu 53,4% no período, ante 45,8% no trimestre anterior.

Em 2019, o IPCA da RMRJ variou 4,07%, ante 4,29% em 2018, repercutindo os efeitos das desacelerações dos preços monitorados, de 8,21% para 5,38%, e dos preços de serviços, de 3,78% para 2,77%.

4.3 São Paulo

Gráfico 4.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo



Gráfico 4.3.2 – Comércio, serviços e indústria – São Paulo

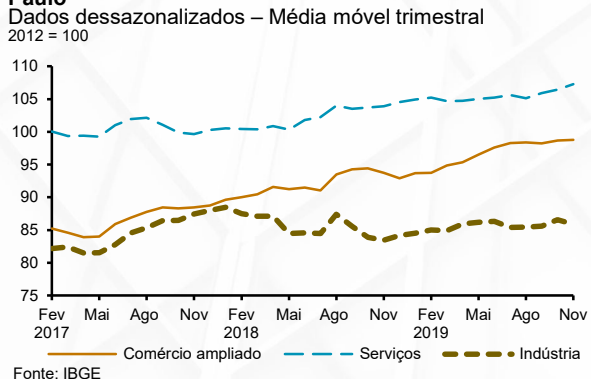
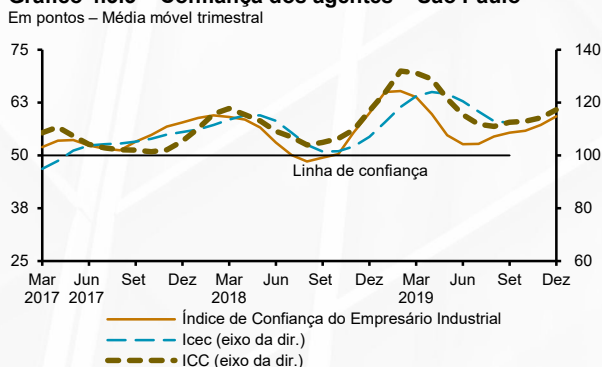


Gráfico 4.3.3 – Confiança dos agentes – São Paulo



A economia paulista vem ganhando tração desde o segundo trimestre do ano, mas de forma gradual e não homogênea, como apontam os principais indicadores de atividade local. De acordo com dados divulgados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o PIB de São Paulo cresceu 0,7% no trimestre encerrado em novembro em relação ao finalizado em agosto, quando havia aumentado 0,5% no mesmo tipo de comparação, considerados dados com ajuste sazonal. No mesmo sentido, o IBCR-SP cresceu 0,6% e 0,3%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, destacando-se as contribuições dos setores de intermediação financeira, serviços às empresas e indústria de transformação.

No âmbito da demanda, o consumo das famílias continua em trajetória consistente de crescimento, mas apresentou desaceleração na margem, influenciada pelo desempenho desfavorável do segmento veículos, após altas expressivas nos trimestres anteriores. As vendas do comércio ampliado avançaram 0,4% no trimestre encerrado em novembro comparativamente ao finalizado em agosto, quando aumentaram 1,9% no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Excluindo os segmentos de veículos, motos, partes e peças (-3,6%) e de material de construção (+3,0%), as vendas do comércio varejista aumentaram 1,6% em novembro, na análise trimestral, frente à expansão de 2,0% em agosto, no mesmo tipo de comparação. Dados dessazonalizados da Fenabreve indicam acomodação das vendas de veículos na margem. O número de licenciamentos de automóveis e veículos comerciais leves recuou 0,8% no quarto trimestre ante o terceiro. No acumulado de doze meses, o número de licenciamentos apresentou arrefecimento no ritmo de expansão, com aumento de 2,1%, determinado pela menor intensidade de crescimento das vendas de automóveis, que atingiu 1,3% em 2019, ante 14,7% em 2018.

Indicadores de confiança relacionados ao consumo sinalizam continuidade do crescimento das vendas. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), elaborado pela Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), avançou de 112,2 pontos em setembro para 121,3 em dezembro, evidenciando maior otimismo em relação às condições econômicas atuais e às expectativas futuras. Observou-se evolução similar no ICF, com expansão de 96,0 em setembro para

101,8 em dezembro. Em perspectiva similar, a confiança do empresário do comércio cresceu pelo quarto mês consecutivo em dezembro, avançando 6,8 pontos em relação a setembro, ao atingir 122,1 pontos, movimento favorecido, principalmente, pela melhoria no componente das condições atuais.

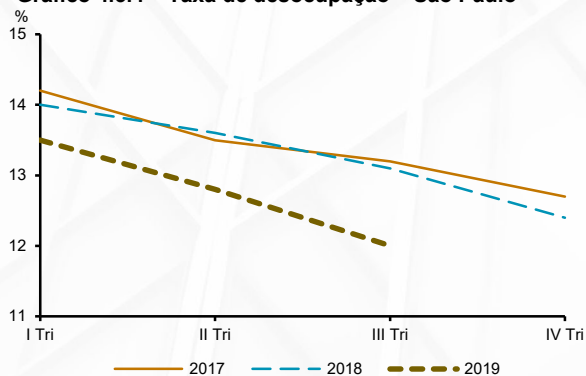
Influenciado pelo maior otimismo dos agentes, referendado pelos indicadores de confiança e de comércio de bens, o volume de serviços não financeiros apresentou o melhor desempenho na margem desde agosto de 2018, com expansão de 2,1% no trimestre encerrado em novembro em relação ao trimestre finalizado em agosto, quando crescera 0,1% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE. A expansão foi favorecida, em especial, pelo comportamento dos segmentos de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+2,8%) e de serviços profissionais, administrativos e complementares (+2,5%).

O desempenho do mercado de trabalho reitera movimento de reativação gradual da atividade econômica em São Paulo. No trimestre encerrado em novembro foram criados 71,0 mil empregos formais, com destaque para serviços e comércio, em comparação à criação de 53,3 mil postos no mesmo período do ano anterior, segundo dados do Caged. A taxa de desocupação, medida pela PNAD Contínua, do IBGE, recuou de 13,1% no terceiro trimestre de 2018 para 12,0% em igual trimestre de 2019. Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desocupação recuou para 12,1% no terceiro trimestre (12,6% no segundo trimestre).

A consolidação de um ambiente de recuperação do emprego tem condicionado a retomada do crédito às famílias. Desse modo, a carteira de crédito para pessoas físicas cresceu 3,3% no trimestre encerrado em novembro e 11,3% em doze meses, destacando-se as modalidades crédito pessoal, financiamento imobiliário e financiamento de veículos. A carteira referente às pessoas jurídicas aumentou 0,7% no trimestre e 1,4% em doze meses, condicionada principalmente pelos descontos de títulos. Em consequência, o saldo total das operações de crédito acima de R\$1 mil expandiu-se 2,0% na avaliação trimestral e 6,3% em doze meses.

Analisando as operações de crédito por microrregião, Itapetininga, Tupã e Franco da Rocha destacaram-se com as maiores variações da carteira de crédito

Gráfico 4.3.4 – Taxa de desocupação – São Paulo



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Tabela 4.3.1 – Evolução do emprego formal – São Paulo

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018	2019			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	53,3	-33,3	48,2	71,8	71,0
Indústria de transformação	-6,3	-3,2	7,5	-9,4	-10,9
Comércio	37,2	-16,6	-7,2	14,4	43,3
Serviços	39,6	13,1	25,2	38,0	48,6
Construção civil	-2,7	-0,0	2,4	6,8	6,1
Agropecuária	-13,9	-21,7	18,1	19,6	-15,8
Serv. industr. de utilidade pública	-0,1	-0,6	0,5	1,9	-0,2
Outros ^{2/}	-0,5	-4,4	1,7	0,6	-0,2

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.3.5 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – São Paulo

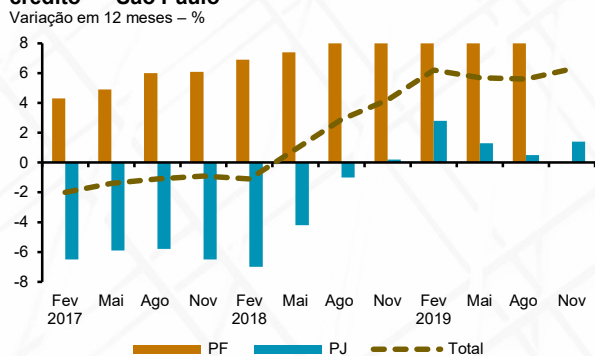
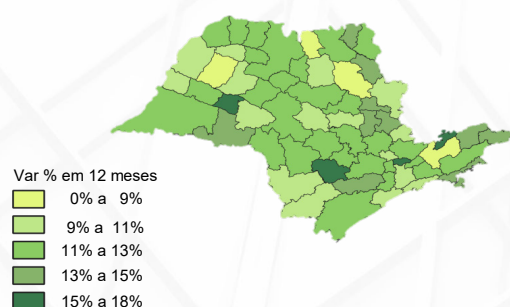


Figura 4.3.1 – Crédito a pessoas físicas – São Paulo^{1/}

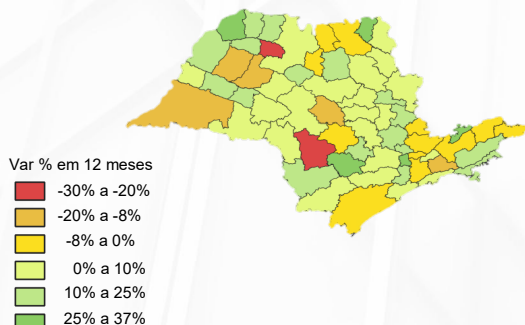
Novembro de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

Figura 4.3.2 – Crédito a pessoas jurídicas – São Paulo^{1/}

Novembro de 2019

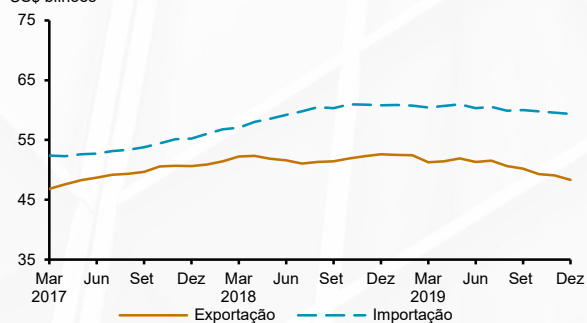


1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

Gráfico 4.3.6 – Balança comercial – São Paulo

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



10/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

às pessoas físicas em doze meses, condicionadas principalmente por financiamento imobiliário, crédito pessoal e aquisição de veículos. Em relação às pessoas jurídicas, as maiores variações concentraram-se em Jales e Campos do Jordão (ênfase para capital de giro e aquisição de veículos) e Ituverava (custeio rural). Em oposição, Nhandeara apresentou a maior retração, condicionada, principalmente, pela redução dos financiamentos à exportação.

No âmbito fiscal, em São Paulo, a arrecadação do ICMS aumentou 7,1% e as transferências da União, 7,0%, no acumulado do ano, em comparação com 2018.

Dados divulgados pelo IBGE para a indústria paulista indicam reversão da trajetória de queda observada pela atividade fabril até setembro, na avaliação trimestral. No trimestre encerrado em novembro, a produção industrial registrou elevação de 0,5% em comparação ao trimestre finalizado em agosto, quando decrescera 0,9% no mesmo tipo de comparação, com 12 dos 18 segmentos apresentando expansão, destacando-se têxtil, equipamentos de informática e outros equipamentos de transporte.

A recuperação na margem da atividade industrial ainda não repercutiu sobre o total de horas trabalhadas na produção que recuou 0,4% no trimestre encerrado em outubro em comparação à retração de 0,8% do finalizado em julho, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O nível de ociosidade permanece elevado, com o Nuci alcançando 74,9 no trimestre encerrado em outubro, abaixo dos 75,4 observados em julho. Por outro lado, refletindo o melhor desempenho do setor fabril na margem, a confiança do empresário industrial avançou de 56,3 em setembro para 62,4 em dezembro, influenciada tanto pelas condições atuais como pelas expectativas futuras.

O *deficit* da balança comercial do estado aumentou de US\$8,2 bilhões, em 2018, para US\$11,0 bilhões, em 2019. O comportamento resultou, em grande medida, da contração de 8,1% das exportações, repercutindo quedas respectivas de 3,7% e 4,6%, nos preços e no *quantum*¹⁰, destacando-se as retrações das vendas de óleos brutos de petróleo, açúcar (em bruto e refinado), tratores, veículos de carga, automóveis de passageiros e soja mesmo triturada. As importações recuaram 2,4% no período analisado, refletindo diminuições de 1,4% nos preços e de

Tabela 4.3.2 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	2018		2019		
		Ano	III Tri	IV Tri	12 meses	
IPCA	100,0	3,67	0,55	1,78	4,58	
Livres	73,6	2,90	0,18	1,97	4,08	
Alimentação no domicílio	13,8	5,44	-1,50	5,87	7,63	
Bens industrializados	22,0	0,72	0,30	1,10	2,06	
Serviços	37,8	3,31	0,73	1,07	3,98	
Monitorados	26,4	5,96	1,59	1,23	5,98	
Principais itens						
Alimentação	23,4	4,42	-0,38	4,15	6,59	
Habitação	15,8	4,56	3,25	-0,63	4,99	
Artigos de residência	3,4	3,31	0,60	-0,83	-0,11	
Vestuário	5,1	0,41	0,06	1,16	1,20	
Transportes	19,2	3,30	-0,45	2,70	4,12	
Saúde	13,0	4,19	0,56	1,05	5,49	
Despesas pessoais	11,5	3,19	0,63	1,76	3,71	
Educação	5,3	5,35	0,42	0,38	4,86	
Comunicação	3,3	-0,35	0,96	0,36	1,14	

Fonte: IBGE

1/ Referente a dezembro de 2019.

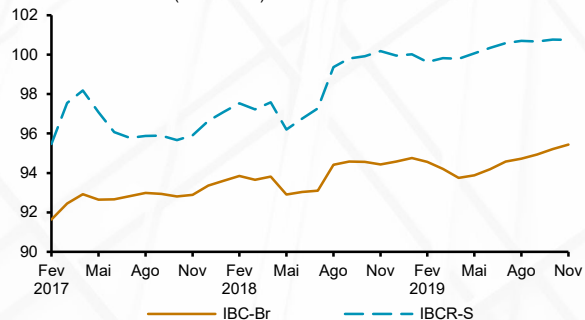
1,1% no *quantum*, com ênfase para a redução nas aquisições de bens intermediários.

O IPCA da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) variou 1,78% no quarto trimestre de 2019, acelerando em relação ao terceiro trimestre, (0,55%). Esse comportamento refletiu exclusivamente a maior pressão dos preços livres, com elevação de 1,97% em dezembro ante 0,18% em setembro, na análise trimestral, impactados pelo movimento dos preços da alimentação no domicílio, que registraram reversão de -1,50% para +5,87% nos períodos considerados, com destaque para os aumentos respectivos de 31,54% e 30,84% nos preços do feijão carioca e das carnes. Em relação aos preços monitorados, houve desaceleração de 1,59% em setembro para 1,23% em dezembro, na análise trimestral, favorecida especialmente pela queda de 4,78% na tarifa de energia elétrica e de 0,60% nos preços de produtos farmacêuticos.

Em 2019, IPCA da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) aumentou 4,58% (3,67% em 2018). A aceleração foi influenciada principalmente pelo maior ritmo de variação dos preços livres, que passaram de 2,90% para 4,08%, com destaque para o aumento nos preços da alimentação no domicílio e do etanol, enquanto os preços monitorados mantiveram-se em patamar relativamente estável, passando de 5,96% para 5,98%, em igual período de comparação.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

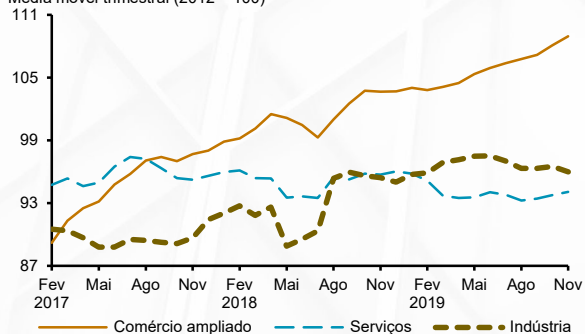
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



A atividade econômica do Sul manteve processo de recuperação gradual ao final de 2019, refletindo resultado positivo no comércio, diminuição na produção fabril e apropriação de colheita menos favorável nas lavouras de inverno. O Índice de Atividade Econômica Regional – Sul (IBCR-S) avançou 0,1% no trimestre encerrado em novembro, na comparação com o finalizado em agosto (0,6%), dados dessazonalizados. Na avaliação de mais longo prazo, no entanto, a região apresenta expansão maior do que o país – o IBCR-S cresceu 2,1% no acumulado em doze meses até novembro, enquanto o IBC-Br variou 0,9%.

Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria – Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)

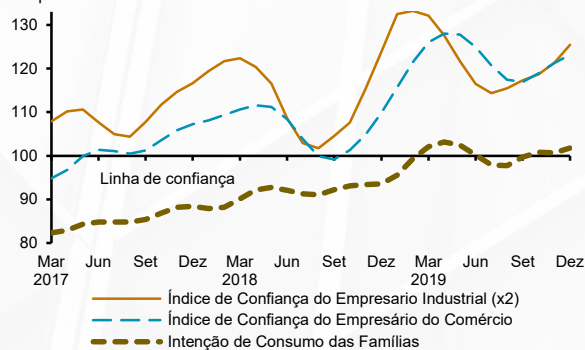


Fonte: IBGE

No âmbito dos indicadores de demanda, as vendas do comércio ampliado cresceram 2% no trimestre até novembro, em comparação ao finalizado em agosto (1,4%), segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. O volume comercializado expandiu em oito das dez atividades pesquisadas, sobressaindo equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, móveis e eletrodomésticos e materiais de construção. Em doze meses até novembro, houve aumento de 4,8%, especialmente nos segmentos de veículos e motocicletas (9,5%) e materiais de construção (7,9%). Dados mais recentes da Fenabreve apontam elevação de 3,7% nos licenciamentos de automóveis e comerciais leves no quarto trimestre, ante o imediatamente anterior, dados dessazonalizados. As 49,8 mil unidades licenciadas no Sul em 2019 representaram acréscimo de 2,9% sobre 2018.

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Os empresários do comércio encerraram o ano otimistas – o Icec da CNC atingiu 125,2 pontos¹¹ em dezembro, com avaliações positivas nos três subíndices (condições atuais, relativamente às de igual período de 2018, expectativas para o curto prazo e investimentos). Destacaram-se as perspectivas sobre a intenção de investir e a situação atual dos estoques, que passaram para o campo otimista, situação que não ocorria desde agosto de 2014, para o primeiro componente, e de outubro

11/ 100 pontos indicam neutralidade.

Tabela 5.1 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

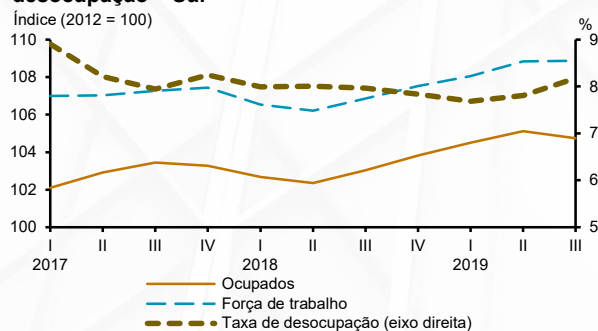
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018		2019		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	68,8	36,0	1,9	10,9	80,2
Indústria de transformação	-0,8	10,0	7,9	-9,4	3,2
Comércio	33,4	-2,1	-3,4	-0,6	36,0
Serviços	27,8	18,6	10,4	18,8	29,4
Construção civil	0,0	0,1	3,2	3,3	3,0
Agropecuária	7,6	10,0	-17,6	-1,6	8,2
Serviços ind. de utilidade pública	0,8	0,4	0,1	-0,2	0,1
Outros ^{2/}	0,0	-1,1	1,2	0,7	0,2

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.4 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Sul^{1/}

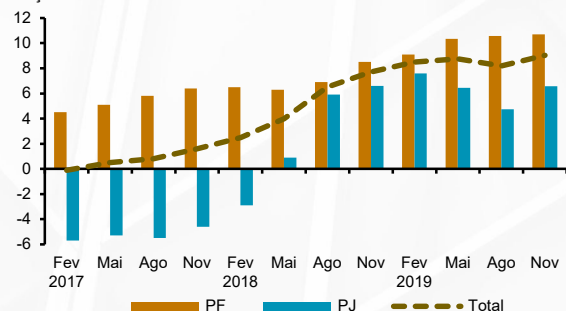


Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

de 2015, para o segundo. Os consumidores do Sul também encerraram 2019 otimistas – o ICF da CNC totalizou 105,3 pontos, ante 94,9 pontos em dezembro de 2018, resultante da combinação de avaliações favoráveis do emprego e renda atuais e perspectivas de consumo, e desfavoráveis das expectativas profissionais, acesso ao crédito e nível de consumo atual.

O volume de serviços não financeiros cresceu 0,9% no trimestre encerrado em novembro, enfatizando os segmentos de serviços às famílias (0,9%) e outros serviços (3,8%). Na análise de doze meses, a PMS do Sul retraiu 1,2% em novembro, ante -0,7% até agosto.

O mercado de trabalho formal apresentou criação de 80,2 mil empregos no trimestre até novembro, ante 68,8 mil no mesmo período de 2018, de acordo com dados do Caged. Houve melhorias em todos os setores, destacando-se a reversão na indústria de transformação e as admissões líquidas na construção civil. O nível de emprego formal cresceu 0,5% no trimestre até novembro, em relação ao encerrado em agosto, dados dessazonalizados, consistindo no décimo aumento consecutivo em bases trimestrais.

A taxa de desocupação no Sul atingiu 8,1% no terceiro trimestre de 2019, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, que abrange o mercado formal e o informal, apresentando aumento relativamente ao mesmo período de 2018, 7,9%, resultado do maior crescimento da força de trabalho (FT) em relação à PO. Considerados dados com ajuste sazonal, a taxa de desocupação no Sul subiu de 7,8% no segundo trimestre para 8,2% no terceiro, reflexo do aumento na FT e da diminuição na PO. A comparação interanual revela crescimento real de 4,2% na massa salarial, acima da brasileira (1,8%).

O saldo das operações de crédito atingiu R\$654,65 bilhões em novembro, expandindo 9,0% na comparação interanual – alta de 10,7% na carteira de PF e de 6,6% na de PJ. Nesse segmento, o desempenho regional foi superior ao nacional, porém manteve característica análoga – avanço nas operações com recursos livres e recuo naquelas com recursos direcionados. Avaliando as modalidades contratadas por PJ no Sul, destacou-se a intensidade de crescimento dos financiamentos de veículos e de capital de giro, em patamares significativamente acima dos registrados nacionalmente. O comércio atacadista, a indústria de produtos alimentícios e de bebidas, os serviços de transporte e de geração,

Tabela 5.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Sul^{1/}
Variação interanual (novembro)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Sul		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	139 680	163 793	17,3	9,9
Capital de giro	48 805	57 152	17,1	3,8
Financiamentos de veículos	6 306	12 353	95,9	79,0
Financiamentos a exportação	27 142	29 598	9,0	-0,4
Títulos descontados	20 974	24 850	18,5	28,1
Direcionados	103 842	95 762	-7,8	-10,8
BNDES	62 459	59 346	-5,0	-9,9
Financiamentos imobiliários	5 063	4 068	-19,7	-25,3
Financiamentos rurais	27 811	23 315	-16,2	-19,5
Outros créditos direcionados	8 509	9 033	6,2	0,0

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.3 – Crédito a pessoas físicas – Sul^{1/}
Variação interanual (novembro)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Sul		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	159 905	185 714	16,1	16,1
Cartão de crédito à vista	24 399	28 404	16,4	15,9
Crédito pessoal consignado	52 862	60 037	13,6	13,6
Crédito pessoal não consig.	21 299	25 206	18,3	18,4
Financiamentos de veículos	35 659	42 773	19,9	19,2
Direcionados	196 988	209 385	6,3	6,7
BNDES	25 468	26 371	3,5	2,9
Financiamentos imobiliários	116 144	123 753	6,6	6,5
Financiamentos rurais	54 979	59 176	7,6	9,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.4 – Produção agrícola – Sul
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/}	Variação %
		2019	2019/2018
Grãos	75,6	77 218	3,6
Soja	50,6	37 078	-5,3
Milho	11,1	25 096	32,2
Arroz	7,7	8 369	-13,1
Trigo	3,7	4 567	-3,7
Feijão	1,8	815	1,0
Outras lavouras			
Fumo	7,0	735	-5,8
Mandioca	3,2	4 404	-9,5
Cana-de-açúcar	2,9	40 901	-5,0
Uva	1,4	774	-17,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2019.

transmissão e distribuição de eletricidade foram os principais tomadores de recursos do sistema financeiro.

A inadimplência nas operações com PJ atingiu 2,0% da carteira, sobressaindo o segmento da construção, onde atingiu 8,1% do saldo das operações de crédito.

O volume de crédito no segmento de PF apresentou crescimento em todas as modalidades e, a despeito da maior variação naquelas com recursos livres, as operações com recursos direcionados, em especial de financiamento imobiliário, detêm a maior participação no estoque de crédito. Adicionalmente, as taxas de crescimento foram similares às nacionais para o segmento de PF, sendo que a taxa de inadimplência atingiu 2,6% na região, ante 3,2% no país.

No âmbito da oferta, estima-se expansão de 3,6% na produção regional de grãos, conforme o LSPA de dezembro do IBGE, refletindo produções menores do que o anteriormente esperado para as lavouras de inverno, impactadas por condições climáticas desfavoráveis (trigo, aveia e cevada). De acordo com o Mapa, o valor bruto da produção (VBP) das lavouras e da pecuária deverão variar -4,5% e 9,4% em 2019, em termos reais.

O terceiro prognóstico do IBGE para a safra 2019/2020 estima expansão de 4,2% na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, especialmente soja, com aumentos esperados de 1,3% na área colhida e de 11,9% na produção. Para o arroz, a área plantada apresenta retração de 3,1%, porém, admitindo-se a ocorrência de clima favorável e recuperação na produtividade, a produção deve crescer 1,8%, alcançando 82% do total nacional estimado para o cereal, a partir de área colhida 1,9% inferior. Na primeira safra, registra-se recuo na área cultivada de milho (0,8%) e de feijão (5,7%), dada a preferência pela soja, e espera-se variações de -1,5% e 17,4% na produção. Ainda, as condições climáticas para a segunda safra tendem a ser menos benignas do que no ciclo anterior. Há expectativa de estabilidade na área plantada de milho e diminuição na de feijão, com retrações de 10,5% e 5,3% na quantidade produzida, respectivamente. A maior demanda por proteína animal pode elevar os preços do milho e incentivar os produtores a investir em tecnologia, alterando as estimativas de produção nos próximos meses.

A atividade industrial do Sul recuou 0,4% no trimestre finalizado em novembro, porém em

Tabela 5.5 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} 2019	Variação % no período		
		12 meses		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,2	-0,4	3,4
Produtos alimentícios	19,7	-3,4	1,6	2,3
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	3,5	0,4	18,6
Máquinas e equipamentos	8,8	-5,2	-4,4	5,7
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	8,5	-11,5	-3,4
Outros produtos químicos	5,7	-1,3	-6,7	-1,2

Fonte: IBGE

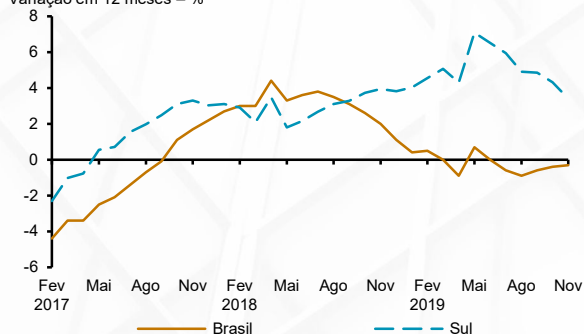
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.6 – Produção industrial

Indústria de transformação

Variação em 12 meses – %



Fontes: IBGE e BCB

Tabela 5.6 – Comércio exterior – Sul

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	50 214	43 487	-13,4
Básicos	23 628	21 612	-8,5
Industrializados	26 585	21 875	-17,7
Semimanufaturados	4 292	4 115	-4,1
Manufaturados	22 293	17 760	-20,3
Importações	39 118	39 508	1,0
Bens de capital	4 912	5 299	7,9
Bens intermediários	23 855	24 203	1,5
Bens de consumo	6 834	6 875	0,6
Combustíveis	3 517	3 130	-11,0
Saldo comercial	11 096	3 979	-64,1

Fonte: Ministério da Economia

intensidade inferior à registrada no encerrado em agosto (-1,2%), de acordo com dados consolidados e dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE, sobressaindo as retrações na fabricação de derivados de petróleo e biocombustíveis, máquinas e equipamentos e outros produtos químicos. Houve expansão no volume produzido em onze das dezoito atividades pesquisadas, principalmente nas indústrias de produtos alimentícios, automotivas, de máquinas e aparelhos elétricos e de bebidas.

Considerados períodos de doze meses, a indústria expandiu 3,4% em novembro, na comparação com igual período anterior, desacelerando em relação ao registrado em agosto (4,9%). Proxy do investimento no setor, observou-se crescimento de 2% no licenciamento de caminhões e ônibus no quarto trimestre, ante o terceiro, dados dessazonalizados, e de 32,7% em 2019, ante 2018. A utilização da capacidade instalada na indústria atingiu 75% em novembro, ante 72% em agosto, segundo dados da CNI.

Determinante da decisão de investir, a confiança do empresário industrial encerrou o ano em patamar elevado – o Icei, que captura a percepção dos industriais sobre o ambiente de negócios, alcançou 62,7 pontos no quarto trimestre, ante 58,6 pontos no terceiro, ratificando o maior otimismo do setor e, em especial, a melhora na avaliação das condições atuais.¹²

O comércio externo da região apresentou *superavit* de aproximadamente US\$4 bilhões em 2019, valor 64,1% inferior ao de 2018. A piora no desempenho da balança comercial decorreu da retração das exportações, tendo em vista o pequeno acréscimo registrado nas compras externas. Além disso, o resultado inclui as plataformas para exploração de petróleo no âmbito do Repetro que, se desconsideradas, implicaria quedas de 5,9% nos preços e de 1,8% no *quantum* exportado. Principal parceiro da região, a China reduziu suas compras em US\$2,5 bilhões (-18,6%), sendo que as de soja foram 31,6% inferiores às de 2018. O descarte de parte do rebanho chinês, em decorrência da peste suína africana, resultou em redução na demanda pelo grão e aumento por carnes. No entanto, o acréscimo de US\$729 milhões nos embarques desses produtos foi insuficiente para compensar o decréscimo de US\$3,5 bilhões nas exportações de soja. Outro importante parceiro comercial, a Argentina reduziu suas compras

12/ 50 pontos indicam neutralidade.

Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Dezembro de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
PR	13 422	530	1 699	10 049	-2 112	-1 370
RS	90 186	1 061	6 473	94 912	855	5 481
SC	16 063	786	1 945	20 096	- 387	503
Total (A)	119 672	2 376	10 117	125 058	-1 644	4 614
Brasil^{4/} (B)	882 261	-4 236	54 977	908 220	-16 518	32 197
(A/B) (%)	13,6	-56,1	18,4	13,8	10,0	14,3

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.8 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		
		Ano	III Trí	IV Trí	Ano
IPCA	100,0	4,02	0,37	1,73	4,02
Livres	74,2	3,27	0,21	1,76	3,68
Alimentação no domicílio	16,3	6,68	0,01	4,54	7,29
Bens industrializados	24,2	1,17	-0,07	0,87	1,69
Serviços	33,7	3,24	0,51	0,75	3,38
Administrados	25,8	6,28	0,86	1,63	5,04
Principais grupos					
Alimentação	25,0	5,36	0,34	3,30	5,99
Habitação	16,1	6,20	2,23	-1,02	2,44
Artigos de residência	4,1	4,07	-0,44	-0,85	-0,91
Vestuário	6,1	-0,42	-0,27	1,45	1,15
Transportes	18,6	3,01	-0,59	2,68	3,14
Saúde	12,2	3,96	0,09	0,87	5,92
Despesas pessoais	10,5	3,37	0,41	3,51	5,66
Educação	4,2	4,48	0,16	0,15	4,67
Comunicação	3,2	0,03	0,73	0,96	1,32

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2019.

em US\$1,1 bilhão (-30,5%), sobretudo de produtos manufaturados, em especial de veículos automóveis.

O aumento das importações do Sul em 2019 resultou da combinação de queda de 5,2% nos preços e alta de 6,8% nas quantidades adquiridas, e teve a China como principal fornecedor (24,8% das aquisições). Destacaram-se as compras de insumos industriais elaborados, em especial, adubos e fertilizantes, e as importações de bens de capital, cuja alta expressiva no ano ratifica o processo de retomada da economia.

No âmbito fiscal, o resultado primário consolidado dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Sul passou de *deficit* em 2018 para *superavit* em 2019, melhora condicionada pelo desempenho de Santa Catarina e, principalmente, do Paraná. Essa evolução implicou recuo de 54,4% na necessidade de financiamento regional – o *deficit* nominal atingiu R\$4,6 bilhões no período. O estoque da dívida pública totalizou R\$125,1 bilhões em 2019, 75,9% composto pelo estoque do Rio Grande do Sul.

A arrecadação de ICMS atingiu R\$90,5 bilhões em 2019, apresentando alta nominal de 4,7% na comparação com 2018. No mesmo intervalo, as transferências da União para o Sul totalizaram R\$27,2 bilhões, aumentando 7,3%, em relação a 2018.

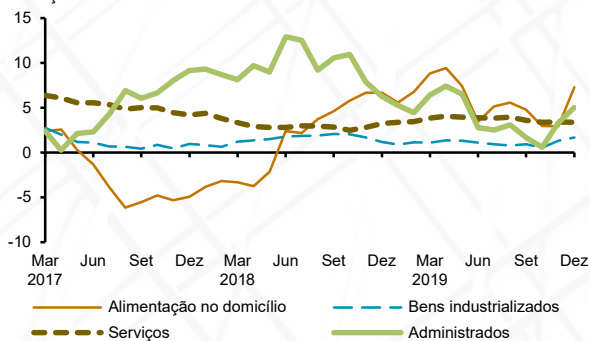
O IPCA no Sul¹³ acelerou no quarto trimestre, registrando variação 1,36 p.p. acima do terceiro trimestre, em decorrência da maior intensidade do aumento nos preços administrados e, principalmente, nos livres. Nesse segmento, sobressaiu a alta em alimentação no domicílio, destacando o aumento de 27,0% no preço de carnes, majoritariamente em dezembro, e que repercutiu a maior demanda, tanto por fatores sazonais quanto pelo incremento das compras da China, e a impossibilidade de adequação da oferta no curto prazo. Dentre os preços administrados, as maiores influências para o aumento no trimestre decorreram de gasolina e loterias, sendo que a variação do segmento foi mitigada pela redução da tarifa de energia elétrica. O índice de difusão – proporção dos bens com elevação de preço – aumentou para 53,6% na média do trimestre, ante 49,2% no anterior.

Em 2019, o IPCA acumulou a mesma variação de 2018, 4,02%, porém refletindo a combinação de menores reajustes nos preços administrados e maiores nos

13/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos dessas regiões na composição do IPCA nacional.

Gráfico 5.7 – IPCA – Sul

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

livres, sobretudo em alimentação no domicílio. Registre-se a mudança de patamar pela incorporação do resultado do quarto trimestre, tendo em vista que em doze meses até setembro, o IPCA aumentara 2,63%.

Os principais indicadores do Sul confirmam a evolução acima da média nacional, especialmente pelo desempenho superior da indústria regional a partir do segundo semestre de 2018, além dos resultados do comércio, principalmente do automotivo. Na margem, contudo, ambos os segmentos vêm assinalando arrefecimento.

Prospectivamente, o consumo das famílias deve permanecer estimulado pelos saques do FGTS, pelo retorno da inflação a patamar mais baixo e pela disponibilidade de crédito, em contexto de taxas de juros baixas. Esse ambiente, aliado ao aumento da confiança dos agentes, tende a favorecer a atividade econômica. De outra parte, no mercado externo, a desaceleração do crescimento mundial poderá agravar o desempenho da região, que vem sendo negativamente impactado por reduções das compras da China e Argentina. O setor agrícola, de elevada importância na estrutura produtiva do Sul, projeta aumento da safra de grãos, mantidas condições climáticas dentro da normalidade.

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

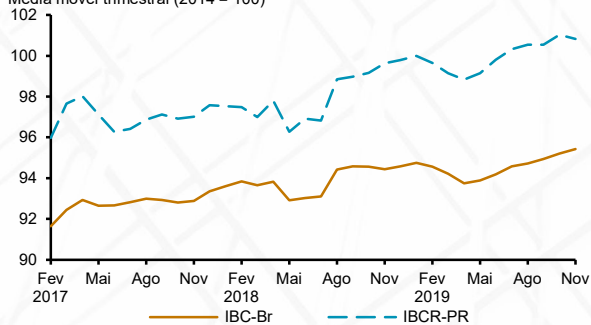


Tabela 5.1.1 – Comércio varejista e ampliado – Paraná

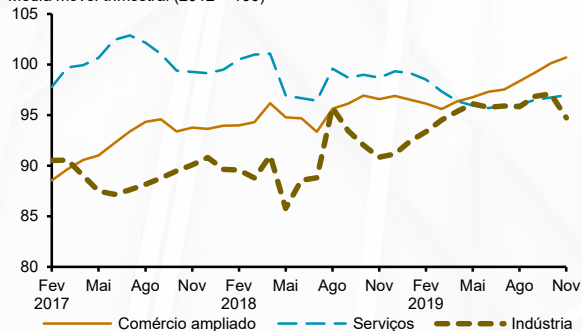
Setores	Variação % no período			
	2018 Ano	2019		
		Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,3	1,9	2,2	-0,1
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	5,9	5,2	-15,1
Hiper e supermercados	1,4	1,6	2,2	1,2
Tec., vest. e calçados	-9,4	0,7	2,5	-1,9
Móveis e eletrodomésticos	4,6	-0,2	1,1	-2,5
Comércio ampliado	3,2	1,6	2,4	2,8
Automóveis e motocicletas	5,0	1,1	2,0	7,9
Material de construção	5,7	1,7	3,7	9,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.1.2 – Comércio, serviços e indústria – PR

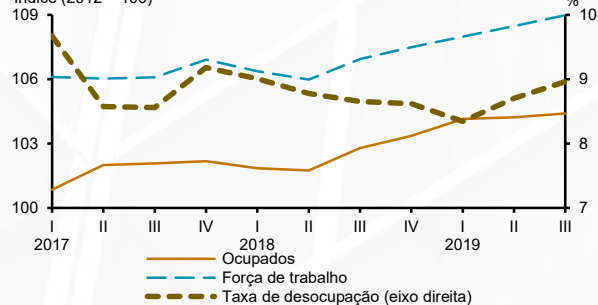
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 5.1.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Paraná^{1/}

Índice (2012 = 100)



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

5.1 Paraná

O PIB paranaense cresceu 0,1% no terceiro trimestre de 2019, relativamente ao imediatamente anterior, de acordo com os dados dessazonalizados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), consistindo no segundo aumento consecutivo para essa base de comparação. A taxa trimestral resultou de avanço no Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária, parcialmente compensado por recuos nos VAB da indústria e de serviços. Indicadores mensais sugerem continuidade do crescimento da economia estadual ao final do ano – o IBCR-PR expandiu 0,3% no trimestre encerrado em novembro, ante aumento de 1,4% no finalizado em agosto, segundo dados dessazonalizados. Em doze meses até novembro, o IBCR-PR expandiu 2,1%, ante alta de 0,9% do IBC-Br.

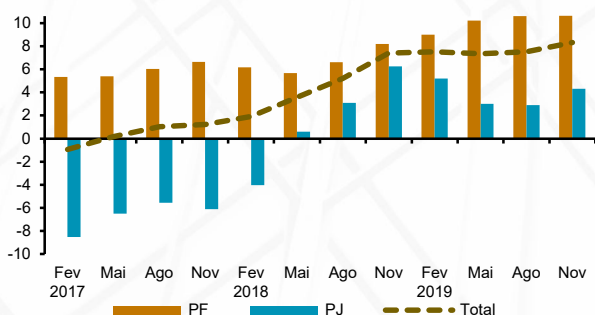
No âmbito dos indicadores de demanda, o volume de vendas do comércio expandiu 2,4% no trimestre encerrado em novembro, de acordo com os dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Todas as atividades registraram aumento no volume comercializado, exceto livros, jornais e revistas. Em doze meses até novembro, houve crescimento de 2,8%, com destaque positivo para material de construção (9,2%) e veículos (7,9%), e negativo para combustíveis (-15,1%) e livros, jornais e revistas (-10,4%). Dados dessazonalizados da Fenabreve indicam cenário positivo para o comércio de veículos paranaense em dezembro. O licenciamento de automóveis e veículos comerciais leves aumentou 7,6% no quarto trimestre, ante o terceiro (dados dessazonalizados), e 5% no ano, ante 2018.

O otimismo de empresários do comércio e de consumidores paranaenses manteve desempenho positivo na margem. O Icec alcançou 127,2 pontos em dezembro, de acordo com dados da CNC, divulgados pela Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio-PR), expansões de 5,6% ante setembro e de 11,8% ante dezembro de 2018, com melhora tanto nas condições atuais quanto nas expectativas. O ICF, que mede intenção de consumo das famílias, atingiu 115 pontos em dezembro – variações de 4,6% e 9,3%, nas mesmas bases de comparação. Dentre os fatores avaliados nessa pesquisa, destacaram-se, positivamente, a perspectiva de consumo e o momento favorável para a aquisição de bens duráveis.

De acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE, o volume de serviços prestados cresceu 1% no

Gráfico 5.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.1.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Paraná^{1/}

Varição interanual (novembro)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Paraná		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	46 870	54 885	17,1	9,9
Capital de giro	17 459	19 691	12,8	3,8
Financiamentos a exportação	10 411	11 353	9,0	-0,4
Outros créditos livres	6 076	7 071	16,4	9,6
Títulos descontados	4 480	6 174	37,8	28,1
Direcionados	40 708	36 453	-10,5	-10,8
BNDES	23 424	20 919	-10,7	-9,9
Financiamentos rurais	12 780	11 388	-10,9	-19,5
Outros créditos direcionados	2 729	2 993	9,7	0,0

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.1.3 – Crédito a pessoas físicas – Paraná^{1/}

Varição interanual (novembro)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Paraná		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	58 291	68 134	16,9	16,1
Cartão de crédito à vista	9 709	11 343	16,8	15,9
Crédito pessoal consignado	19 157	21 644	13,0	13,6
Crédito pessoal não consig.	7 240	8 560	18,2	18,4
Financiamentos de veículos	13 134	15 857	20,7	19,2
Direcionados	78 094	83 132	6,5	6,7
BNDES	11 075	11 343	2,4	2,9
Financiamentos imobiliários	45 675	48 899	7,1	6,5
Financiamentos rurais	21 169	22 859	8,0	9,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

trimestre encerrado em novembro, relativamente ao finalizado em agosto, com destaque para serviços de transportes, atividades turísticas e profissionais, 4,2%, 1,4% e 0,2%, respectivamente. Em doze meses até novembro, o desempenho do setor permanece negativo (-2,1%), em todos os segmentos, exceto outros serviços (6,1%).

No mercado de trabalho formal, foram criados 23,3 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em novembro na economia paranaense, ante 21,9 mil vagas em igual período de 2018, segundo o Caged. O maior número de vagas foi gerado pelo comércio e serviços, cujos resultados para o trimestre decorreram, em boa medida, da sazonalidade favorável. O nível de emprego formal cresceu 0,6% no trimestre até novembro, ante o imediatamente anterior, dados dessazonalizados.

Dados até o terceiro trimestre revelam aumento na taxa de desemprego no estado. A taxa de desocupação atingiu 8,9% no terceiro trimestre de 2019, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. A elevação, em relação ao terceiro trimestre de 2018 (8,6%), deu-se em contexto de crescimentos na PO e, mais intensa, na FT. Descontados fatores sazonais, a taxa de desocupação aumentou 0,3 p.p. em relação ao trimestre anterior, atingindo 9,0% da força de trabalho do Paraná, resultante de aumento maior na FT do que na PO. A comparação interanual revela melhoria da massa salarial real (4,0%), acima da nacional (1,8%).

O mercado de crédito paranaense segue contribuindo para a reativação da economia, com crescimento de 8,3% no estoque de operações em novembro de 2019, em relação a novembro do ano anterior, em especial pelo comportamento do segmento de PF. Apesar da taxa de crescimento inferior, as contratações com PJ reverteram o arrefecimento assinalado na avaliação interanual nos dois trimestres anteriores, e subiram 4,3% em novembro, com avanço nas operações com recursos livres e recuo nas direcionadas. No primeiro grupo, sobressaíram as modalidades capital de giro, pelo montante envolvido, e o desconto de títulos, pela variação assinalada. A inadimplência passou de 2,3% da carteira em novembro de 2018 para 2,6% em novembro de 2019, repercutindo alta de 0,3 p.p. no segmento de PF, para 2,6%, e estabilidade no segmento empresarial, em 2,7% da carteira.

No âmbito da oferta, a safra paranaense de grãos cresceu 2,8% em 2019, somando 36,1 milhões de

Tabela 5.1.4 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/} 2019	Variação % 2019/2018
Grãos	76,3	36 069	2,8
Soja	52,2	16 165	-16,1
Milho	15,2	16 584	39,8
Trigo	5,1	2 133	-24,4
Feijão	2,8	615	5,1
Outras lavouras			
Cana-de-açúcar	6,1	40 078	-4,7
Mandioca	4,1	3 155	-9,4
Fumo	4,1	169	-11,2
Batata-inglesa	2,2	759	-4,0
Tomate	1,4	237	-4,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2019.

toneladas (15% do total nacional). Houve queda de 16,1% na produção de soja, cujo plantio fora antecipado e a lavoura prejudicada por estiagem e calor. Tal conjuntura permitiu um maior período para plantio e desenvolvimento de lavouras na segunda safra, especialmente milho e feijão que, beneficiadas pelas condições climáticas, registraram expansões de 49,6% e 32,5% na quantidade produzida, respectivamente. Os cultivos de inverno, contudo, foram negativamente impactados por excesso de frio e ocorrência de geadas, destacando-se a retração de 24,4% na colheita de trigo. O valor bruto da produção (VBP) das lavouras no Paraná deverá recuar 8,2% em 2019, conforme dados do Mapa, principalmente pelas diminuições em soja, trigo e mandioca, enquanto para o da pecuária calcula-se expansão de 14,2%, principalmente frango, suínos e ovos, com variações de 15,4%, 21,9% e 37,7%, na ordem.

O terceiro prognóstico do IBGE para a safra 2019/2020 estima produção de 19,8 milhões de toneladas de soja, expansão de 22,6% ante o ciclo anterior, a partir de aumento de 0,7% na área plantada e condições climáticas benignas. A preferência pela leguminosa resulta em menor área cultivada de milho (7%) e feijão (6,7%) na primeira safra, com variações estimadas de -1,5% e 23,3%, respectivamente, na quantidade produzida. Para a segunda safra, espera-se diminuição no plantio para ambas as lavouras e clima menos favorável do que em 2019, refletindo em retração na produção. Os dados do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab), estão em linha com os do IBGE, contudo estimam crescimento na produção de feijão 2ª safra, além de mandioca, cebola, cana-de-açúcar, fumo e batata.

Tabela 5.1.5 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,3	-1,1	5,0
Produtos alimentícios	22,7	-7,1	0,9	5,2
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	8,1	-11,3	-4,9
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	6,6	6,6	25,5
Máquinas e equipamentos	6,7	-9,5	-2,7	15,8
Celulose e prod. papel	5,5	2,0	0,3	0,8
Outros produtos químicos	4,7	1,8	-8,5	-1,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A produção industrial paranaense decresceu novamente no trimestre encerrado em novembro (1,1%), após recuo de 0,3% no finalizado em agosto, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A retração da atividade, na margem, resultou de queda em cinco dos treze segmentos pesquisados, sobressaindo as reversões na produção de derivados de petróleo e biocombustíveis e de outros produtos químicos, mitigadas pelas expansões na fabricação de veículos, reboques e carrocerias e de produtos alimentícios, segmento de maior peso na estrutura fabril estadual. A decisão da Petrobrás de concentrar-se na exploração e produção de petróleo em águas profundas, resultou em provável desativação de unidade produtora de fertilizantes nitrogenados no Paraná, anunciada no início de 2020.

Em doze meses, a produção fabril aumentou 5% em novembro (4,2% em agosto), refletindo a evolução favorável dos segmentos de veículos, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos (máquinas para colheita, ar condicionado e equipamentos para refrigeração), e produtos alimentícios (carnes de aves, rações e açúcar cristal). *Proxy* dos investimentos no setor, o número de licenciamentos de caminhões e ônibus cresceu 12,8% no quarto trimestre, ante o terceiro (dados dessazonalizados).

O nível de confiança dos empresários da indústria fechou o ano em alta – o Ipei da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) atingiu 68,9 pontos¹⁴ em dezembro, resultado de avaliações positivas tanto no componente de condições atuais quanto no de expectativas para os próximos seis meses.

A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$3,5 bilhões em 2019, recuando 53,0% na comparação com 2018, repercutindo, principalmente, o decréscimo das exportações no ano. O segmento de produtos industrializados, que liderara a pauta no ano anterior, assinalou forte retração, em especial, de manufaturados, com destaque para madeira compensada e tratores. A queda nas exportações de básicos resultou, em boa medida, da redução de 32,4% nos embarques de grão e farelo de soja, sobretudo para a China. Tal desempenho foi parcialmente compensado pelas maiores vendas de carnes, principalmente frango, e pela recuperação das vendas de milho, majoritariamente destinadas ao Irã. A despeito da redução de US\$1,7 bilhão (29,3%), a China foi o principal destino, absorvendo 25,7% das exportações paranaenses de 2019. O crescimento das importações ocorreu em todas as categorias, mais intensa em bens de capital (veículos de carga até 5t) e com maior impacto nos bens intermediários, principalmente de adubos e fertilizantes, e combustíveis, sobretudo óleo diesel dos Estados Unidos.

A inflação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) alcançou 1,85% no quarto trimestre, acelerando comparativamente ao terceiro. As variações se intensificaram tanto nos preços monitorados quanto nos livres, contudo esse segmento concentrou a maior pressão para a alta do indicador, especialmente pela reversão nos preços de alimentação no domicílio, sobressaindo alimentos semielaborados (carnes, 31,05%, frango inteiro, 9,39% e feijão carioca,

Tabela 5.1.6 – Comércio exterior – Paraná

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	19 903	16 232	-18,4
Básicos	9 632	8 460	-12,2
Industrializados	10 271	7 773	-24,3
Semimanufaturados	2 209	1 796	-18,7
Manufaturados	8 062	5 977	-25,9
Importações	12 370	12 695	2,6
Bens de capital	1 686	1 786	5,9
Bens intermediários	7 356	7 464	1,5
Bens de consumo	1 448	1 549	7,0
Combustíveis	1 881	1 897	0,8
Saldo comercial	7 533	3 537	-53,0

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 5.1.7 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		Ano
		Ano	III Tri	IV Tri	
IPCA	100,0	3,38	0,28	1,85	3,99
Livres	74,7	2,94	0,06	1,92	3,56
Alimentação no domicílio	14,7	4,71	-0,97	5,45	8,28
Bens industriais	25,3	0,77	-0,16	0,99	1,31
Serviços	34,7	3,86	0,66	1,09	3,24
Monitorados	25,3	4,70	0,97	1,63	5,18

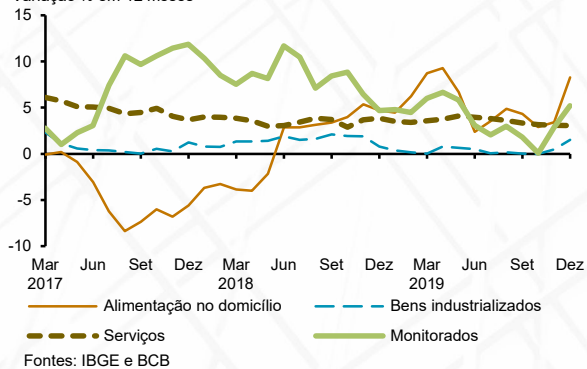
Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2019.

14/ 50 pontos indicam neutralidade.

Gráfico 5.1.5 – IPCA – RMC

Variação % em 12 meses



11,27%), e *in natura* (maçã, tomate, laranja, ovo de galinha e morango). Dentre os administrados, assinalam-se as elevações em gasolina, 5,74%, loterias, 40,37%, taxa de água e esgoto, 3,44%, e gás de botijão, 1,22%, cujas contribuições para a variação trimestral foram parcialmente mitigadas pela resultante da queda no preço de energia elétrica residencial (-4,25%). O índice de difusão subiu para 53,3% no período em referência, ante 49,3% na média do terceiro trimestre.

Em 2019, o IPCA da RMC registrou alta de 3,99% (3,38% em 2018). À exceção de serviços (cuja variação reduziu de 3,86% para 3,24%, na mesma base de análise), as variações nos preços dos demais segmentos aceleraram, em especial alimentação no domicílio (4,71% para 8,28%).

5.2 Rio Grande do Sul

Tabela 5.2.1 – PIB – Taxa acumulada no ano
III trimestre de 2019

Discriminação	(%)	
	Brasil	RS
Agropecuária	1,4	6,7
Indústria	0,1	3,3
Serviços	1,1	1,6
Valor adicionado a preços básicos	0,9	2,6
Impostos líquidos sobre produtos	1,3	3,1
PIB a preços de mercado	1,0	2,7

Fontes: DEE/Seplag e IBGE

Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

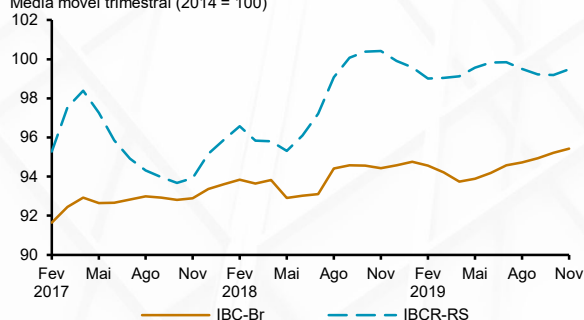
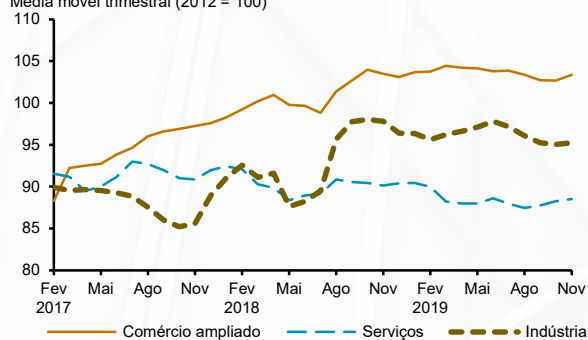


Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria – RS

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



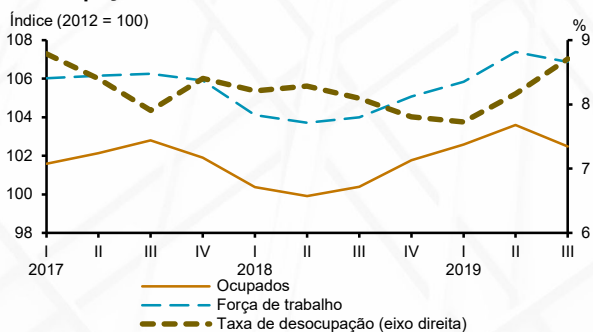
Fonte: IBGE

A economia do RS cresceu em ritmo superior ao do país no acumulado do ano até setembro, comparativamente a igual intervalo de 2018, de acordo com o Departamento de Economia e Estatística (DEE) da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do RS (Seplag). A evolução do produto gaúcho no período refletiu melhores resultados nos três setores, especialmente na indústria e na agropecuária. Dados mais recentes para o IBCR-RS, no entanto, sugerem desaceleração no ritmo de expansão da atividade econômica – o indicador registrou estabilidade no trimestre encerrado em novembro, comparativamente ao finalizado em agosto, quando decrescera 0,1%. Em doze meses até novembro, o IBCR-RS expandiu 1,8%, ante alta de 0,9% do IBC-Br.

As vendas do comércio ampliado registraram estabilidade no trimestre encerrado em novembro, ante recuo de 0,7% no finalizado em agosto, de acordo com os dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Tal desempenho resultou da combinação de aumento no volume comercializado em oito das dez atividades pesquisadas, destacando equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (11,1%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (8,2%), veículos e motocicletas (2,8%) e hipermercados e supermercados (1,5%), que contribuíram para compensar a queda de 22,5% em combustíveis e lubrificantes. Em doze meses até novembro, as vendas subiram 2,5%, desacelerando frente a agosto, 4,1%, na mesma base de análise. De acordo com os dados da Fenabreve, o licenciamento de automóveis e comerciais leves subiu 0,7% no quarto trimestre, ante o terceiro (dados dessazonalizados). As 15,8 mil unidades licenciadas em 2019 representaram variação de 0,2% ante o total de 2018.

Os empresários do comércio estão otimistas quanto à evolução dos negócios. O Icec – que mede a confiança – totalizou 118,2 pontos em dezembro (100 pontos indicam neutralidade), com avaliações positivas para os próximos seis meses e para indicadores de investimento, em especial, para a contratação de funcionários, e negativa para a situação atual. O ICF, que mede a intenção de consumo das famílias, atingiu 92,2 pontos em dezembro. Embora esse indicador sugira avaliação negativa do consumidor, houve redução gradual do pessimismo, em relação a setembro (91,1 pontos) e, principalmente, a dezembro de 2018 (83,4 pontos).

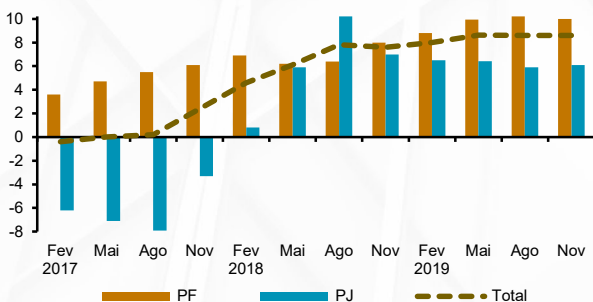
Gráfico 5.2.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Rio Grande do Sul^{1/}



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.2.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Rio Grande do Sul^{1/}

Varição interanual (novembro)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	53 468	60 609	13,4	9,9
Capital de giro	17 297	20 244	17,0	3,8
Financiamentos a exportação	10 126	10 771	6,4	-0,4
Outros créditos livres	7 470	8 367	12,0	9,6
Títulos descontados	11 468	12 755	11,2	28,1
Direcionados	26 787	24 515	-8,5	-10,8
BNDES	15 261	14 276	-6,5	-9,9
Financiamentos imobiliários	2 163	1 898	-12,2	-25,3
Financiamentos rurais	6 234	5 389	-13,6	-19,5

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

De acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE, o volume de serviços prestados no estado avançou 1,2% no trimestre encerrado em novembro. Revertendo recuos no trimestre finalizado em agosto, quatro dos cinco segmentos pesquisados registraram variação positiva na margem, com destaque para transportes e serviços às famílias, 2,8% e 2,3%, respectivamente. Em doze meses até novembro, houve retração de 2,1%, com variação nula em serviços prestados às famílias e de 0,5% para serviços profissionais.

No mercado de trabalho formal, foram criados 22,2 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em novembro na economia gaúcha, ante 20,8 mil vagas em igual período de 2018, segundo o Caged. O resultado refletiu os avanços nas vagas do comércio, serviços e agropecuária, cujas ampliações estiveram atreladas, principalmente, à sazonalidade favorável dessas atividades. O nível de emprego formal cresceu 0,2% no trimestre ante o anterior, dados dessazonalizados.

Dados até o terceiro trimestre revelam aumento na taxa de desemprego no estado. A taxa de desocupação atingiu 8,7% no terceiro trimestre de 2019, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. A elevação, em relação ao terceiro trimestre de 2018 (8,1%), deu-se em contexto de crescimento na FT em proporção maior do que na PO. Descontados fatores sazonais, a taxa de desocupação do terceiro trimestre aumentou 0,5 p.p. em relação ao intervalo anterior, atingindo 8,7% da força de trabalho do RS, resultante de quedas na PO e na FT. A comparação interanual revela melhoria da massa salarial real (5,4%) acima da nacional (1,8%).

O mercado de crédito manteve o dinamismo ao longo de 2019, assinalando, em novembro, acréscimo de 8,6% na comparação interanual, variação similar a dos trimestres anteriores. O aumento de 6,1% no saldo das operações com PJ foi impulsionado pelo segmento de crédito livre, principalmente para capital de giro, destacando, por atividade econômica, as variações das operações com empresas comerciais e de serviços de transporte. No segmento de PF, todas as modalidades avançaram, em termos nominais, e, inobstante o crédito direcionado compor a maior parcela da carteira, sobressaíram as variações das operações de crédito livre, em especial de financiamento de veículos. A inadimplência situou-se em 2,4% da carteira – 2,2% nas operações com empresas e 2,6% naquelas contratadas com as famílias.

Tabela 5.2.3 – Crédito a pessoas físicas – Rio Grande do Sul^{1/}

Varição interanual (novembro)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	60 609	69 530	14,7	16,1
Cartão de crédito à vista	8 752	10 077	15,1	15,9
Crédito pessoal consignado	22 351	25 461	13,9	13,6
Crédito pessoal não consig.	7 830	9 233	17,9	18,4
Financiamentos de veículos	10 454	12 411	18,7	19,2
Direcionados	76 888	81 764	6,3	6,7
BNDES	10 775	11 173	3,7	2,9
Financiamentos imobiliários	42 333	44 847	5,9	6,5
Financiamentos rurais	23 613	25 715	8,9	9,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.2.4 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/}	Varição %
		2019	2019/2018
Grãos	80,1	34 609	4,5
Soja	54,4	19 495	5,5
Arroz	15,5	7 172	-14,6
Milho	6,0	5 739	25,7
Trigo	2,8	2 287	30,4
Feijão	0,6	92	-3,2
Outras lavouras			
Fumo	7,6	373	4,1
Uva	2,5	666	-19,0
Mandioca	2,4	888	-7,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2019.

Tabela 5.2.5 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Varição % no período		
		2019		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,1	-0,9	2,6
Produtos alimentícios	16,4	-0,9	3,2	-1,7
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	-5,3	-5,4	14,6
Máquinas e equipamentos	12,0	-3,4	-6,7	-1,0
Outros produtos químicos	10,3	-3,0	-6,3	-1,1
Artef. couro e calçados	8,9	4,3	0,7	7,4
Produtos de metal	8,5	-0,1	3,6	9,2
Produtos de borracha e plástico	5,0	1,1	3,1	-7,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Considerando os indicadores de oferta, a produção estadual de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2019 totalizou 34,6 milhões de toneladas, expansão de 4,5% ante a obtida no ano anterior, de acordo com a estimativa do LSPA de dezembro, do IBGE. Destaque-se o crescimento nas colheitas de soja (5,5%), milho (25,7%) e trigo (30,4%). A produção gaúcha de arroz (70% do total nacional) decresceu 14,6%, reflexo de queda de 9,4% na área, substituída, nos últimos anos, por soja. Dentre as demais lavouras, citam-se fumo, batata-inglesa e tomate. O VBP agrícola estadual deverá retrair 1,5% em 2019, ante 2018, conforme cálculo do Mapa, especialmente nas lavouras de soja, -1,5%, arroz, -8,9%, e mandioca, -22,8%, e o VBP da pecuária crescer 0,6%, sobressaindo a produção de ovos, 84,8%, e de suínos, 10,8%.

O terceiro prognóstico do IBGE para a safra 2019/2020 estima produção de 19,3 milhões de toneladas de soja, expansão de 4,2% ante o ciclo anterior, a partir de aumento de 1,5% na área plantada e condições climáticas favoráveis. Para o arroz, observa-se nova retração (3,4%) na área, porém crescimento de 1,8% na quantidade produzida, pela recuperação esperada na produtividade. A lavoura de milho, cultivado no Rio Grande do Sul apenas na primeira safra, registra elevação tanto na área cultivada (2%) quanto na produção esperada (2,6%). Para o feijão 1ª safra estima-se estabilidade na área e aumento de 12% na produção, e na 2ª safra, variações de -2,1% e 8,5%, na ordem.

A produção industrial gaúcha registrou nova redução na margem – o volume produzido decresceu 0,9% no trimestre finalizado em novembro, ante o encerrado em agosto, quando recuara 1,1%, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. A variação trimestral resultou de retração em sete das catorze atividades pesquisadas, destacando-se veículos, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos e outros produtos químicos, mitigada, em parte, pelo aumento na fabricação de produtos alimentícios (carnes de aves e de suínos) e de produtos de metal. O indicador acumulado nos últimos doze meses confirmou a perda de ritmo, 2,6% em novembro, comparativamente a agosto (6,7%), influenciado pela evolução da atividade nos segmentos de veículos (automóveis, reboques e semirreboques, carrocerias para ônibus, sistemas de suspensão para veículos) e de produtos de metal (construções pré-fabricadas de metal, artefatos de alumínio para uso doméstico, revólveres e pistolas, estruturas de ferro e aço em chapas ou em outras formas).

Tabela 5.2.6 – Comércio exterior – Rio Grande do Sul
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	21 039	18 406	-12,5
Básicos	9 691	8 966	-7,5
Industrializados	11 348	9 440	-16,8
Semimanufaturados	1 660	1 988	19,8
Manufaturados	9 688	7 452	-23,1
Importações	11 278	9 900	-12,2
Bens de capital	1 612	1 720	6,7
Bens intermediários	6 526	6 077	-6,9
Bens de consumo	1 525	920	-39,7
Combustíveis	1 615	1 184	-26,7
Saldo comercial	9 761	8 506	-12,9

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 5.2.7 – IPCA – RMPA

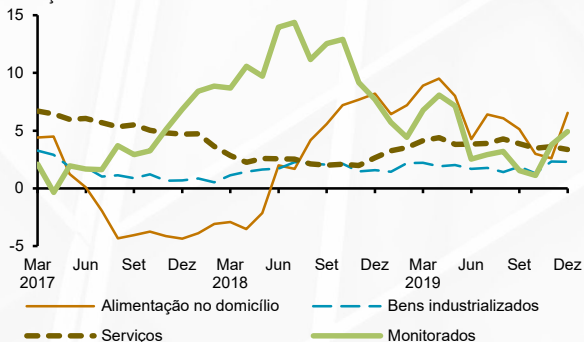
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	4,62	0,46	1,62	4,08
Livres	73,8	3,57	0,35	1,61	3,79
Alimentação no domicílio	17,8	8,21	0,77	3,85	6,54
Bens industrializados	23,3	1,56	0,01	0,75	2,05
Serviços	32,7	2,65	0,36	1,01	3,54
Administrados	26,2	7,73	0,78	1,63	4,91

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2019.

Gráfico 5.2.5 – IPCA – RMPA

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

15/ 50 pontos indicam neutralidade.

Apesar do recuo da produção, a confiança dos empresários da indústria fechou o ano em alta – o Ipei da Fiergs atingiu 64,9 pontos¹⁵ em dezembro, resultado de avaliações positivas tanto no componente de condições atuais quanto no de expectativas para os próximos seis meses. Proxy do investimento, o licenciamento de caminhões e ônibus no Rio Grande do Sul expandiu 2,9% no quarto trimestre, em comparação com o terceiro, dados dessazonalizados, registrando patamar 36,4% superior ao de 2018.

A balança comercial registrou *superavit* de US\$8,5 bilhões em 2019, 12,9% inferior ao de 2018. As exportações de produtos básicos foram negativamente impactadas pelos embarques de soja e resíduos da extração de óleo de soja, majoritariamente destinados à China, que, a despeito do recuo de 22,4%, compuseram 54,1% da pauta desse fator em 2019. Maiores embarques de carnes, fumo, milho e trigo contribuíram para mitigar a queda das exportações de básicos. Dentre os manufaturados, sobressaiu o recuo nas vendas de veículos para a Argentina. As importações também caíram em 2019, com exceção do segmento de bens de capital, cuja alta destacou as maiores aquisições de equipamentos de transporte. A retração mais intensa em bens de consumo repercutiu, em especial, a menor importação de automóveis para passageiros provenientes da Argentina.

O IPCA da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) variou 1,62% no quarto trimestre, ante 0,46% no terceiro, com aceleração nos preços livres e nos preços administrados. No primeiro segmento, destaque para o aumento nos preços de alimentação no domicílio, especialmente em alimentos semielaborados (carne, 23,89%, e frango em pedaços, 7,71%) e *in natura* (tangerina, laranja, tomate, maçã e ovo de galinha). Dentre os preços monitorados, a contribuição das elevações nos preços de gasolina, 8,75%, loterias, 40,37%, e emplacamento e licença, 1,14%, foi parcialmente compensada pela do recuo nos preços de energia elétrica, 7,81%, e de medicamentos. O índice de difusão atingiu 52,5% no trimestre findo em dezembro, ante 45,9% no encerrado em setembro.

Em 2019, o IPCA da RMPA acumulou variação de 4,08% (4,62% em 2018). Observou-se desaceleração nos preços administrados (de 7,73% para 4,91%), e de alimentação no domicílio (8,21% para 6,54%) e aceleração nos demais.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

6

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	2018		2019			%
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov	
Brasil	0,0	0,1	-0,7	0,9	0,7	
Norte	1,6	1,7	1,1	1,4	0,6	
Nordeste	0,1	-0,4	0,3	0,2	0,2	
Centro-Oeste	2,0	0,0	0,3	1,9	-0,2	
Sudeste	-0,4	1,2	0,0	0,4	0,9	
Sul	0,8	-0,5	0,4	0,6	0,1	

^{1/} Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Os indicadores de atividade econômica divulgados ao final de 2019 ratificaram a continuidade do processo de recuperação gradual da economia brasileira. Regionalmente, observam-se trajetórias compatíveis com a retomada sustentada do crescimento, refletidas na maior disseminação das taxas de expansão em diversos setores produtivos e no mercado de trabalho.

A continuidade de recuperação da economia é evidenciada pelo comportamento do IBC-Br que variou 0,7% no trimestre até novembro, em relação ao encerrado em agosto (0,9%). Em termos regionais, observou-se aceleração do ritmo de atividade no Sudeste, estimulada pela retomada consistente da produção industrial e do setor de serviços, além da manutenção na trajetória de expansão gradual nos mercados de trabalho e de crédito.

A atividade econômica no Norte foi favorecida, no período em análise, pelo aumento das vendas no varejo, pela continuidade da recuperação no setor de serviços e pela produção agrícola recorde (9,8 milhões de toneladas de grãos). Esses fatores se contrapõem à retração na produção industrial, resultado da combinação de queda na atividade extrativa (com participação relevante na região) e aumento na transformação, destacando impressão e reprodução de gravações, no Amazonas, e metalurgia no Pará.

No Centro-Oeste, após vigoroso crescimento no trimestre encerrado em agosto, observou-se desaceleração no ritmo de expansão, reflexo de queda nos segmentos de agricultura, transporte e setor público, cujos impactos foram parcialmente neutralizados pelo desempenho favorável da indústria de transformação, construção civil e comércio.

As economias das regiões Nordeste e Sul assinalaram relativa estabilidade no trimestre considerado. Ressalte-se, na primeira, a incipiente recuperação da produção fabril e o baixo dinamismo no mercado

Figura 6.1 – IBCR acumulado em doze meses
Novembro de 2019

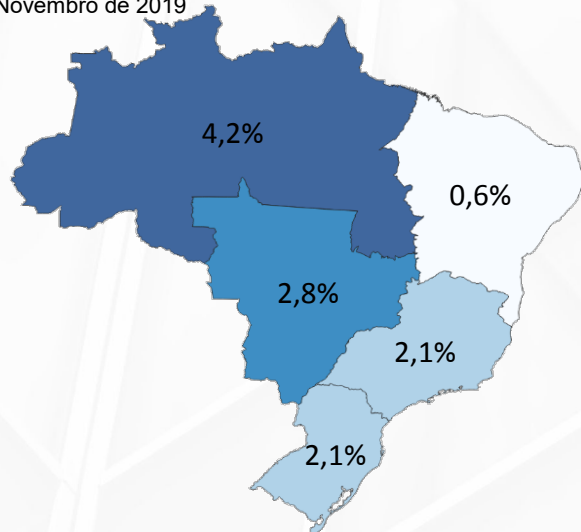


Tabela 6.2 – Índice de volume de vendasBrasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2018		2019		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Comércio varejista					
Brasil	0,3	0,0	0,2	1,2	1,5
Norte	3,5	-2,4	3,7	2,6	4,5
Nordeste	-0,3	-1,6	0,9	-0,8	2,6
Centro-Oeste	0,4	0,1	-0,6	0,1	3,1
Sudeste	0,3	-0,3	0,2	1,9	1,6
Sul	1,8	0,2	0,2	1,0	1,4
Comércio ampliado					
Brasil	1,2	-0,2	1,6	1,3	1,7
Norte	3,6	-1,1	2,6	2,8	3,4
Nordeste	0,4	-0,9	1,2	0,2	2,0
Centro-Oeste	2,9	0,0	0,1	2,0	2,2
Sudeste	1,1	0,1	1,7	2,1	0,8
Sul	2,7	0,1	1,5	1,4	2,0

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.3 – Volume de serviçosBrasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2018		2019		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	-0,7	0,5	-0,8	0,2	2,2
Norte	-1,2	-0,6	0,4	1,3	1,2
Nordeste	-0,8	-1,0	0,1	0,6	-0,4
Centro-Oeste	-1,6	-0,7	-3,0	1,6	0,6
Sudeste	0,3	1,0	-0,6	0,1	3,0
Sul	0,3	-0,6	-1,7	-0,3	0,9

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

de trabalho, a despeito da elevação nas vendas varejistas, em contexto de expansão do crédito. No Sul verificou-se acomodação no ritmo de crescimento, refletindo resultado positivo no comércio, diminuição na produção industrial e colheita menos favorável das lavouras de inverno.

Em horizonte mais longo, destaque-se a expansão econômica do Norte nos últimos doze meses encerrados em novembro, 4,2%, seguido pelo Centro-Oeste, 2,8%. Sudeste e Sul registram variações de 2,1%. No Nordeste, que apresentara o menor crescimento em 2018, a retomada segue mais gradual – o IBCR-NE subiu 0,6% no período.

As vendas do comércio ampliado expandiram pelo terceiro trimestre consecutivo, atingindo alta de 1,7% no trimestre até novembro, relativamente ao trimestre anterior, condicionadas por avanços em todas as regiões. A liberação extraordinária de recursos do FGTS e a *Black Friday* concorreram para o desempenho positivo no período. O Norte registrou o maior crescimento na margem, com ampliação das vendas em todos os estados, principalmente no Pará (5,4%). O Nordeste, onde a expansão do comércio ocorre de forma mais gradual – havia assinalado recuo das vendas no trimestre anterior – mostrou maior aceleração no resultado trimestral. No Centro-Oeste, além dos eventos mencionados, o crescimento da renda agrícola também contribuiu para o comércio, que expandiu em todos os estados, especialmente em Goiás (3,3%). O Sudeste, única região em que houve arrefecimento no ritmo das vendas, o comércio foi negativamente impactado pelo menor dinamismo do segmento de veículos, motocicletas, partes e peças. A despeito disso, houve ampliação em oito das dez atividades pesquisadas. No Sul, o comércio foi favorecido, especialmente, pelos melhores resultados de setores equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; móveis e eletrodomésticos; e materiais de construção.

O volume de serviços não financeiros no país intensificou o crescimento no trimestre encerrado em novembro, relativamente ao anterior, com expansões em todas as regiões, exceto no Nordeste. O aumento mais vigoroso foi observado no Sudeste, com ênfase na prestação de serviços de informação e comunicação e de transportes, serviços auxiliares de transportes e correio. O Norte registrou incremento pelo terceiro trimestre em sequência, com avanço em cinco estados, especialmente em Rondônia (4,3%). Após três trimestres de recuo, o Sul observou alta

no volume de serviços não financeiros, sobretudo no segmento de outros serviços (3,8%). No Centro-Oeste, a desaceleração no ritmo de crescimento do setor no trimestre até novembro pode ser atribuída ao menor volume de serviços no Mato Grosso, onde o ramo de transporte e armazenamento foi sensibilizado pela diminuição na movimentação das cargas com o fim da colheita do milho. No Nordeste, apesar da evolução positiva verificada em cinco dos nove estados (BA, CE, MA, PI e RN), a região assinalou retração para esse indicador no trimestre. Na análise de doze meses, o Sudeste permanece como a única região a apresentar crescimento no volume de serviços, condicionando resultado positivo para a média da atividade no país.

Tabela 6.4 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2018		2019		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	253,7	-127,0	118,5	213,6	327,3
Norte	11,7	-15,1	1,9	21,7	18,2
Nordeste	82,9	-86,7	-4,8	42,4	98,6
Centro-Oeste	0,3	-2,2	19,7	32,3	6,4
Sudeste	90,0	-59,1	99,9	106,3	123,9
Sul	68,8	36,0	1,9	10,9	80,2

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

O mercado de trabalho formal manteve trajetória de expansão, com elevação no nível de emprego pelo décimo trimestre em sequência, considerados dados dessazonalizados do Caged. Em todas as regiões, a criação líquida de postos de trabalho no trimestre finalizado em novembro ocorreu em volume superior ao de igual período de 2018. O Sudeste respondeu por 37,9% das vagas geradas no período, absorvidas, principalmente, pelo comércio e serviços. Esse segmento também favoreceu o aumento do emprego formal no Nordeste, além da construção civil, sobretudo na Bahia. O Sul assinalou melhoria do emprego formal em todos os setores, destacando-se a reversão na indústria de transformação e as admissões líquidas na construção civil. No Centro-Oeste, o resultado trimestral foi beneficiado pelas menores demissões sazonais de atividades da agropecuária e da indústria de transformação, comparativamente às ocorridas no mesmo trimestre do ano passado.

Tabela 6.5 – Taxa de desocupação

Discriminação ^{1/}	%				
	2018		2019		
	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
Brasil	11,9	11,6	12,7	12,0	11,8
Norte	11,6	11,7	13,1	11,8	11,7
Nordeste	14,4	14,3	15,3	14,6	14,4
Centro-Oeste	8,9	8,5	10,8	10,3	10,1
Sudeste	12,5	12,1	13,2	12,4	11,9
Sul	7,9	7,3	8,1	8,0	8,1

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

A taxa de desocupação recuou 0,1 p.p. no terceiro trimestre de 2019, em relação a igual período de 2018, segundo a PNAD Contínua do IBGE, repercutindo ampliação da PO acima da FT. Esse processo caracterizou especificamente o Sudeste, levando ao recuo do desemprego na região. Nas demais, a despeito da ampliação da PO, houve estabilidade ou aumento na taxa de desocupação, tendo em vista o crescimento mais intenso da FT. Considerando dados com ajuste sazonal, a desocupação no país aumentou 0,1 p.p. do segundo para o terceiro trimestre de 2019, resultado da combinação do recuo da taxa de desocupação no Sudeste e ampliação nas outras regiões. Nessa base de comparação, houve recuo da PO no Nordeste e Sul.

Tabela 6.6 – Operações de crédito do SFN^{1/}
Novembro de 2019

Discriminação	R\$ bilhões					
	Variação percentual (%)			12 meses		
	Trimestre		Total	12 meses		Total
PJ	PF	PJ		PF		
Brasil	1,5	3,7	2,8	0,7	11,6	6,8
Norte	6,1	4,8	5,2	7,2	15,5	12,9
Nordeste	1,3	3,7	3,0	0,0	12,3	8,3
Centro-Oeste	2,6	4,3	3,7	5,3	12,9	10,1
Sudeste	0,7	3,2	2,0	-2,0	11,0	4,4
Sul	3,0	3,9	3,5	6,6	10,7	9,0

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 6.7 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

Região	R\$ milhões	
	Resultado primário	
	(Fluxo 12 meses)	
	Dez/2018	Dez/2019
Norte	-1 188	-4 094
Nordeste	3 578	-2 909
Centro-Oeste	-1 004	- 193
Sudeste	-7 998	-7 677
Sul	2 376	-1 644
Total	-4 236	-16 518

1/ Por UF, totalizando governo estadual, capital e municípios. Dados preliminares.

(-) *superavit*

(+) *deficit*

Tabela 6.8 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}
Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas		
		Produção ^{3/}		Variação %
		2018	2019	
Brasil	100,0	226,5	241,5	6,6
Norte	3,9	8,9	9,8	9,7
Nordeste	11,0	19,1	19,2	0,4
Centro-Oeste	41,0	101,0	111,5	10,4
Sudeste	9,8	22,9	23,7	3,7
Sul	34,4	74,5	77,2	3,6

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2018.

3/ Estimativa segundo o LSPA de Dezembro de 2019.

O mercado de crédito segue dinâmico em todas as regiões do país, acelerando a expansão no segmento de pessoas físicas e revertendo a contração do segmento de pessoas jurídicas. No crédito às famílias, que exibiu a maior taxa de crescimento para o trimestre encerrado em novembro dos últimos cinco anos (3,7%), as regiões Norte e Centro-Oeste se sobressaíram, com destaque para financiamentos ao setor rural (crédito rural e financiamento a exportações), crédito consignado e cartão de crédito à vista. Na comparação interanual, todas as regiões registraram forte expansão.

O crédito às empresas avançou 1,5% no trimestre, impulsionado por operações de desconto de títulos e de financiamento de veículos em todas as regiões. Houve maior utilização das linhas de crédito por parte das empresas de comércio, refletindo o aumento da atividade associado às vendas de final de ano. Além do comércio, destacou-se o aumento no financiamento das empresas de serviços no Nordeste, Centro-Oeste e no Sudeste. Em sentido oposto, observou-se redução no endividamento das indústrias de siderurgia, papel e papelão e automóveis no Sudeste, e das indústrias de alimentos no Sul. Os financiamentos do BNDES declinaram em todas as regiões. Em doze meses, à exceção do Sudeste, todas as regiões exibiram crescimento, destacando-se as operações de capital de giro e de financiamento de veículos.

No âmbito fiscal, os governos subnacionais apresentaram melhora do resultado primário em 2019, com forte elevação no *superavit* agregado, na comparação com o ano anterior. O montante consolidado foi favorecido pela ampliação dos resultados no Norte e reversão no Nordeste e Sul, que haviam assinalado *deficit* em 2018. A dívida líquida dos governos subnacionais totalizou R\$908,2 bilhões em 2019.

Sob a ótica da oferta, a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas expandiu 6,6% em 2019, totalizando 241,5 milhões de toneladas, com acréscimos em todas as regiões. O adicional de 15 milhões de toneladas, comparativamente a 2018, refletiu, principalmente, o crescimento da safra de milho (23,6%), especialmente no Centro-Oeste e no Sul. Para a safra deste ano, de acordo com o Terceiro Prognóstico do IBGE para o ciclo produtivo 2019/2020, as lavouras de grãos deverão somar 243,2 milhões de toneladas, 0,7% acima do montante obtido em 2018/2019. A alta reflete, principalmente,

Tabela 6.9 – Produção física da indústria
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%				
		2018	2019			
		Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	100,0	-2,7	0,3	-0,8	-0,3	1,0
Norte	5,9	0,2	-0,5	-8,4	16,2	-3,9
Nordeste	9,5	-3,8	-3,1	-1,3	-1,1	3,3
Centro-Oeste	3,5	-4,2	2,9	-1,2	-0,3	3,6
Sudeste	62,7	-3,2	0,9	-0,3	0,1	0,8
Sul	18,5	0,1	0,5	1,6	-1,2	-0,4

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

Tabela 6.10 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Dezembro

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Total	239,3	224,0	181,2	177,3	58,0	46,7
Norte	19,0	21,1	12,5	12,7	6,6	8,4
Nordeste	18,7	16,6	21,7	20,2	-2,9	-3,6
Centro-Oeste	30,0	29,4	8,9	9,1	21,1	20,4
Sudeste	116,0	109,8	98,9	95,8	17,1	14,0
Sul	50,2	43,5	39,1	39,5	11,1	4,0
Outros ^{1/}	5,3	3,6	0,1	0,1	5,1	3,5

Fonte: Ministério da Economia

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

as estimativas de crescimento de 7,8% no volume produzido de soja e de retração de 7,2% no total de milho.

A produção da indústria nacional aumentou 1,0% no trimestre encerrado em novembro, após retração nos dois trimestres anteriores. Houve avanços no Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, mitigados pelos recuos no Sul e, de forma mais intensa, no Norte, região que teve seu resultado determinado pelo segmento extrativo. A produção industrial nordestina cresceu após quatro trimestres de retração, destacando a fabricação de derivados de petróleo e vestuário e acessórios. No Centro-Oeste, o desempenho do setor foi impulsionado pela expansão da fabricação de alimentos, biocombustíveis e veículos. A indústria extrativa do Sudeste consistiu no principal vetor da expansão da produção no período, que ainda destacou a maior atividade em equipamentos de transporte. O Sul assinalou menor ritmo de contração do produto industrial, comparativamente ao trimestre imediatamente anterior, resultado decorrente, em boa parte, da recuperação do segmento produtos alimentícios.

O comércio externo registrou redução do *superavit* comercial em 2019, repercutindo, principalmente, a diminuição das exportações, em especial, a redução das vendas de soja destinadas à China. Menores valores dos embarques foram comuns a todas as regiões, com exceção do Norte, que repercutiu o maior valor das vendas de minério de ferro do Pará. A redução no *quantum* exportado pelo país derivou de quedas nos indicadores do Sudeste, Sul e Norte, na ordem, mitigadas por aumentos no Centro-Oeste e Nordeste. Adicionalmente, a retração das exportações para a Argentina impactou negativamente a balança comercial, em especial, do Sul e Sudeste. No âmbito das importações brasileiras também observou-se recuo do valor em 2019. Esse movimento refletiu, sobretudo, o resultado do Sudeste, com ênfase na contração das aquisições de bens de capital, notadamente de plataformas de perfuração/exploração de petróleo. Considerando o volume das importações, observou-se expansão do *quantum* em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste, em função de menores compras de gás natural da Bolívia.

A inflação, medida pelo IPCA, acelerou no último trimestre de 2019, repercutindo, em especial, o aumento dos preços livres em todas as regiões. Nesse segmento, a principal contribuição altista decorreu

Tabela 6.11 – IPCA

Discriminação	Peso	%			
		2018 Ano	2019 III Tri IV Tri		Ano
IPCA					
Brasil	100,0	3,75	0,26	1,77	4,31
Norte	4,7	3,13	-0,06	2,79	5,35
Nordeste	15,9	3,40	-0,03	1,48	4,12
Centro-Oeste	7,9	3,08	0,13	2,11	4,20
Sudeste	55,4	3,89	0,35	1,72	4,35
Sul	16,2	4,02	0,37	1,73	4,02
Livres					
Brasil		2,91	-0,04	1,98	3,89
Norte		1,88	-0,53	3,16	5,05
Nordeste		2,82	-0,28	1,61	3,45
Centro-Oeste		2,95	-0,08	2,49	4,26
Sudeste		2,89	-0,02	1,95	3,88
Sul		3,27	0,21	1,76	3,68
Monitorados					
Brasil		6,18	1,12	1,21	5,54
Norte		7,36	1,42	1,64	6,35
Nordeste		5,30	0,73	1,08	6,24
Centro-Oeste		3,46	0,73	1,04	4,03
Sudeste		6,74	1,34	1,11	5,64
Sul		6,28	0,86	1,63	5,04

Fontes: IBGE e BCB

do aumento dos preços de carnes em dezembro, repercutindo a maior demanda, tanto por fatores sazonais quanto pelo incremento das compras da China, e a limitação da oferta. No segmento de monitorados, com exceção do Sudeste, houve aceleração da inflação em todas as regiões, refletindo, em boa medida, reajustes de loterias e gasolina. O resultado do último trimestre do ano implicou inflação mais alta em 2019, comparativamente a 2018, em todas as regiões à exceção do Sul onde a variação do IPCA (4,02%) foi a mesma nos dois anos.

Em síntese, a atividade econômica manteve crescimento gradual no trimestre encerrado em novembro. Regionalmente, o movimento mostrou-se mais disseminado, sugerindo consistência do processo de recuperação. A retomada do crédito e a recomposição da massa de rendimentos, o aumento da população ocupada, assim como o comportamento benigno da inflação concorrem para manter a economia em expansão ao longo de 2020.

Considerações sobre a atualização dos pesos regionais no IPCA

A partir do mês de referência janeiro de 2020, a estrutura de pesos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) terá como base a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018. As alterações, relativamente à POF 2008-2009, refletem modificações no padrão de consumo da população-objetivo do indicador – famílias urbanas com rendimento entre 1 e 40 salários mínimos. A atualização da POF acarretará mudanças na estrutura do IPCA, com a entrada/retirada de produtos e mudança dos pesos das regiões e segmentos pesquisados. Este box aborda essas modificações nas cinco regiões geográficas¹, considerando a abertura do índice em: alimentação no domicílio (AD), bens industriais (BI)², serviços (SER) e monitorados (ADM).³

Para agregação por região geográfica, adotou-se critério idêntico ao da consolidação do índice nacional, ou seja, as áreas pesquisadas são ponderadas pela renda familiar disponível. Com isso, a atualização da POF evidenciou o crescimento da participação do Centro-Oeste, sobretudo de Brasília, e a redução do Sudeste, onde a diminuição do peso das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte se sobrepôs ao aumento do peso de São Paulo.

Tabela 1 – Estrutura de pesos regionais

Discriminação	POF	
	2008-2009	2017-2018
Brasil	100,00	100,00
Norte	4,65	4,45
Nordeste	15,89	15,79
Centro-Oeste	7,90	9,80
Sudeste	55,37	53,26
Sul	16,19	16,70

Nota: Agregação a partir das áreas pesquisadas pelo IBGE.

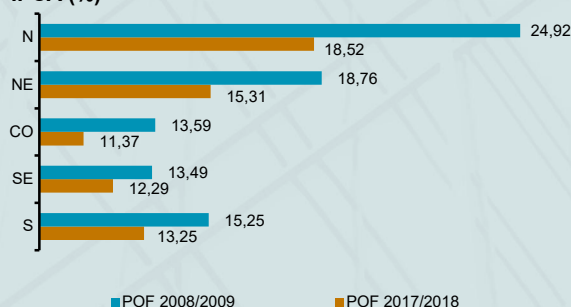
No segmento de AD, observou-se redução generalizada do gasto relativo feito pelas famílias e menor dispersão dos pesos entre as regiões (Gráfico 1). Na comparação entre as estruturas de janeiro de 2012 e de janeiro de 2020, a amplitude dos pesos regionais deste segmento passou de 11,43 p.p. para 7,15 p.p., resultado decorrente, em especial, do menor comprometimento do orçamento familiar do Norte com alimentos para consumo no domicílio. Nessa região, a redução de 6,4 p.p. na representatividade destacou a queda na participação de carnes (-1,59 p.p.); cerveja (-0,73 p.p.); pescados (-0,68 p.p.), cereais, leguminosas e oleaginosas (-0,63 p.p.), farinhas, féculas e massas (-0,61 p.p.) e leite e derivados (-0,60 p.p.).

1/ As cinco regiões geográficas resultam da agregação das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre e dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís, Aracaju e Brasília.

2/ Exclui da cesta de bens industriais subitens de alimentação e monitorados.

3/ Para mudanças na classificação por segmento, vide box "Atualizações da estrutura de ponderação do IPCA e repercussão nas suas classificações" do Relatório de Inflação de dezembro de 2019.

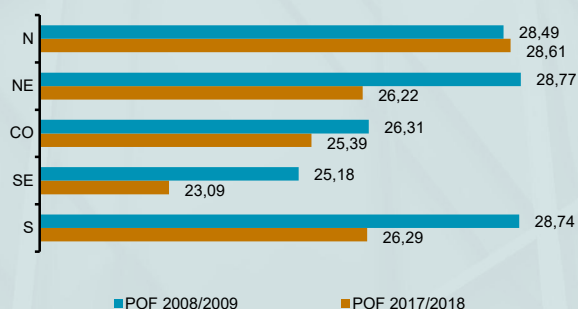
Gráfico 1 – Peso de alimentação no domicílio no IPCA (%)



Fonte: IBGE

O comportamento no segmento de BI não foi homogêneo entre as regiões, resultando em menor convergência dos pesos na composição do IPCA regional. A diferença entre máximo e mínimo passou de 3,59 p.p. para 5,52 p.p. entre as estruturas de composição do indicador nas duas datas de referência. No Norte, a participação do segmento apresentou estabilidade, enquanto nas demais regiões, houve redução da representatividade, sobretudo no Nordeste, onde se sobressaiu a queda no peso dos BI do grupo Transportes. Não obstante, o subitem automóvel novo ganhou participação em todas as regiões e manteve-se como o principal bem na composição desse segmento. Destaque-se ainda que a alteração do padrão de consumo resultou na ampliação significativa do peso de aparelho telefônico em todas as regiões, pelos gastos com aparelho celular.

Gráfico 2 – Peso de bens industriais no IPCA (%)



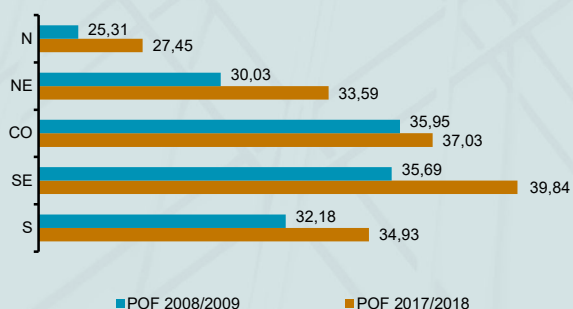
Fontes: IBGE e BCB

Os serviços seguiram representando a maior parcela do IPCA em quatro das cinco regiões geográficas – Norte é a exceção –, tendo assinalado aumento de peso em todas as regiões e maior amplitude na comparação inter-regional entre as estruturas de janeiro de 2012 e de 2020. Além disso, a composição sofreu alterações significativas, em razão da inclusão de novos serviços, como combo de telefonia, internet e TV por assinatura, transporte por aplicativo, serviços de *streaming*, ou ainda, em decorrência de mudanças no comportamento das famílias, a exemplo dos maiores gastos com serviços de higiene e tratamento para animais. Aluguel residencial e refeição, embora redução significativa de participação nos gastos das famílias no Centro-Oeste, Sudeste e Sul, mantiveram as maiores representatividades do segmento, junto com empregado doméstico, a despeito da redução no peso desse subitem em todas as regiões. O comprometimento do orçamento familiar com serviços é maior no Sudeste, onde a atualização da POF apontou maior representatividade de serviços de educação, que aumentou aproximadamente 2 pontos percentuais.

O segmento de ADM assinalou pesos mais homogêneos na nova estrutura do IPCA, relativamente à anterior – a amplitude de variação passou de 4,36 p.p. para 1,43 p.p. Houve aumento da representatividade do segmento em todas as regiões, exceto no Sudeste, especialmente pela redução de gastos em subitens dos grupos Transportes e Comunicação – a participação de comunicação recuou em todas as regiões, em

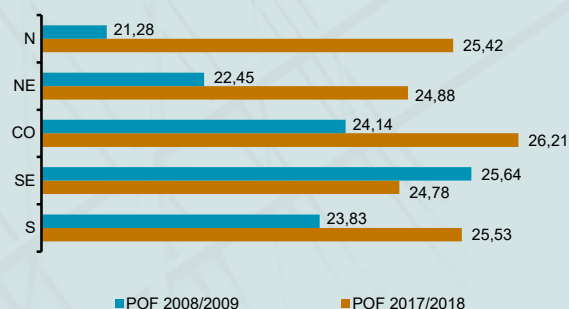
decorrência do menor peso de telefonia fixa no orçamento das famílias. Com relação aos itens de ADM no grupo de Transportes, observou-se aumento do peso nas outras quatro regiões, em especial no Norte, pelos maiores dispêndios com gasolina e emplacamento e licença. Note-se ainda que a atualização no padrão de consumo das famílias mostrou queda significativa da participação de ônibus urbano no orçamento das famílias em todas as regiões.

Gráfico 3 – Peso dos serviços no IPCA (%)



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 4 – Peso dos monitorados no IPCA (%)



Fontes: IBGE e BCB

O exercício contrafactual em que a nova estrutura de ponderação do IPCA já estivesse, por hipótese, em vigor, aponta menor variação dos preços em 2019 em todas as regiões, comparativamente à inflação efetivamente registrada (Tabela 2). Para o país, a redução situar-se-ia em 0,41 p.p.⁴, alcançando 0,70 p.p. no Norte. Adicionalmente, observa-se menor discrepância da inflação regional em 2019, em parte, decorrente a redução do peso de AD, que apresentou a maior variação no ano.

Tabela 2 – Impacto estimado da nova POF no IPCA regional em 2019

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
Observado (%)	5,35	4,12	4,20	4,35	4,02	4,31
Contrafactual (%)	4,65	3,81	3,62	4,04	3,49	3,90
Obs-contr. (p.p.)	-0,70	-0,31	-0,58	-0,31	-0,53	-0,41

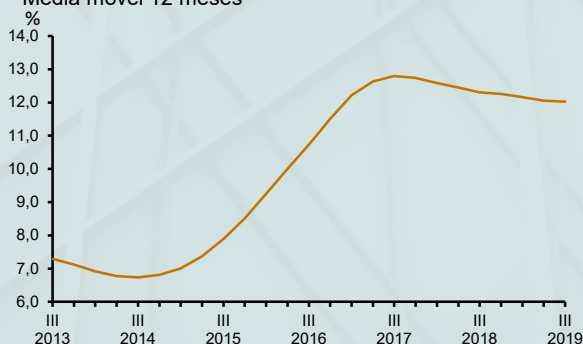
Em suma, a alteração nos pesos do IPCA com utilização dos dados da POF 2017-2018 evidenciou algumas diferenças regionais. Não obstante, de modo geral, houve perda de participação dos gastos com alimentação no domicílio para os demais itens (serviços, monitorados ou bens industriais), particularmente no Norte e Nordeste onde as representações desses segmentos eram relativamente mais altas. As mudanças nas estruturas de ponderação sinalizam tendência de menor discrepância nas variações agregadas de preços entre as regiões.

4/ A estimativa difere da apresentada no box Impacto de atualizações na cesta de referência do IPCA do Relatório de Inflação de dezembro de 2019, tendo em vista que após aquela publicação houve a divulgação do resultado do IPCA de dezembro e em função da atualização dos pesos regionais, mês a mês, que afetam o resultado agregado.

Taxa de desemprego, oferta e demanda por trabalho com foco regional

A taxa de desocupação (TD) no Brasil recua em ritmo gradual desde o terceiro trimestre de 2017 (Gráfico 1). Este boxe avalia, com enfoque regional, o movimento recente de queda da TD a partir da decomposição em dois componentes¹: i) efeito oferta de trabalho (EOT), medido pelo impacto exercido pela variação da força de trabalho (FT), mantida a taxa de ocupação constante; ii) efeito demanda por trabalho (EDT), definido como a contribuição resultante de alterações na população ocupada (PO), com a FT inalterada. Utilizaram-se, neste exercício, as estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 1 – Taxa de desocupação – Brasil
Média móvel 12 meses



A análise estimou as contribuições de cada um dos componentes para a variação da TD em um trimestre (t) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (t-4), evitando considerar os efeitos de sazonalidade da série:

$$TD_t = \frac{FT_t - PO_t}{FT_t};$$

e considerando $o_t = \frac{PO_t}{FT_t}$; $s_t = \frac{FT_t}{FT_{t-4}}$; $d_t = \frac{PO_t}{PO_{t-4}}$

onde:

TD = taxa de desocupação;

o = taxa de ocupação;

s = fator de crescimento da FT; e

d = fator de crescimento da PO.

1/ Essa mesma metodologia foi utilizada no boxe “Desemprego Aberto no Brasil: contribuições da oferta e da demanda por trabalho”, do Relatório de Inflação de dezembro de 2010.

Podemos escrever a variação da taxa de desemprego como:

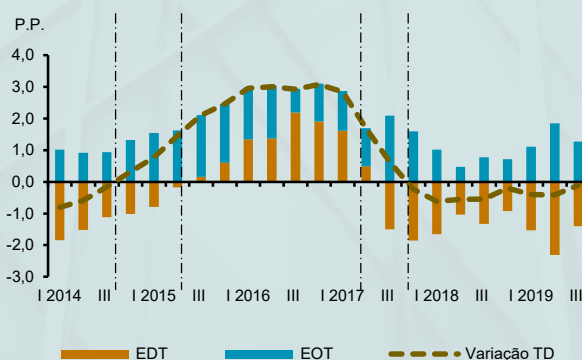
$$\Delta TD_t = EOT_t - EDT_t + \text{resíduo}_t$$

Algebricamente temos:

$$\Delta TD_t = \underbrace{o_{t-4} \left(\frac{s_t - 1}{s_t} \right)}_{\text{oferta de trabalho}} - \underbrace{o_{t-4} (d_t - 1)}_{\text{demanda de trabalho}} + \underbrace{o_{t-4} \left(\frac{s_t d_t - s_t - d_t + 1}{s_t} \right)}_{\text{resíduo}}$$

Considerando a variação da TD nacional nos últimos anos (Gráfico 2), observa-se que a demanda por mão de obra no início de 2014, embora em desaceleração, ainda mostrava crescimento², fato que associado à pequena elevação da FT, assegurava trajetória declinante da TD. Entre o terceiro trimestre de 2014 e o segundo trimestre de 2015, houve contínua deterioração do mercado de trabalho, com redução na geração de postos e aceleração na oferta de mão de obra. No período seguinte, que se encerra no segundo trimestre de 2017, a retração da demanda por mão de obra, associada à manutenção do incremento da oferta, induziu à continuidade do processo de aumento da TD.

Gráfico 2 – Contribuições EDT e EOT para variação



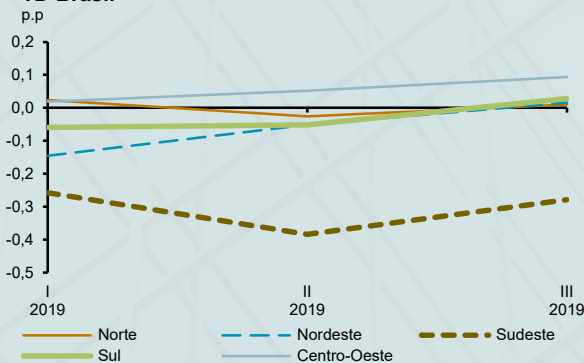
Finalmente, a partir do quarto trimestre de 2017, a demanda por mão de obra, impulsionada principalmente pela geração de postos de trabalho sem carteira ou por conta-própria, passa a superar o crescimento da força de trabalho, que mantém sua contribuição em linha com seu patamar histórico, (desde o início da série em análise, em 2012, o incremento da FT tem contribuído, na média, com 1,3 p.p. ao ano para o incremento da TD), com conseqüente redução da TD.

Regionalmente, considerando os primeiros nove meses de 2019, o recuo de 0,31 p.p. da TD nacional, em comparação ao mesmo período de 2018, refletiu, principalmente o comportamento do mercado de trabalho no Sudeste, responsável pelo recuo da taxa de desemprego no país com contribuição de -0,31 p.p., seguido pelo Nordeste, -0,06 p.p., e pelo Sul, -0,02 p.p. O Centro-Oeste foi a única região com contribuição positiva, +0,06 p.p., para o incremento da TD nacional no período (houve aumento do desemprego em todos os três trimestres do ano), enquanto o Norte teve contribuição nula (Gráfico 3). A queda da TD no período poderia ter sido de maior intensidade não fosse a desaceleração da demanda por mão de obra observada no terceiro trimestre de 2019³, quando apenas o Sudeste registrou redução na TD em comparação ao mesmo período de 2018.

2/ O crescimento da demanda por mão de obra é refletido nas contribuições negativas da componente EDT para a composição da TD no período.

3/ Último dado disponível, quando da elaboração deste box, considerando a desagregação regional.

Gráfico 3 – Contribuição regional para a variação da TD Brasil



As contribuições por Unidade da Federação (UF) podem ser observadas no gráfico 4, que ilustra a contribuição dos EOT e EDT para a redução da taxa de desocupação no acumulado dos nove primeiros meses de 2019; a linha de 45° separa os estados que contribuíram positivamente (abaixo) e negativamente (acima). O desempenho do estado de São Paulo se destaca, com 64% da contribuição do Sudeste para o recuo da TD nacional, refletindo, principalmente, o aumento da demanda por mão de obra no estado, seguido por Minas Gerais (31%). No Nordeste, Pernambuco deu a maior contribuição para o recuo da TD no país (-0,05 p.p), favorecido, sobretudo, pela variação praticamente nula da oferta de mão de obra no período, movimento oposto ao observado na grande maioria dos estados do país. O crescimento da FT no Nordeste, bem inferior ao observado em nível nacional (1,2% comparativamente a 1,6% no Brasil), propiciou à região o segundo melhor desempenho dentre as regiões, em termos de contribuição para o recuo da TD nacional.

Gráfico 4 – Contribuições para variação da TD Brasil – Jan-set/2019 vs Jan-set/2018



No Sul, 55% da contribuição da região para o recuo da TD nacional refletiu o desempenho do Paraná (Rio Grande do Sul, 30%), também beneficiado pela componente da FT, dada a baixa expansão da oferta de mão de obra no estado (crescimento de 1,0%, comparativamente a 2,0% na região).

No Centro-Oeste, com exceção de Mato Grosso, que teve contribuição nula, todos os demais estados e o Distrito Federal contribuíram positivamente para o incremento da TD nacional. Apesar da demanda por mão de obra ter crescido com a maior taxa dentre as regiões (2,4% contra 2,0% no Brasil), a componente da oferta expandiu à taxa de 3,3% no período, o dobro da média nacional.

Assim como no Centro-Oeste, no Norte a componente da oferta de mão de obra impediu o melhor desempenho da taxa de desemprego na região. Com crescimento de 2,2% no período, a evolução da força de trabalho compensou o avanço da demanda de mão de obra na região, 2,1%, ligeiramente acima da média nacional.

Em resumo, a gradativa recuperação do mercado de trabalho nacional iniciada em 2017, com consequente recuo da TD, teve no aumento da demanda por mão de obra seu principal componente, tendo em vista que as contribuições da componente da oferta de mão de obra têm se mantido em torno de sua média histórica. Na margem, destaque-se a evolução favorável do mercado de trabalho nas regiões Sudeste (principalmente São Paulo) e Centro-Oeste, tendo essa última o desempenho ofuscado pelo crescimento da FT muito acima da média nacional.

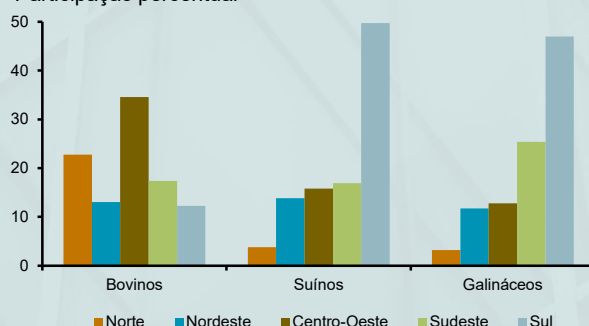
Evolução regional da atividade pecuária

Em 2019, o Brasil abateu 5,9 bilhões de cabeças de bovinos, suínos e frangos, de acordo com a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1,6% acima do registrado em 2018. As exportações somaram 6,8 milhões de toneladas de carnes e derivados de bovinos, suínos e frangos, segundo o Ministério da Economia, representando US\$16,1 bilhões e variações de 7,4% em quantidade e 6,6% no preço, comparativamente ao ano anterior. A maior demanda por esses produtos se refletiu nas cotações internas; o aumento de 32,40% nos preços de carnes ao consumidor em 2019 – suína e de frango no meio do ano e bovina no último trimestre – pressionou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), contribuindo em 0,86 p.p. para a variação anual do indicador, 4,31%. Este box analisa a evolução recente e as perspectivas da produção pecuária nacional¹.

De acordo com a Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE, em 2018 os efetivos dos rebanhos brasileiros de suínos e de galináceos concentravam-se no Sul, enquanto o de bovinos, no Centro-Oeste, seguido pelo Norte. No Sudeste e no Nordeste, a situação é relativamente mais homogênea (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição regional dos rebanhos – 2018

Participação percentual



Fonte: IBGE

Na análise da evolução de abates de animais nos últimos dois anos, destaque-se, primeiramente, o impacto da paralisação no setor de transporte rodoviário de cargas em maio de 2018, que obrigou a suspensão da atividade ou o descarte de animais, especialmente frangos² (Gráfico 2). A elevação pontual nos preços foi atenuada pela rápida normalização da oferta nos meses subsequentes, resultando em variações de 4,4%, -13,9% e 6% na comparação das médias anuais de 2018 e 2017, em bovinos, suínos e frangos, respectivamente (Gráfico 3).

No primeiro semestre de 2019, embora já se soubesse do evento da peste suína africana que levou à redução do rebanho suíno na China, o desempenho da produção brasileira de proteína animal acompanhou a evolução gradual da economia nacional e a ausência de impulso significativo da demanda externa, impactada por disputas comerciais entre EUA e China³. Nesse ambiente, houve aumentos nos abates de suínos (4,0%) e de

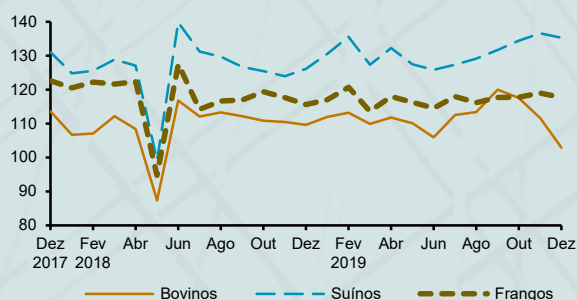
1/ O tema foi abordado anteriormente nos boxes “Evolução Recente da Pecuária e Impactos Regionais” e “Evolução Regional da Atividade Pecuária”, do Boletim Regional de janeiro 2008 e de julho 2013, respectivamente.

2/ Os frigoríficos escoaram, dentro do possível, produtos congelados para abastecimento dos supermercados, liberando espaço para a produção de novos itens. Os bloqueios nas estradas impediram o transporte de aves e suínos prontos para abate, bem como de ração para os animais em desenvolvimento nas granjas. A decisão de reduzir o alojamento de frangos levou também ao descarte de ovos fecundados e de pintos de um dia.

3/ Ver box “Evolução recente da balança comercial”, no Relatório de Inflação de dezembro de 2019.

Gráfico 2 – Abates (peso das carcaças) – Brasil

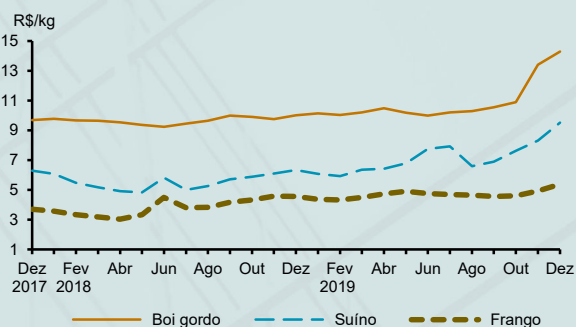
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Gráfico 3 – Evolução do preço das carnes – Brasil

Média mensal



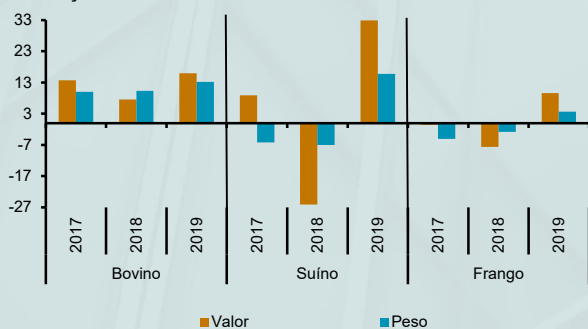
Fonte: Cepea/Esalq

bovinos (3,3%) e recuo no de frangos (1,4%), comparativamente a igual intervalo de 2018. A partir do terceiro trimestre, observou-se forte ampliação das compras de carnes e derivados por parte da China, tendo em vista os efeitos decorrentes da peste suína. A maior demanda chinesa pressionou os preços das proteínas que, associados à evolução do câmbio, favoreceram a atividade. Os preços médios anuais de bovinos, suínos e frangos variaram 12,7%, 29,4% e 22,0% – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea)/ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) –, em 2019 ante 2018, com a maior parte do aumento concentrada no último bimestre.

Os abates bovinos cresceram 2,7% em 2019, desacelerando no segundo semestre. Considerando dados livres de influências sazonais, houve variações de 5,5% e -4,0% no terceiro e quarto trimestres, comparativamente aos imediatamente anteriores. As vendas externas de carnes e derivados de bovino totalizaram US\$7,6 bilhões em 2019, com variações de 13,2% em quantidade e 2,4% em preço, na comparação com 2018 (Gráfico 4). Os embarques destinados à China representaram 35% do total, seguidos por Hong Kong, 15%, e Egito, 6% (Gráfico 5).

Gráfico 4 – Exportações de carnes e derivados

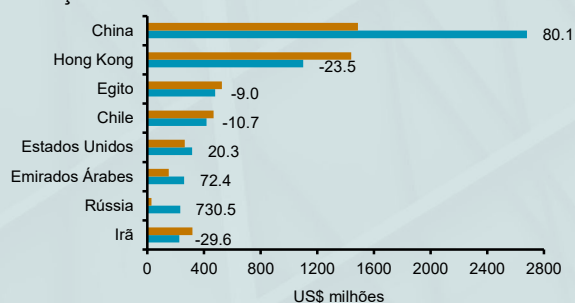
Variação % sobre o ano anterior



Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 5 – Exportações de carnes e derivados de bovino – principais destinos

Variação % anual



Fonte: Ministério da Economia

A carne suína é a mais consumida na China, contudo a necessidade de abastecimento levou o país a importar outras fontes de proteína no mercado mundial. O abate nacional de suínos expandiu 4,2% em 2019, especialmente no segundo semestre, 4,4%). As informações dessazonalizadas revelam expansões de 0,7% e 4,6% no terceiro e quarto trimestres, ante os imediatamente anteriores. As exportações de carnes e derivados de suíno somaram US\$1,6 bilhão, com variações de 15,8% em quantidade e 14,8% em preço, ante 2018. Os embarques⁴ destinados à Ásia representaram 70% do total, especialmente China (39%), Hong Kong

4/ De acordo com o *United States Department of Agriculture (USDA)*, ao final de 2020, o rebanho suíno da China totalizará declínio aproximado de 40%, comparativamente a 2018, quando iniciou o surto de peste suína africana, e as importações do país devem atingir valor recorde. Em setembro, a China habilitou 25 novos frigoríficos brasileiros à exportação, porém apenas um de carne suína. A diminuição no consumo do produto no país, contudo, impulsionou sua substituição por outras proteínas, especialmente frango, estimulando as exportações de frango do Brasil. *USDA, Livestock and Poultry: World Markets and Trade, African Swine Fever (ASF): Asia Outlook for 2020, October 10, 2019.*

(19%) e Rússia (6%) (Gráfico 6). Ressalte-se que as exportações pecuárias em 2018 foram negativamente impactadas pelo embargo russo, com queda de 97,5% no valor embarcado, em relação a 2017. Destaque-se, nesse contexto, o desempenho de Santa Catarina que conseguiu expandir suas vendas externas – para China e outros parceiros comerciais, como Hong Kong, Chile e Argentina – em resposta à retração de 99,7% nas compras da Rússia, seu principal importador.

O abate nacional de frangos ficou estável em 2019, ante 2018, com a elevação no segundo semestre (1,5%) mitigando o recuo observado no primeiro (-1,4%). Em termos dessazonalizados, observou-se aumentos de 0,8% no terceiro e quarto trimestres de 2019. As vendas externas de carnes e derivados de frango alcançaram US\$6,9 bilhões, variações de 3,7% em quantidade e 5,8% em preço, na mesma base comparativa. Os embarques destinados à Ásia e Oriente Médio somaram aproximadamente 75% do total, especialmente China, Japão e Arábia Saudita (Gráfico 7).

Gráfico 6 – Exportações de carnes e derivados de suíno – principais destinos

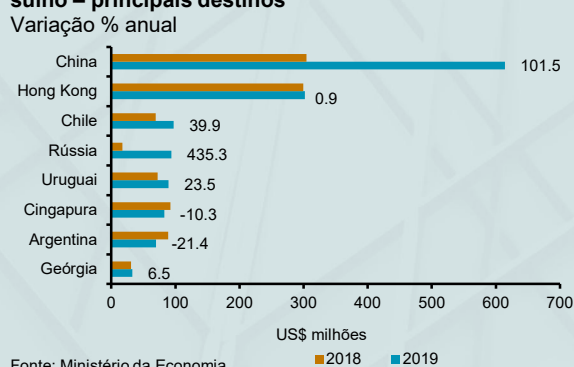


Gráfico 7 – Exportações de carnes e derivados de frango – principais destinos



Em linhas gerais, após a paralisação no setor de transporte de cargas, em 2018, a recuperação da atividade pecuária brasileira mostrou-se relativamente lenta, consistente com os ciclos de produção, sendo influenciada pela evolução dos preços dos produtos, em ambiente de retomada gradual na economia e desaceleração da demanda mundial. Tal situação se reverteu no segundo semestre de 2019, impulsionada por aumento significativo das exportações de carnes, impactando internamente os preços ao consumidor.

As perspectivas para a produção pecuária nacional seguem favoráveis, dado o realinhamento dos preços recebidos pelos produtores (que contribui para o investimento na recomposição dos rebanhos), a expectativa de recuperação do mercado interno e a ampliação do número de unidades produtivas habilitadas à exportação para a China e países do sudeste asiático (Indonésia e Vietnã). Entidades representativas do setor estão otimistas, tanto com o crescimento da demanda doméstica, quanto com a manutenção da demanda mundial⁵.

Em contraponto, o cenário embute incertezas, principalmente sobre os efeitos da evolução das disputas comerciais entre EUA e China, o tempo para a recuperação e/ou ampliação do plantel e da produção chinesa,⁶ bem como a trajetória da taxa de câmbio e seus reflexos sobre os preços domésticos dos produtos do setor.

5/ Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em entrevistas divulgadas na imprensa especializada.

6/ O governo chinês definiu como prioridade a expansão da atividade produtiva, o que inclui taxas de juros subsidiadas e facilidades para o estabelecimento de novos criadouros. Tais medidas são dirigidas a produtores de maior escala, compensando, no médio prazo, o constante declínio entre os menores. *USDA, Livestock and Poultry: World Markets and Trade, ASF: Asia Outlook for 2020, October 10, 2019.*

Dinâmica das balanças comerciais regionais em 2019

A diminuição do saldo comercial brasileiro em 2019 em relação ao ano anterior (US\$11,4 bilhões) refletiu, notadamente, a perda de dinamismo das exportações (US\$15,3 bilhões), decorrente da desaceleração econômica mundial, da guerra comercial entre Estados Unidos e China, dos impactos da peste suína africana nesse país asiático¹ e do recuo da demanda argentina. A redução das vendas externas, no período, foi observada em todas as regiões, com exceção do Norte, cujo aumento do *superavit* refletiu, principalmente, as exportações de minérios de ferro. Do lado das importações, a despeito da gradual recuperação da atividade doméstica, observou-se retração de US\$3,9 bilhões em 2019 (Tabela 1). Nesse contexto, este boxe objetiva analisar a dinâmica das balanças comerciais regionais em 2019, ressaltando os produtos que tiveram maior participação no movimento de deterioração no saldo comercial.

Tabela 1 – Evolução da balança comercial em 2019 – Brasil e regiões

	Brasil		Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Exportações	239,3	224,0	19,0	21,1	18,7	16,6	30,0	29,4	116,0	109,8	50,2	43,5
Importações	181,2	177,3	12,5	12,7	21,7	20,2	8,9	9,1	98,9	95,8	39,1	39,5
Saldo comercial	58,0	46,7	6,6	8,4	-2,9	-3,6	21,1	20,4	17,1	14,0	11,1	4,0

Fonte: Ministério da Economia

A retração de 6,4% nas exportações brasileiras decorreu, em especial, da diminuição das vendas de produtos do setor automotivo, plataformas de perfuração ou exploração de petróleo e açúcar refinado, no grupo de manufaturados; de soja e óleos brutos de petróleo, no segmento de básicos; além de açúcar de cana em bruto, em bens semimanufaturados. No Sul e Nordeste, o resultado foi impactado principalmente pela queda das vendas de produtos manufaturados, enquanto no Sudeste e Centro-Oeste, o grupo dos básicos constituiu o principal vetor da contração (Tabela 2). Nas importações, observou-se queda das aquisições no Sudeste (US\$3,2 bilhões) e Nordeste (US\$1,5 bilhão), e elevação moderada dos valores comprados no Sul (US\$391,1 milhões), Centro-Oeste (US\$186,0 milhões) e Norte (US\$182 milhões).

Tabela 2 – Evolução das exportações por fator agregado – Brasil e regiões

	Brasil		Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
	Básicos	119,2	118,2	15,8	17,5	5,5	5,2	25,0	24,6	48,3	46,1	23,6
Semimanufaturados	30,5	28,4	1,3	1,2	5,4	4,8	4,2	4,2	15,1	13,8	4,3	4,1
Manufaturados ^{1/}	89,6	77,5	1,9	2,3	7,8	6,6	0,7	0,6	52,6	49,9	22,3	17,8

Fonte: Ministério da Economia

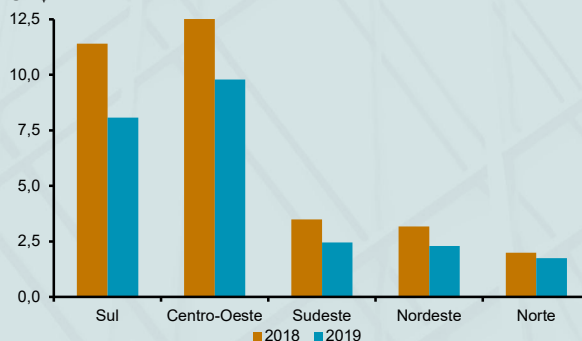
1/ Inclui: Transações especiais e consumo de bordo

A análise dos produtos que se destacaram na retração do *superavit* comercial evidenciou que a soja em grão, principal item da pauta de exportação brasileira, representou o maior impacto na queda das vendas externas (US\$6,9 bilhões), com recuos disseminados em todas as regiões (Gráfico 1), destacadamente no Sul, Centro-Oeste e Sudeste. Considerando os demais produtos que compõem o complexo soja (óleo e farelo),

1/ Apesar do evento favorecer as exportações de carnes, implicou em redução expressiva da demanda chinesa por soja, com efeitos significativos sobre os preços internacionais do produto.

a retração dos embarques atingiu US\$8,1 bilhões. Em termos interanuais, o recuo de 24,7% das vendas para a China, principal destino da soja em grão brasileira, pode ser explicado tanto pela queda dos preços internacionais do produto quanto pela menor demanda do insumo destinado à produção de ração animal, reflexo do impacto da peste suína africana na redução do rebanho suíno chinês. Mitigando esse fator, a China apresentou maior demanda pelas carnes brasileiras, em especial a bovina, refletindo em aumento do preço do produto no mercado doméstico.²

Gráfico 1 – Exportações regionais de soja em grão
US\$ bilhões

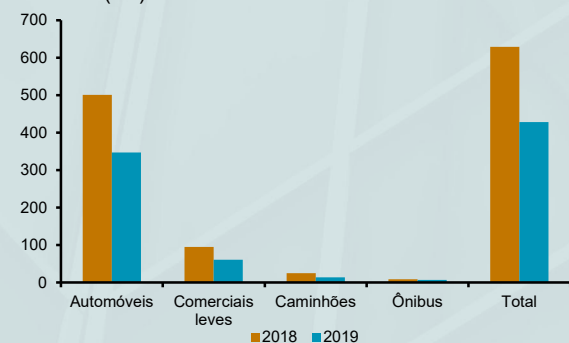


Fonte: Ministério da Economia

Ainda no grupo dos básicos, as vendas externas de óleos brutos de petróleo, concentradas na região Sudeste, em especial no Rio de Janeiro, também apresentaram queda significativa (US\$1,2 bilhão), repercutindo a diminuição dos preços internacionais da *commodity*, impactada principalmente pela desaceleração da economia mundial.

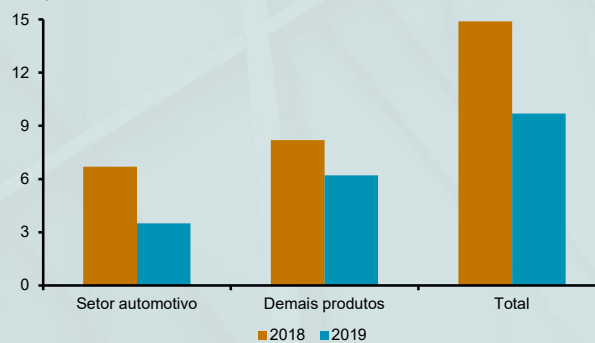
Entre os produtos manufaturados, merece destaque a queda das exportações do setor automotivo, com impactos negativos nas pautas do Sudeste, Nordeste e Sul. Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as receitas das vendas externas de autoveículos³ registraram retração de 37,8%, com diminuição de 31,9% do volume exportado (Gráfico 2). As exportações de produtos automotivos para a Argentina, principal destino de itens do setor, recuaram 48,1%, reflexo da crise econômica no país, intensificada desde meados de 2018. Automóveis de passageiros, principal produto vendido pelo setor para a Argentina, registrou a maior retração na pauta brasileira para aquele país (US\$1,9 bilhão). A Argentina destacou-se como o destino com maior diminuição de compras de produtos brasileiros (US\$5,2 bilhões), movimento disseminado por todas as categorias (Gráfico 3), em especial no grupo de manufaturados (US\$4,7 bilhões), resultando na queda da participação na pauta exportadora brasileira de 6,2% em 2018 para 4,3% em 2019.

Gráfico 2 – Exportações de autoveículos
Unidades (mil)



Fonte: Anfavea

Gráfico 3 – Exportações para Argentina
US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia

2/ Ver boxe “Evolução recente da balança comercial”, no Relatório de Inflação de dezembro de 2019 e “Evolução Regional da Atividade Pecuária”, nesta edição do Boletim Regional.

3/ A Anfavea engloba no conceito de autoveículos os veículos leves (automóveis e comerciais leves), caminhões e ônibus.

As operações fictas de compra e venda de plataformas de perfuração ou exploração de petróleo, reguladas pelo Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro) influenciaram significativamente o comércio exterior brasileiro nos últimos dois anos e impactaram de maneiras opostas o resultado comercial das regiões Sul e Sudeste. No caso do Sul, as exportações de US\$4,5 bilhões em 2018 e US\$1,3 bilhão em 2019, combinadas à ausência de operações de compra, contribuíram para a redução do saldo comercial no período. No Sudeste, as exportações aumentaram de US\$1,3 bilhão para US\$1,5 bilhão, enquanto as importações caíram em ritmo acentuado, de US\$9,7 bilhões para US\$4,4 bilhões, garantindo que o saldo das transações com plataformas contribuísse positivamente para o resultado da região.

Outros itens de destaque comercial, o açúcar refinado (produto manufaturado) e o açúcar de cana em bruto (semimanufaturado), tiveram, conjuntamente, retração anual de US\$1,3 bilhão nas vendas externas de 2019, repercutindo a maior destinação da cana-de-açúcar para produção de etanol. O movimento impactou em particular o saldo das exportações do Sudeste, que concentra a maior parte das vendas do produto, em especial de São Paulo.

Em linhas gerais, a deterioração no *superavit* comercial do Brasil em 2019 repercutiu a retração mais intensa das exportações relativamente às importações, em contexto de menor dinamismo da atividade econômica mundial e choques idiossincráticos nas economias de parceiros comerciais relevantes, em especial Argentina e China. Menores exportações caracterizaram todas as regiões do Brasil, com exceção do Norte, cujas vendas de minérios de ferro, favorecidas pela interrupção da produção de algumas minas no Sudeste, contribuíram para ampliação do *superavit* comercial. Diminuições nas exportações de soja em grão, sobretudo para a China, impactaram as balanças comerciais do Sul, Centro-Oeste e Sudeste, enquanto as menores vendas de produtos do setor automotivo, especialmente para a Argentina, repercutiram nos resultados do Sudeste, Nordeste e Sul. A região Sul contribuiu com a maior parcela para o recuo do *superavit* brasileiro, acima do Sudeste, que registrou ainda perda de receitas nas exportações de óleos brutos de petróleo e açúcar.

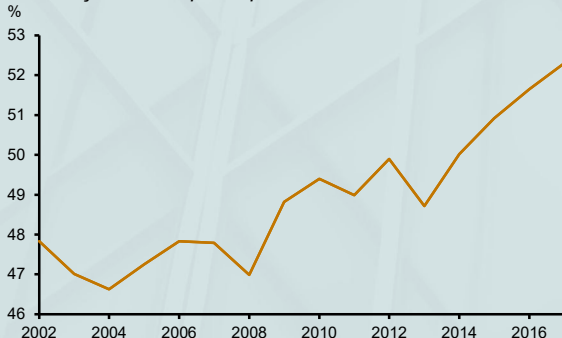
Atividade econômica da região Nordeste

Este boxe analisa a estrutura produtiva da economia nordestina, seu desempenho recente e suas perspectivas no atual cenário econômico. O Nordeste é a segunda região mais populosa do país e a terceira em termos de produto, com 57 milhões de habitantes (27,2% do país) e Produto Interno Bruto (PIB) de R\$953,2 bilhões (14,5%), de acordo com informações das Contas Nacionais Regionais (CNT) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos a 2017¹. O PIB *per capita*, de R\$16,6 mil, corresponde a 52,3% da média nacional, menor valor entre as regiões, apesar de crescimento acima da média nacional de 2002-2017 (Gráfico 1). Nesse período, das nove unidades da federação (UF) da região, o PIB expandiu com maior intensidade no Piauí (4,2% a.a.) e Maranhão (3,8% a.a.); e de forma menos expressiva na Bahia (2,2% a.a.).

Em 2018 e 2019, contudo, os indicadores sugerem que o crescimento da atividade econômica na região tem sido inferior ao da média do país. Nesse sentido, o Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste (IBCR-NE) variou 0,9% em 2018 e 0,6% em 2019 (acumulado no ano até novembro) em comparação aos 1,2% e 1,0% assinalados pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br). Esse mesmo indicador, calculado para os três maiores estados da região, sinaliza maior dinamismo no Ceará (Gráfico 2).

Gráfico 1 – PIB *per capita* – Nordeste

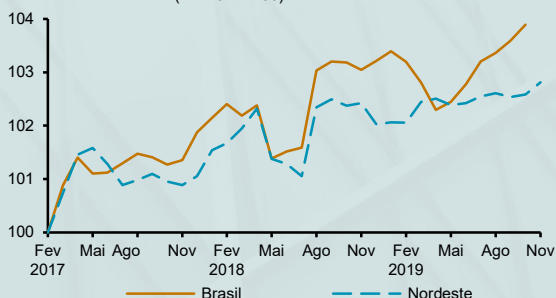
Em relação ao PIB *per capita* do Brasil



Fonte: IBGE

Gráfico 2 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Nordeste e Brasil

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (Fev2017=100)

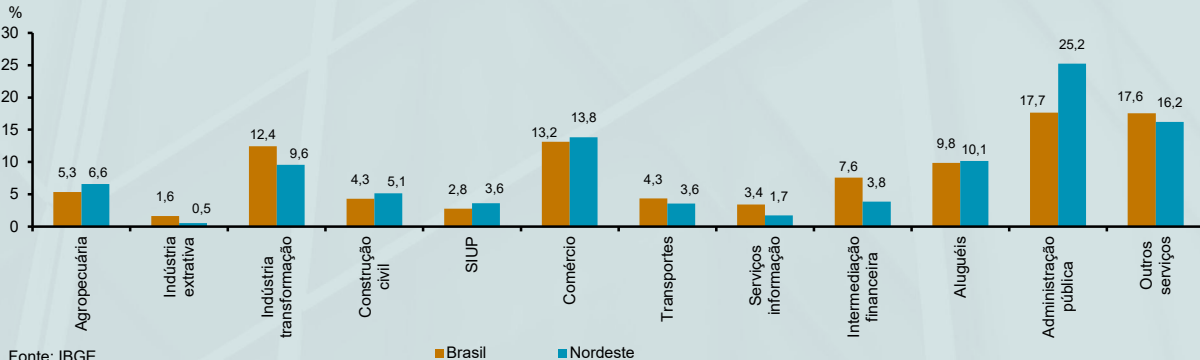


Fonte: BCB

Em relação à estrutura produtiva, destaca-se a maior representatividade do setor público no Nordeste em comparação à média nacional (responde por 25,2% do VAB ante 17,7%), gráfico 3. Em sentido contrário, a intermediação financeira, serviços de informação e indústria de transformação apresentam menor ponderação no Nordeste, com a ressalva de que essa última tem mantido sua participação relativamente estável na região (9,7% em 2002 e 9,6% em 2017) enquanto reduziu no país (14,5% em 2002 e 12,4% em 2017).

Gráfico 3 – Valor agregado bruto (VAB)

2017



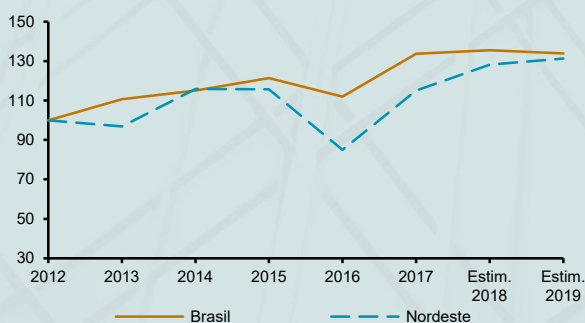
Fonte: IBGE

1/ Último dado disponível.

O VAB do setor agrícola nordestino recuou 4,8% de 2012 a 2016, afetado por adversidades climáticas², movimento que contrastou com a elevação de 9,1% do VAB do setor em nível nacional. Segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, os principais produtos regionais recuaram (soja, milho, cana-de-açúcar, algodão e cacau) com recuperação em 2017 (exceto cana-de-açúcar). Estima-se que a evolução em 2018 e 2019, impulsionada pelas safras de grãos nas regiões meridionais do Maranhão, no oeste da Bahia e Piauí (parte da fronteira agrícola conhecida como *Matopiba*) deve ter levado o indicador a nível recorde. Sobressai, ainda, o desempenho de frutas no Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Gráfico 4 – VAB agricultura

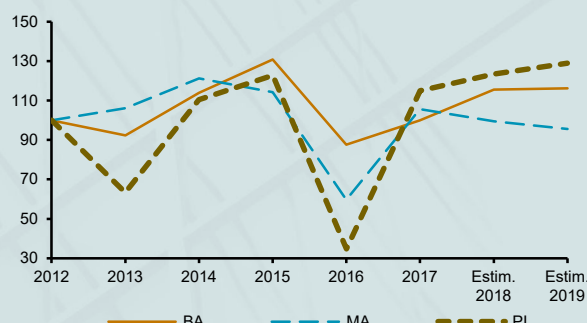
2012 = 100



Fontes: IBGE e estimativas do Banco Central

Gráfico 5 – VAB agricultura

2012 = 100



Fontes: IBGE e estimativas do Banco Central

A estrutura industrial do Nordeste tem maior representatividade de bens não duráveis, semiduráveis e intermediários do que a média do país (Tabela 1). Em sentido contrário, tem participação inexpressiva de máquinas e equipamentos, informática e produtos farmacêuticos (conjuntamente pesam cerca de 10% no país). Essa composição tende a fazer com que a indústria local seja menos aderente ao ciclo econômico, considerando a alta sensibilidade do setor de bens de capital.

Tabela 1 – Produção industrial

Geral e setores selecionados

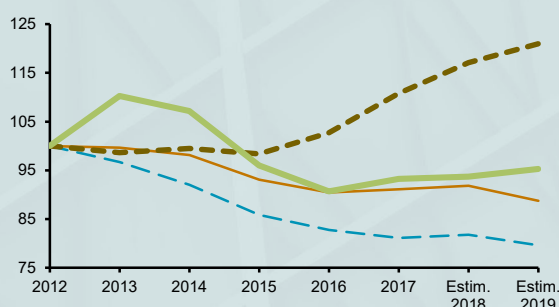
Setores	Pesos ^{1/}	
	NE	Brasil
Indústria geral	100,0	100,0
Indústrias extrativas	9,0	11,2
Indústrias de transformação	91,0	88,8
Produtos alimentícios	16,2	13,9
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	10,3
Outros produtos químicos	9,9	5,3
Artefatos couro e calçados	6,9	1,6
Veículos, reb., e carrocerias	5,1	10,1
Celulose e prod. papel	4,3	3,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

Gráfico 6 – VAB Indústria de transformação

2012 = 100



Fontes: IBGE e estimativas do Banco Central

De 2012 a 2017, observou-se mudança expressiva do perfil da indústria nordestina, com ganho de diversificação e agregação de valor, a partir da entrada em operação de empreendimentos de grande porte, montadora de automóveis e refinaria de petróleo em Pernambuco e siderúrgica no Ceará. Esses empreendimentos têm contribuído para melhora no resultado industrial na região.

Apesar dessas novas atividades, a produção da indústria de transformação local recuou em 2019, decorrente, em grande medida, da contração da indústria baiana, que atingiu seu menor patamar desde 2004, de acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. Sobressaem os recuos de produtos químicos, além de celulose e veículos, cujas exportações têm diminuído (Argentina é o principal destino dos embarques

2/ No semiárido nordestino a seca durou de 2012 a 2017.

de automóveis). Também concorreu para a queda no setor fabril nordestino a baixa na produção de açúcar e derivados, refletindo maior utilização da cana-de-açúcar para a fabricação de etanol (item com menor valor agregado).

No que se refere à construção civil, após recuar mais que a média do país no período 2012 a 2017 (VAB variou -29,6% ante -24,0%), dados mais recentes sugerem reação, porém em ritmo mais lento no Nordeste, em parte pela maior dependência dos recursos do programa Minha Casa Minha Vida. As vendas de cimento, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), cresceram 3,5% no país em 2019, ante 2,7% no Nordeste. Os dados do emprego formal do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, corroboram a retomada da construção civil, principalmente na Bahia, onde o setor criou 12,2 mil novos postos de trabalho com carteira nos doze meses encerrados em novembro de 2019 (21,8% do setor no país), estimulada por obras de infraestrutura de energia elétrica.

No mercado de trabalho nordestino, a taxa de desocupação é historicamente a mais elevada entre as regiões do país e a taxa de atividade (razão entre a força de trabalho e a população em idade ativa) é a mais baixa, com maior participação de desalentados. Setorialmente, comparado à média nacional, a ocupação caracteriza-se por maior representatividade de setores como a agropecuária (agricultura em propriedades de pequeno porte), comércio, setor público e serviços às famílias.

De maneira geral, a taxa de desocupação do Nordeste tem evoluído em linha com o observado no país de dezembro de 2012 a setembro de 2019, quando alcançou 14,7% (12,0% no país) de acordo com a média de doze meses da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE. Difere, porém, a evolução da população ocupada (PO), sendo conveniente analisá-la excluindo o setor agropecuário, impactado pela seca na região (Gráfico 8). Identifica-se maior dinamismo da PO nordestina não agrícola até o segundo trimestre de 2015, quando cresceu 6,9% comparado a 4,6% do país. Setorialmente, destacaram-se o comércio, serviços de engenharia e arquitetura – em ambiente favorável da construção civil – e serviços prestados a empresas, com ênfase em atividades administrativas.

Gráfico 7 – Taxa de desocupação

Média Móvel de 12 meses

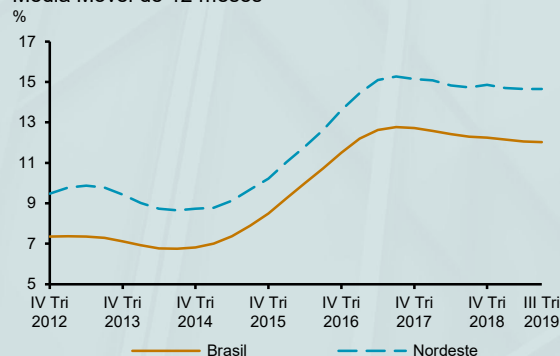
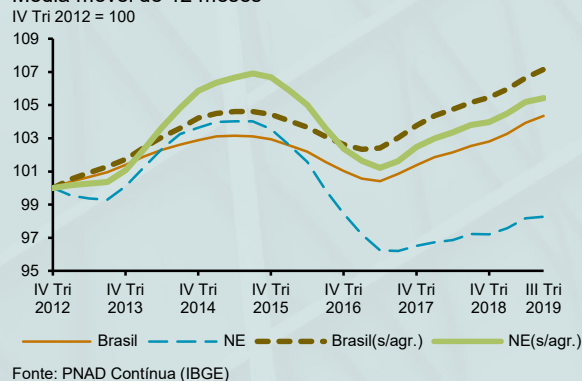


Gráfico 8 – Ocupados

Média móvel de 12 meses



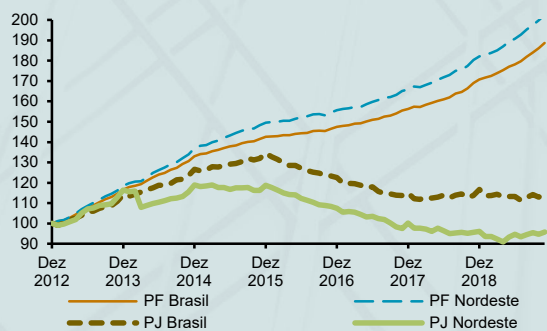
A partir do segundo semestre de 2015, observa-se os efeitos da recessão na PO, tanto na região como no país, com recuperação gradual apenas a partir do início de 2017. Essa reação tem sido impulsionada principalmente por ocupações informais, e apenas mais recentemente verifica-se sinais de melhora do emprego com carteira. Nos doze meses encerrados em setembro, a PO do país cresceu 0,3% em 2018 e 1,1% em 2019, ante variações de -0,3% e 0,5% no Nordeste.

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) na região, no âmbito das pessoas físicas (PF) mostra expansão contínua, com aceleração no período mais recente, após moderação nos anos de crise. A carteira regional passou de R\$243,3 bilhões em dezembro de 2012 para R\$454,1 bilhões em novembro de 2019, com ênfase no crédito para habitação (maior participação na carteira total dentre as regiões, 21,6%), consignado e, desde 2017, financiamento de veículos.

A evolução do crédito às pessoas jurídicas (PJ)³ mostra inversão a partir de 2016, passando a recuar, tanto no país como na região, influenciado pelo crédito direcionado em contexto de redução das operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁴. Em parte, a retração na construção civil contribuiu para o menor dinamismo corporativo na região.

Gráfico 9 – Saldo das operações de crédito^{1/}

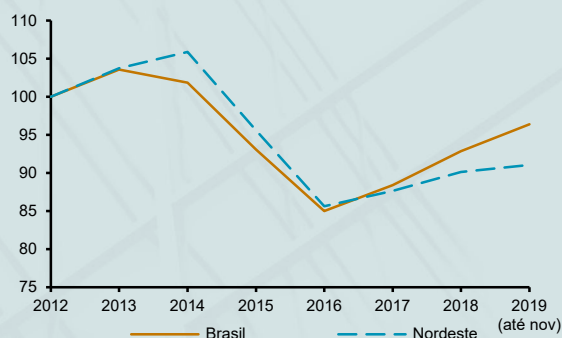
Em valores correntes
Dezembro de 2012 = 100



1/ Em valores nominais. Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Gráfico 10 – Comércio varejista ampliado

2012 = 100

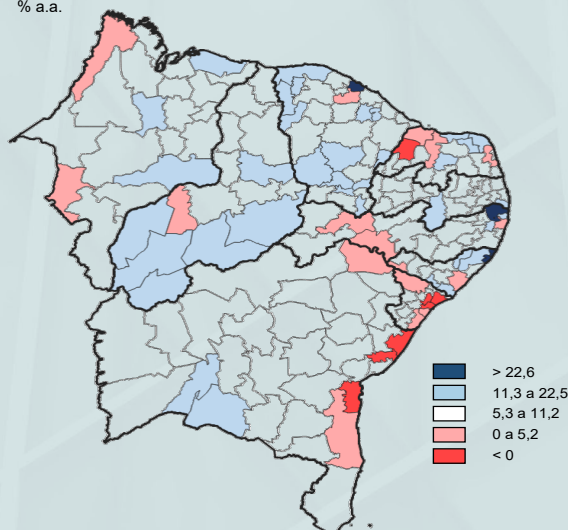


Fonte: IBGE

A expansão do crédito aliada ao aumento de confiança⁵ têm contribuído para estimular o comércio regional. A trajetória das vendas do comércio varejista ampliado reforça o padrão observado em outros indicadores, com crescimentos maiores na região no período 2012-2014, seguidas por perdas acentuadas nos anos de recessão e recuperação mais moderada em 2018 e 2019 (2,8% e 1,0% na região ante 5,0% e 3,8% no país).

Das três microrregiões de maior crescimento do PIB⁶ no período 2012-2017, duas correspondem aos locais onde foram instaladas unidades industriais de grande porte: Mata Norte pernambucana (montadora de automóveis) e litoral do Ceará (siderúrgica); a terceira se localiza no litoral norte alagoano, e reflete o aumento da safra de cana-de-açúcar (Figura 1). Além dessas, destacam-se, no Rio Grande do Norte, regiões sede de

Figura 1 – PIB
Variação nominal entre 2012 e 2017
% a.a.



3/ Em 2014, houve transferência de uma operação de crédito de Pernambuco para o Rio de Janeiro relativo à construção da refinaria do Nordeste. O ajuste dos dados ameniza a diferença entre a trajetória do crédito PJ local e nacional, mas mantém o ritmo regional abaixo da média do país.

4/ Conceito mais amplo de crédito – vide boxe “Crédito ampliado ao setor não financeiro”, publicado no Relatório de Economia Bancária do Banco Central do Brasil, ano 2018 – mostra que financiamentos fora do SFN têm compensado esse efeito.

5/ O Índice Intenção de Consumo das Famílias (ICF), divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) atingiu, em dezembro de 2019, 93,3 pontos (92,3 pontos de em dezembro de 2018 e 81,7 pontos em dezembro de 2017).

6/ Refere-se ao PIB nominal das Contas Municipais do IBGE.

plantas de energia eólica; no sul do Piauí, a expansão da lavoura de soja. Em sentido contrário, o litoral do Sergipe e da Bahia tem crescido abaixo da média em meio a perdas no setor agropecuário.

Destaque-se que, nesse período, todas as capitais, exceto Salvador, perderam participação no PIB da região, o que sugere desconcentração espacial da atividade econômica.

Em síntese, considerado o ciclo de retomada econômica após a recessão, a atividade do Nordeste vem crescendo, porém em ritmo inferior à média do país. Parte dessa diferença reflete o menor dinamismo da indústria regional cuja produção mostra arrefecimento, em meio à desaceleração da demanda externa e à redução da produção do segmento químico. O consumo das famílias, em expansão, tem se beneficiado do crescimento do crédito e da evolução favorável da confiança do consumidor. Por outro lado, o ritmo de expansão do consumo também é menor que a média nacional, refletindo a melhora lenta no mercado de trabalho

No que se refere aos investimentos, indicadores recentes da construção civil, após deterioração durante o período de 2015/16, sinalizam retomada em ambiente de menores taxas de juros. Prospectivamente, o segmento de infraestrutura deve repercutir projetos em energia renovável e no setor aeroportuário. Assinale-se, ainda, desdobramentos da venda de empresas – como os observados em atividades da cadeia de petróleo na região –, que concorrem para investimentos adicionais pelos novos controladores.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Roberto Oliveira Campos Neto

Diretor de Política Econômica

Fabio Kanczuk

Chefe do Departamento Econômico

Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Coordenação Regional do Nordeste

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Coordenação Regional do Norte e Sul

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Coordenação Regional do Sudeste

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Coordenação Regional do Nordeste

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Norte e Sul

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Sudeste

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Siglas

ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
Abrafrigo	Associação Brasileira de Frigoríficos
AD	Alimentação no domicílio
ADM	Monitorados
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ASF	<i>African Swine Fever</i>
BCB	Banco Central do Brasil
BI	Bens industriais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Cepea	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CO	Centro-Oeste
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
DEE	Departamento de Economia e Estatística
Depec	Departamento Econômico
Deral	Departamento de Economia Rural
EDT	Efeito demanda por trabalho
EOT	Efeito oferta de trabalho
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
EUA	Estados Unidos da América
Fecomercio SP	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
Fecomércio-PE	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco
Fecomércio-PR	Federação do Comércio do Estado do Paraná
Fenabreve	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FOB	Livre a bordo (<i>Free on Board</i>)
FT	Força de trabalho
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBCR-CO	Índice de Atividade Econômica Regional – Centro-Oeste
IBCR-N	Índice de Atividade Econômica Regional – Norte
IBCR-NE	Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste
IBCR-S	Índice de Atividade Econômica Regional – Sul
IBCR-SE	Índice de Atividade Econômica Regional – Sudeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
Icei-MG	Índice de Confiança do Empresário Industrial de Minas Gerais
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Microrregião
ME	Ministério da Economia
Nuci	Nível de utilização da capacidade instalada
p.p.	Pontos percentuais
PAM	Produção Agrícola Municipal
Pasep	Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público
PF	Pessoa física
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PIM-PF Regional	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional
PIS	Programa de Integração Social
PJ	Pessoa jurídica
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PO	População ocupada
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
Repetro	Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador

RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Secex	Secretaria de Comércio Exterior
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Seplag	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do RS
SER	Serviços
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SNIC	Sindicato Nacional da Indústria do Cimento
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TD	Taxa de desocupação
UF	Unidade da Federação
USDA	<i>United States Department of Agriculture</i>
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor bruto da produção
VTI	Valor da Transformação Industrial



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

bcb.gov.br